

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 539 | Ano XIX | 19/8/2019

Do ethos ao business em tempos de

Future-se

**Roberto Romano
Ivan Domingues
Carolina Catini
Boaventura de Sousa Santos
Marina Maia**

**Tatiana Roque
José Geraldo de Sousa Junior
Renato Janine Ribeiro
Andréa Caldas
Flávio Nunes**



Do ethos ao business em tempos de “Future-se”

O governo Bolsonaro anuncia o programa Future-se. Os pilares de sustentação da proposta são a abertura das academias a parcerias com a iniciativa privada, gestão descentralizada e sem a presença da máquina estatal, além do financiamento associado a fundos de investimentos no mercado de capitais.

A presente edição da revista **IHU On-Line** debate a proposta com especialistas de diferentes áreas do conhecimento.

Para **Roberto Romano**, professor de Ética e Filosofia na Unicamp, a proposta visa apenas uma visão eficiente – nos modelos do mercado – e se descola da acadêmica. Para ele, assim como as universidades públicas, as confessionais e comunitárias “serão produtoras de dividendos para acionistas e não geradoras de ideias”.

Ivan Domingues, filósofo e professor titular da UFMG, também vê a proposta como algo que desvirtua a gênese da universidade, transformando seu *ethos* em *business*.

Carolina Catini, professora do departamento de Ciências Sociais da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp, vê na proposta a revelação de mais uma das faces da financeirização e privatização dos direitos sociais que move o atual governo.

O professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Portugal, **Boaventura de Sousa Santos**, analisa como a educação e a geração de ciência vão se convertendo, historicamente, num lucrativo mercado.

Para **Marina Campos de Avelar Maia**, doutora em Educação e pesquisadora associada ao Graduate Institute of International and Development Studies, da Suíça, corre-se o sério risco de gerir uma universidade reduzida a lógicas de grandes redes internacionais de *fast-food*.

Tatiana Roque, professora do Instituto de Matemática da UFRJ, destaca que esses ataques à universidade precisam ser compreendidos no contexto desse governo que, segundo ela, faz avançar a democracia iliberal.

José Geraldo de Sousa Junior, doutor em Direito e professor e ex-reitor da UnB, analisa

em detalhes o Future-se e vê como principal problema “o caráter inteiramente vendido à lógica privatizante e mercadorizadora do projeto econômico-político que está por trás, delirante do *ethos* público universitário que marca o sentido social e político da universidade como condição estratégica para o desenvolvimento soberano do país”.

O ex-ministro da Educação, filósofo e professor na USP, **Renato Janine Ribeiro**, é taxativo ao afirmar que o Future-se é uma proposta de quem não conhece a realidade da universidade no Brasil.

Andréa Caldas, doutora em Educação e professora na UFPR, chama atenção de como a inserção de lógicas mercadológicas pode arruinar o ambiente acadêmico e, logo, as produções científicas.

A proposta do Future-se compreende, além das universidades, os Institutos Federais de Educação. **Flávio Luis Barbosa Nunes**, reitor e professor do Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul, destaca que essas instituições são tão prejudicadas quanto a academia. Para ele, a gestão estatal é fundamental para assegurar o acesso universal à formação integral do sujeito.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Imagem da capa: Fachada da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, durante manifestação contrária ao contingenciamento de recursos pelo Governo Federal/ Foto: Associação de Professores UFPR

Sumário

- 4 ■ **Temas em destaque**
- 6 ■ **Tema de capa | Roberto Romano:** Boa gestão universitária desligada do espírito acadêmico gera apenas burocracia e repressão intelectual
- 13 ■ **Tema de capa | Ivan Domingues:** O Future-se e a substituição do *ethos* pelo *business*
- 22 ■ **Tema de capa | Carolina Catini:** Educação: revelação de mais uma face da financeirização e privatização dos direitos sociais
- 29 ■ **Tema de capa | Boaventura de Sousa Santos:** O lucrativo mercado da educação e da ciência que extermina a universidade pública e democrática
- 34 ■ **Tema de capa | Marina Campos de Avelar Maia:** A mercantilização da educação e o risco da escola McDonalds e dos alunos hambúrgueres
- 40 ■ **Tema de capa | Tatiana Roque:** Em tempos de democracia iliberal, estratégia é desqualificar verdades científicas
- 44 ■ **Tema de capa | José Geraldo de Sousa:** Future-se valoriza o privado e não acena para o *ethos* acadêmico
- 51 ■ **Tema de capa | Renato Janine Ribeiro:** Future-se: uma proposta de quem não conhece a realidade da universidade
- 57 ■ **Tema de capa | Andréa Caldas:** Future-se propiciará o “darwinismo educacional”
- 60 ■ **Tema de capa | Flávio Luis Barbosa Nunes:** Educação é bem social que precisa manter a natureza pública
- 63 ■ **Outras edições**

IHU ON-LINE
Revista do Instituto Humanitas Unisinos

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling
(inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado – MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Redação

João Vítor Santos – MTB 13.051/RS
(joaovs@unisinos.br)

Patricia Fachin – MTB 13.062/RS
(prfachin@unisinos.br)

Wagner Fernandes de Azevedo
(wfazevedo@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editores

Gustavo Guedes Weber

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson,

Patrícia Fachin, Cristina Guerini,
Evelyn Zilch, Stefany de Jesus Rocha,
Wagner Fernandes de Azevedo e
Amanda Bier.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128
e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Nestor Pilz
(nestor@unisinos.br)

Entrevistas completas em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Confira algumas entrevistas publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU na última semana.

Bolsonaro e a proposta de criar uma sociedade compatível com o capitalismo neoliberal



“A estratégia do governo é criar uma neblina em torno das suas intenções efetivas, fazendo com que a sociedade preste atenção em questões triviais. Enquanto se opera isso, se assume o projeto do Guedes que não tem mais lugar no mundo de hoje.”

Luiz Werneck Vianna é professor-pesquisador na Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio. Disponível em <http://bit.ly/2KRVqRI>

Uberização: a edição da velha ideia do trabalho amador



“Ela [a uberização] pode ser sintetizada como a consolidação do trabalhador em trabalhador just in time. Ou seja, um trabalhador inteiramente desprovido de direitos, garantias, segurança.”

Ludmila Costhek Abílio é pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – Cesit, na Faculdade de Economia da Unicamp. Disponível em <http://bit.ly/2N6wJUt>

4

A exclusão previdenciária e a criação de uma massa de inapostentáveis



“No geral, o que se vê ao longo da história é, de um lado, uma sucessão de governos se apropriando dos fundos previdenciários para resolverem seus problemas fiscais e, de outro lado, um conjunto resistente de servidores tentando preservar os recursos.”

Filipe Costa Leiria é auditor público externo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS. Disponível em <http://bit.ly/30aJe52>

Os impactos ambientais das linhas de transmissão de energia elétrica



“Eu acredito que as linhas realmente sejam necessárias, mas aposto no desenvolvimento e complementação de alternativas como geração de energia descentralizada. Imagine se cada um pudesse ter seu próprio painel solar, produzindo energia para sua demanda e ainda, talvez, sobressalente?”

Larissa Donida Biasotto é graduada em Ciências Biológicas e mestra em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Disponível em <http://bit.ly/2Ha6VD7>

Agricultura, pecuária e garimpos: as causas do desmatamento na Amazônia Legal



“Alertas de desmatamento mensais de anos anteriores têm indicado a ocorrência de desmatadores nessas áreas de preservação”.

Antônio Victor Fonseca, graduado em Engenharia Ambiental pela Universidade do Estado do Pará – UEPA e pesquisador do Imazon.

**Textos na íntegra em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias**

Confira algumas notícias públicas recentemente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU

“A terra esgotada e a desumanidade que nos destrói”

Essas são questões delicadas que se tornaram a linha discriminante para uma sociedade mais ou menos humana. O Papa trata delas com a maior liberdade, não pressionado pela urgência de ter votos a pedir.

O comentário é de Carlo Di Cicco, jornalista especializado em assuntos do Vaticano, reproduzido nas Notícias do Dia de 12-8-2019, disponível em <http://bit.ly/2PfiGv9>;

Clima: é preciso uma nova visão sistêmica

“Acabou o tempo da indignação ou, pior, da indiferença. É preciso agir, e rapidamente também.”

O texto é do chef italiano Carlo Petrini, fundador do movimento Slow Food, reproduzida nas Notícias do Dia de 12-8-2019, disponível em <http://bit.ly/2H9NoCV>;

O ditador, a sua “obra”, e o grande blefe do senhor Guedes

“Ainda é tempo de impedir que o fanatismo ideológico do senhor Guedes destrua 90 anos de história da economia brasileira, para atender ao interesse de um pequeno grupo de banqueiros, financistas e agroexportadores, passando por cima do interesse do ‘resto’ da sociedade brasileira”.

Escreve José Luís Fiori, professor titular de Economia Política Internacional UFRJ, reproduzido nas Notícias do Dia de 13-8-2019, disponível em <http://bit.ly/2OXxa68>.

5

“Não gosto do helicóptero porque ele atira para baixo e as pessoas morrem”

Crianças do Complexo de Favelas da Maré descrevem horror da vida sob fogo cruzado em mais de 1.500 cartas enviadas para a Justiça do Rio, que restabelece regras mínimas para operações policiais no local.

A reportagem é de Felipe Betim, reproduzida nas Notícias do Dia, de 15-8-2019, disponível em <http://bit.ly/2TDI3cb>.

O Diálogo de Interconvicções

“Os processos migratórios, os novos movimentos religiosos, a individualização da espiritualidade, os chamados religiosos “à la carte”, aumentaram exponencialmente, trazendo um novo desafio para o Estado laico diante do pluralismo religioso e de convicções.”

O texto é de Rita Macedo Grassi, mestra em Ciências da Religião pela PUC Minas e membro do Grupo de Pesquisa Religião, Pluralismo e Diálogo – REPLUDI, publicado nas Notícias do Dia, 03-06-2019, disponível em 16-8-2019. Disponível em <http://bit.ly/2NhdjN0>.

Os invisíveis de Manaus

Silêncios, extensões de água prateada, faixas de terra cobertas por uma vegetação densa e escura. Do barco descascado embalado pelas ondas preguiçosas do Rio Negro, Manaus à distância aparece uma enorme aldeia flutuante à mercê do sobe-desce da água.

A reportagem é de Stefania Falasca, jornalista, que trabalha na Conferência Episcopal Italiana – CEI, e no jornal italiano Avvenire, enviado pela jornalista e publicado nas Notícias do Dia de 16-08-2019, no sítio do IHU. Disponível em <http://bit.ly/2ZcooFs>.

Boa gestão universitária desligada do espírito acadêmico gera apenas burocracia e repressão intelectual

Assim como as universidades públicas, as confessionais e comunitárias “serão produtoras de dividendos para acionistas e não geradoras de ideias”, lamenta Roberto Romano

Patricia Fachin

O que se vive hoje nas universidades brasileiras pode ser classificado como “uma marcha a ré para antes do século XVII, um boicote direto às Luzes do século XVIII”, diz o filósofo Roberto Romano à **IHU On-Line** ao resumir o atual estado das universidades no país, que atuam sem autonomia e reproduzem a lógica de operação do Executivo.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, o professor da Unicamp afirma que o programa Future-se não traz novidades para as universidades. “A ‘novidade’ é velha”: sempre o programa de privatizar o mais possível nos campos da pesquisa e do ensino levando as universidades públicas a buscar financiamentos que definam o seu espectro de investigação, pedagogia etc. Com a privatização claríssima no Future-se, ocorre um golpe mortal na autonomia universitária. Os seus planos, doravante, não serão definidos *interna corporis* ou pelo governo. Eles serão fornecidos pelo mercado de ações. É o fim de toda pesquisa livre”, lamenta. Ele adverte ainda que “a receita para as boas gestões universitárias, se desligada do espírito acadêmico, gera apenas buro-

cracia, repressão intelectual contra os pesquisadores”.

Na avaliação de Romano, “as universidades confessionais e comunitárias serão conduzidas, como as públicas, ao plano do mercado e dos serviços pagos. Elas serão produtoras de dividendos para acionistas e não geradoras de ideias, como era o caso das PUCs, Metodistas, presbiterianas no passado recente”. E adverte: “Engana-se quem, nas universidades comunitárias, imagina que elas poderão resistir ao mercado onipotente”.

Roberto Romano é professor de Ética e Filosofia na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Cursou doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, França. Escreveu, entre outros livros, *Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico* (São Paulo: Kairós, 1979), *Conservadorismo romântico* (São Paulo: Ed. UNESP, 1997), *Moral e Ciência. A monstruosidade no século XVIII* (São Paulo: SENAC, 2002), *O desafio do Islã e outros desafios* (São Paulo: Perspectiva, 2004) e *Os nomes do ódio* (São Paulo: Perspectiva, 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Pode nos contar sobre a história das universidades: qual sua origem, por que, como e para que elas foram criadas?

Roberto Romano - Algumas das primeiras universidades, como a de Bolonha, surgiram para ajudar

corporações nas tarefas ligadas à contabilização, direitos, formas de relacionamento entre autoridades, dos bispos ao papa, dele aos municípios. A universidade de Bolonha teve autonomia desde o início porque servia a corporação dos advogados, sempre em luta contra os vários poderes que restaram do feudalismo

anterior à centralização monárquica. Gradativamente elas incorporam, além do estudo teológico, a medicina. Disciplinas como a filosofia eram próximas das questões enfrentadas pela fé cristã frente a seus adversários muçulmanos. Instaladas nas urbes, as universidades atraíam grande quantidade de pessoas pobres que,

“As universidades eram praticamente as únicas corporações abertas a todos”

a exemplo de seus pais, fugiam do guante feudal. Ao chegar nas cidades aquelas pessoas se instalavam nas periferias onde, com os não admitidos nas corporações (estas eram fechadas aos antigos participantes ou parentes), formavam massas temidas pelos burgueses e aristocratas. Como os restos de feudalismo existiam pela Europa inteira, os candidatos aos poucos empregos urbanos e à universidade vinham de toda parte. A experiência das viagens se integrou assim, desde o início na vida universitária. As universidades eram praticamente as únicas corporações abertas a todos. Estudantes e mestres se reuniam para o estudo, a discussão, o exame de autores conhecidos. Havia uma prática de emergente democracia na escolha dos dirigentes. Os reitores recebiam mandatos de seis meses ou pouco mais. Como a maior parte dos estudantes vinha do campo e nele, diziam os cidadãos, seria possível discutir se os camponeses (como as mulheres) eram seres humanos perfeitos, surge a prática do trote: “os bichos”, ao passar pelos trotes, deles saíam como pessoas. Jacques Le Goff¹ (**18 Ensaios sobre a Idade Média**) tem preciosas achegas sobre os costumes acadêmicos da universidade nascente.

Com o crescimento do aparato burocrático e centralizador da Igreja e

das monarquias, as universidades passam a fornecer técnicos de governo (a expressão é de I. Kant², no **Conflito das Faculdades**) aos bispos, papas, reis. Recebem muita atenção os advogados e contadores, médicos e formados no direito canônico e romano. Além, claro, dos teólogos que sustentam as teses conflitantes no interior da Igreja e nas lutas clericais contra os reis. Gradativamente as despesas de manutenção institucional são assumidas pela Igreja e pelos monarcas. Tal dispêndio exige da universidade uma diminuição da liberdade na pesquisa, nos debates, na administração dos *campi*. Se estabelece uma concorrência entre reis, papas e demais poderes para arrebatar em determinados centros universitários o maior número de professores famosos, alunos talentosos etc. Muita correspondência foi empregada por mandatários para conduzir aqueles cérebros às universidades de seu país. O rei da Inglaterra, por exemplo, escreveu aos professores na França oferecen-

do liberdades, salários, condição estável, respeito. No mesmo passo em que os Estados definiam suas fronteiras e funções, as universidades diminuem o número de seus aderentes vindos de todos os cantos. Mesmo assim, ainda no século VXII, época de ouro da *Raison d'état*, a procura de talentos vindos de toda a Europa é intensa. Surgem universidades em quase todas as terras e, com elas, a necessidade de “mão de obra” adequada. É assim que podemos recordar o convite do Palatino a Spinoza³, para ensinar em Heidelberg. O governante garante que o filósofo terá toda liberdade de pesquisa e ensino, desde que não toque em problemas eclesiásticos. A resposta de Spinoza é célebre: “ignoro limites para minha capacidade de filosofar”.

Universidades: fábricas de técnicos

A transformação das universidades em fábricas de técnicos de governo foi rápida. Le Goff lembra que o reitor Gerson já define um programa de proteção da propriedade privada e apoio ao poder secular ou religioso. Pouco importam a legitimidade e o direito, disse Gerson, “desde que os donos das galinhas durmam sossegados”. E temos a trilha que conduziu ao papel mais triste da universidade: o de instrumento de repressão ao pensamento livre. As faculdades,

1 Jacques Le Goff (1924): medievalista francês, formado em história e membro da Escola dos Annales. Presidente, de 1972 a 1977, da VI Seção da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), foi diretor de pesquisa no grupo de antropologia histórica do Ocidente medieval dessa mesma instituição. Entre outras altas distinções, Le Goff recebeu a medalha de ouro do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), pela primeira vez atribuída a um historiador. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Immanuel Kant (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo. Kant teve um grande impacto no romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século 19, as quais se tornaram um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou noumenon), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A **IHU On-Line** número 93, de 22-3-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível em <http://bit.ly/ihuon93>. Também sobre Kant, foi publicado o **Cadernos IHU em formação** número 2, intitulado *Emmanuel Kant – Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem02>. Confira, ainda, a edição 417 da revista **IHU On-Line**, de 6-5-2013, intitulada *A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios*, disponível em <https://goo.gl/SIII5H>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Baruch Spinoza (ou Espinosa, 1632-1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século 17 dentro da Filosofia Moderna e o fundador do criticismo bíblico moderno. Confira a edição 397 da **IHU On-Line**, de 6-8-2012, intitulada *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <https://goo.gl/GEGuL5>. (Nota da **IHU On-Line**)

sobretudo a de Teologia, se transformam, ainda na escrita de Le Goff, na “corporação dos queimadores de livros”. À espera, claro, de que os autores dos livros fossem queimados. Praticamente toda a inteligência europeia dos séculos XVII e XVIII produziu obras essenciais para a ciência e as humanidades fora dos *campi*. Nomes como Leibniz⁴, Pascal⁵, Descartes⁶, Spinoza, e tantos outros, ou foram perseguidos ou ignorados pela universidade. Mesmo intelectuais que exerceram cargos políticos importantes, como Francis Bacon⁷, perderam a luta contra o conservadorismo teórico e de costumes existente em Oxford e Cambridge. E assim chegamos às fortíssimas críticas das Luzes ao ensino universitário. Claro, desde longa data os humanistas europeus castigavam o pedantismo, o dogmatismo, a cegueira acadêmica. Quando lemos as invectivas de Rabelais contra a Sorbonne, sentimos o clima de intolerância e reacionarismo da corporação antes aberta a todos, agora um castelo de privilegiados pelos reis ou papas ou burguesia rica. É em tal clima que surgem tex-

tos satíricos e lúcidos como os de Kant (sobretudo o já citado **Confli- to das Faculdades**), os escritos dos Enciclopedistas, em particular o **Plano de Uma Universidade para a Rússia**, de Diderot⁸.

Naquele texto o pensador imagina a universidade como instituição onde a maioria dos saberes seriam cultivados. É conhecida a sua tese: se a tarefa de elaborar um plano de estudos coubesse a especialistas, eles jamais chegariam a um ensino universal. Assim, o teólogo faria tudo convergir para o plano religioso, o matemático faria o mesmo, levando tudo às matemáticas, o direito etc. Ele propõe um sistema que englobaria, segundo grau de complexidade, todos os saberes e técnicas praticadas socialmente. Como Descartes, Diderot só escrevia sobre as técnicas unindo o saber científico de seu tempo e as técnicas empregadas pelos artesãos. Recusando toda hierarquia entre os saberes (as “Faculdades Superiores de Teologia, Direito, Medicina e abaixo as demais disciplinas) ele abriu o campo para um espraio horizontal do conhecimento, quase copiando o plano de estudos para restaurar as ciências proposto por Francis Bacon. O mais relevante, do ponto de vista político e social, é ter ele proposto que a universidade não deveria ser privilégio dos ricos, nobres, clérigos. Ela deveria acolher, sem custos, os pobres. “Segundo as probabilidades”, dizia ele, “é mais fácil encontrar mais gênios em choupanas do que em castelos”.

Como vemos, o que é vivido hoje no Brasil representa uma marcha a ré para antes do século XVII, um boicote direto às Luzes do século XVIII. No século XIX as universidades exercem um papel contraditório: elas formavam burocratas civis e religiosos e ao mesmo tempo pensadores que modificaram a cultura. É assim que tivemos planos de univer-

sidade escritos por Fichte⁹, Hegel¹⁰, Schelling¹¹, Humboldt¹². Este último insistiu na divisão drástica: o ensino era para ser feito nas universidades, a pesquisa nos institutos especializados. Desde então temos um desconforto no interior dos *campi*: a exigência de manter ao mesmo tempo o ensino, a pesquisa e a extensão nem sempre trouxe bons resultados. Mas ainda resta o ideal próximo ao de Bacon e Diderot: a universidade como ponto de encontro de todos os saberes praticados pela humanidade. E com preferência dedicada aos mais pobres, com ingresso gratuito.

IHU On-Line - Pode nos contar um pouco sobre a história das universidades brasileiras: como, em que contexto e com quais projetos surgiram as universidades públicas no país?

Roberto Romano - Não tivemos universidades no período colonial e também não as possuíamos após a Independência. Existiram centros de ensino superior na Igreja (a car-

4 **Gottfried Wilhelm Leibniz** (1646-1716): filósofo, cientista, matemático, diplomata e bibliotecário alemão. O uso de “função” como um termo matemático foi iniciado por Leibniz, numa carta de 1694, para designar uma quantidade relacionada a uma curva, tal como a sua inclinação em um ponto específico. É creditado a Leibniz e a Newton o desenvolvimento do cálculo moderno, em particular o desenvolvimento da integral e da regra do produto. Descreveu o primeiro sistema de numeração binário moderno (1705), tal como o sistema numérico binário utilizado nos dias de hoje. Demonstrou genialidade também nos campos da lei, religião, política, história, literatura, lógica, metafísica e filosofia. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Blaise Pascal** (1623-1662): filósofo, físico e matemático francês que criou uma das afirmações mais repetidas pela humanidade nos séculos posteriores (O coração tem razões que a própria razão desconhece), síntese de sua doutrina filosófica – o raciocínio lógico e a emoção. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **René Descartes** (1596-1650): filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo pelo seu trabalho revolucionário da Filosofia, tendo também sido famoso por ser o inventor do sistema de coordenadas cartesianas, que influenciou o desenvolvimento do cálculo moderno. Descartes, por vezes chamado o fundador da filosofia e da matemática modernas, inspirou os seus contemporâneos e gerações de filósofos. Na opinião de alguns comentaristas, ele iniciou a formação daquilo a que hoje se chama de racionalismo continental (supostamente em oposição à escola que predominava nas ilhas britânicas, o empirismo), posição filosófica dos séculos 17 e 18 na Europa. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Francis Bacon** (1561-1626): político, filósofo, ensaísta inglês, barão de Verulam e visconde de Saint Alban. É considerado como o fundador da ciência moderna. Desde cedo, sua educação orientou-o para a vida política, na qual exerceu posições elevadas. Em 1584 foi eleito para a câmara dos comuns. Sucessivamente, durante o reinado de Jaime I, desempenhou as funções de procurador-geral (1607), fiscal-geral (1613), guarda do selo (1617) e grande chanceler (1618). Como filósofo, destacou-se com uma obra onde a ciência era exaltada como benéfica para o homem: o *Novum Organum*. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Denis Diderot** (1713-1784): filósofo e escritor francês. A primeira peça importante da sua carreira literária é *Letres sur les aveugles à l'usage de ceux qui voient*, em que resume a evolução do seu pensamento desde o deísmo até ao cepticismo e o materialismo ateu, o que o leva à prisão. Mas a obra da sua vida é a edição da *Encyclopédie* (1750-1772), que leva a cabo com empenho e entusiasmo apesar de alguma oposição da Igreja Católica e dos poderes estabelecidos. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Johann Gottlieb Fichte** (1762-1814): filósofo alemão. Exerceu forte influência sobre os representantes do nacionalismo alemão, assim como sobre as teorias filosóficas de Schelling, Hegel e Schopenhauer. Fichte decidiu dedicar sua vida à filosofia depois de ler as três Críticas de Immanuel Kant, publicadas em 1781, 1788 e 1790. Sua investigação obteve a aprovação de Kant, que pediu a seu próprio editor que publicasse o manuscrito. O livro surgiu em 1792, sem o nome e o prefácio do autor, e foi saudado amplamente como uma nova obra de Kant. Quando Kant esclareceu o equívoco, Fichte tornou-se famoso do dia para a noite e foi convidado a lecionar na Universidade de Jena. Fichte foi um conferencista popular, mas suas obras teóricas são difíceis. Acusado de ateísmo, perdeu o emprego e mudou-se para Berlim. Seus Discursos à nação alemã são sua obra mais conhecida. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Georg Wilhelm Friedrich Hegel** (1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, desenvolveu um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sobre Hegel, confira a edição 217 da **IHU On-Line**, de 30-4-2007, disponível em <https://goo.gl/m0FJnp>, intitulada *Fenomenologia do espírito, de (1807-2007)*, em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. Veja ainda a edição 261, de 9-6-2008, *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <https://goo.gl/D94swr>; *Hegel. A tradução da história pela razão*, edição 430, disponível em <https://goo.gl/62UATd> e *Hegel. Lógica e Metafísica*, edição 482, disponível em <https://goo.gl/1ldAkV>. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Friedrich Schelling** (Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling, 1775-1854): filósofo alemão. Suas primeiras obras são geralmente vistas como um elo importante entre Kant e Fichte, de um lado, e Hegel, de outro. Essas obras são representativas do idealismo e do romantismo alemães. Criticou a filosofia de Hegel como “filosofia negativa”. Schelling tentou desenvolver uma “filosofia positiva”, que influenciou o existencialismo. Entrou para o seminário teológico de Tübingen aos 16 anos. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Alexander von Humboldt** (Friedrich Heinrich Alexander, Barão de Humboldt) (1769-1859): naturalista e explorador alemão. Atuou também como etnógrafo, antropólogo, físico, geógrafo, geólogo, mineralogista, botânico, vulcanólogo e humanista, tendo lançado as bases de ciências como Geografia, Geologia, Climatologia e Oceanografia. (Nota da **IHU On-Line**)

go de eclesiásticos especializados em teologia e direito canônico) e leigos (Faculdades de Direito, Medicina). Boa parte da elite brasileira estudava na Europa, em Portugal e demais países como a França, a Alemanha etc. Parece anedota, mas a Universidade do Brasil foi instaurada para conceder um título acadêmico ao rei da Bélgica que visitaria o país. No debate sobre as possíveis universidades se enfrentaram a Igreja e os líderes positivistas e liberais. Os segundos eram contra a Universidade porque temiam a primeira. Eles consideravam perigoso colocar o ensino superior nas mãos de uma instituição eclesiástica “atrasada”, não própria ao mundo moderno. Assim, os positivistas foram opostos à criação de universidades e favoráveis ao ensino científico e técnico. As tensões se prolongaram, em outros patamares, durante a ditadura Vargas. Defensores do ensino laico se defrontaram com os que lutavam pelas teses eclesiásticas. Podemos dizer que algumas figuras foram icônicas no período: Alceu Amoroso Lima¹³, católico que operou durante muito tempo no Ministério da Educação definindo os *currícula*, sobretudo no campo das humanidades, e Gustavo Capanema¹⁴ e seus aliados, que tentaram outras vias diferentes da religiosa para os *campi*. As Pontifícias Universidades Católicas foram instauradas no mesmo movimento da pastoral mais ampla, que na época definia o Brasil como “país de missão”.

Universidade laica

A primeira universidade efetivamente laica surge com a USP, na luta entre o Estado de São Paulo, vencido na Revolução Constitucionalista contra o poder central. O lema da USP (“A ciência vence”) era um recado sutil aos donos do mando federativo: com a ciência seria possível atingir os alvos dos insurgen-

tes de 32. A missão francesa ajudou a formar o plano de pesquisas e de ensino na USP, o que deu a ela um caráter clássico e ao mesmo tempo contemporâneo. Uma rede de institutos isolados no Estado de São Paulo mudou a face das cidades e regiões paulistas, ajudando a aprimorar procedimentos industriais, agrícolas e científicos. Com a implantação da Unesp, tais institutos formam um plano coerente, o que veio ajudar ainda mais o desenvolvimento econômico e social do interior paulista. A Unicamp veio encerrar o ciclo de saberes e intervenção na vida mais ampla do interior. Juntas, as três universidades paulistas trazem riquezas ao país, em troca de um financiamento do Estado que se baseia em parcela do ICMS. Patentes em grande quantidade evidenciam o quanto as três instituições são estratégicas em termos regionais, nacionais, internacionais.

A Universidade de Brasília, resultado de um plano de país independente e soberano, moderna em todos os sentidos, foi duramente atingida pela ditadura implantada em 1964. Aliás, as universidades paulistas também sofreram com a repressão definida no regime autoritário. As Universidades federais se mantiveram em número estável até o governo de Luiz Inácio da Silva, quando vários *campi* foram implantados em todas as regiões.

Há um aspecto perverso nas relações entre as universidades públicas e os níveis inferiores de ensino. Até 1965 o padrão do ensino médio brasileiro era dos mais elevados da América do Sul. Mas ele não era aberto para grandes massas. Com a ditadura, as escolas oficiais de ensino médio passaram a receber contingentes sempre maiores de alunos, o que impossibilitou manter o nível elevado do ensino anterior. Ao mesmo tempo, as universidades públicas continuaram com seu público restrito a determinadas classes sociais, mais próximas da classe média abastada. Assim, as escolas de ensino médio oficiais não ofereciam uma formação própria para fazer seus egressos serem aprova-

dos nos vestibulares. Criou-se então a primeira rede nacional de ensino privado, cujos lucros foram imensos para seus proprietários. Trata-se dos “cursinhos para o vestibular”. A sua propaganda especial era a que colocava em cartazes, no rádio e na TV, os que conseguiram entrar para as públicas, tendo cursado as escolas especializadas em vestibular. Caras, tais instituições privadas serviam como gargalo de entrada aos *campi* oficiais. Gradativamente aquelas escolas passaram a formar “universidades” que passaram a acolher estudantes com menores recursos. A qualidade do ensino e a carreira docente naqueles centros constituem fatos lastimáveis.

“Praticamente toda a inteligência europeia dos séculos XVII e XVIII produziu obras essenciais para a ciência e as humanidades fora dos *campi*”

Programas de financiamento de estudos universitários

Nos governos Luiz Inácio e Dilma, como continuidade do governo FHC, surgem programas de financiamento de estudos em escolas privadas de ensino superior. Embora tenham ajudado muitos estudantes a obter uma qualificação superior, tais programas ajudaram de fato a solidificar financeiramente os proprietários das “universidades” privadas.

13 Alceu Amoroso Lima (1893-1983): nascido no Rio de Janeiro, crítico literário, professor, pensador, escritor e líder católico. Adotou o pseudônimo de Tristão de Ataíde. (Nota da IHU On-Line)

14 Gustavo Capanema (1900-1985): político mineiro. Foi o ministro que mais tempo ficou no cargo em toda a história do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

Empresas como a Kroton passaram a oferecer ações na bolsa, comprar escolas, enfim, definiram um padrão capitalista e rentista para o suposto ensino superior. No mesmo passo as universidades públicas iniciam programas de cotas para estudantes advindos do ensino médio oficial, pobres, negros, indígenas. Quando tais programas estavam apresentando seus primeiros frutos houve o golpe contra o governo Dilma. A partir daí se inicia o desmonte das universidades públicas, os ataques às políticas de cotas, o desmantelamento grave do incentivo à pesquisa. O *Brain Drain* se acelera e sua rapidez permite prever um esvaziamento dos laboratórios brasileiros. Como se pode notar, o horizonte para as universidades oficiais brasileiras não é róseo. Pelo contrário, a ameaça da sua privatização é a cada instante mais patente. Um clima de caça às bruxas se instalou com o governo Bolsonaro e pode-se dizer que a política governamental de hoje se enquadra perfeitamente no termo cunhado por Platão, milênios atrás: temos um poder misólogo, inimigo da pesquisa e do ensino públicos. As escolas “superiores” de ensino privado, nacionais ou estrangeiras, vão bem, obrigado!

10

“Os positivistas foram opostos à criação de universidades e favoráveis ao ensino científico e técnico”

IHU On-Line - Qual sua avaliação do programa recém-lançado pelo MEC, o Future-se? Que novidade ele traz às universidades públicas em relação ao modo como elas já atuam hoje?

Roberto Romano - A “novidade” é velha: sempre o programa de privatizar o mais possível nos campos da pesquisa e do ensino levando

as universidades públicas a buscar financiamentos que definam o seu espectro de investigação, pedagogia etc. Com a privatização claríssima no Future-se, ocorre um golpe mortal na autonomia universitária. Os seus planos, doravante, não serão definidos *interna corporis* ou pelo governo. Eles serão fornecidos pelo mercado de ações. É o fim de toda pesquisa livre.

IHU On-Line - Como o programa possivelmente vai impactar as universidades privadas, especialmente aquelas com fins públicos, como as confessionais e comunitárias?

Roberto Romano - As universidades confessionais e comunitárias serão conduzidas, como as públicas, ao plano do mercado e dos serviços pagos. Elas serão produtoras de dividendos para acionistas e não geradoras de ideias, como era o caso das PUCs, Metodistas, presbiterianas no passado recente. Engana-se quem, nas universidades comunitárias, imagina que elas poderão resistir ao mercado onipotente.

IHU On-Line - Numa entrevista que o senhor concedeu a Caros Amigos em 1999, fez referência à seguinte frase: “as universidades de hoje estão se transformando no seguinte: a pessoa mais importante é o gerente de recursos, e os professores todos são globetrotters que vão vender o logotipo pelo mundo afora”. Qual é o peso que as universidades têm dado à gestão e ao seu quadro de professores e qual é a atualidade desta declaração hoje, 20 anos depois?

Roberto Romano - Infelizmente, tal ideia que retirei de Bill Readings (*The University in Ruins*) é uma profecia que se cumpriu. A receita para as boas gestões universitárias, se desligada do espírito acadêmico, gera apenas burocracia, repressão intelectual contra os pesquisadores. Aliás, nada que não tenha sido anunciado por Max We-

ber¹⁵ no importante texto intitulado *Ciência como Vocação (Wissenschaft als Beruf, 1922)*. Um discurso weberiano a ser lido e meditado com afincos.

IHU On-Line - Os defensores das universidades mencionam a necessidade de elas assegurarem a sua autonomia, mas há anos o senhor critica a falta de autonomia das universidades. Por que as universidades não são autônomas, na sua avaliação? O que caracterizaria uma universidade autônoma?

Roberto Romano - A Constituição de 88 é um documento heteróclito em termos lógicos e doutrinários. Nela se apresentam formas jurídicas diferentes e não raro conflitantes, como a que defende o Estado de Direito e o Estado Democrático de Direito. No primeiro caso, temos a defesa absoluta da propriedade. No segundo, a tese de que a propriedade deve atentar para o fim social. Esta é apenas uma das inúmeras divergências subliminares, acomodadas num texto aparentemente coeso. Some-se as emendas que desfiguram até mesmo o escrito inicial, e podemos dizer que a Constituição do Brasil tem manipuladores que a adaptam aos mais diversos interesses. A justiça, sobretudo no STF, suposto “defensor da Constituição”, apenas piora o cenário. Mas uma noção que definiu a Carta Magna, sobretudo para prevenir males trazidos pelos regimes ditatoriais do século XX (Vargas e o poder de 1964), colocou como pilar a doutrina da autonomia. Este ponto é sempre relativo, pois estamos no Brasil, pátria do centralismo. Autonomia dos entes federados, das instituições (o Ministério Público se beneficiou muito e infelizmente tem usado sua autonomia como instrumento de poder e de intimidação) e a autonomia

¹⁵ **Max Weber** (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (São Paulo: Companhia das Letras) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. A **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua edição 101, de 17-5-2004, intitulada *Max Weber: A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/ihuon101>. Sobre Max Weber, o IHU publicou o **Cadernos IHU em formação** nº 3, de 2005, chamado *Max Weber – o espírito do capitalismo* disponível em <http://bit.ly/ihuem03>. (Nota da **IHU On-Line**)

universitária. Ocorre que a autonomia universitária não recebeu regulamentação legal até hoje. Mesmo as universidades públicas paulistas não tiveram tal regulamentação. Sua autonomia financeira está perenemente ameaçada devido a tal fato. Agora mesmo a Assembleia Legislativa de São Paulo segue uma CPI cujo alvo, além de arrancar recursos das universidades, rumo para a privatização das mesmas. A não regulamentação tem vários motivos. Um deles é o trato dos reitores com o “poder” federal. Em vez de exigir regras e leis para as universidades, boa parte dos magníficos preferiram “fazer política” com o Ministério da Educação, oferecendo apoio regional aos donos do mando em Brasília. Tal “realismo” levou a adiar indefinidamente a autonomia legal das universidades. Elas ainda dependem em quase tudo das ordens ministeriais. E os governos de Temer e o atual não têm interesse em “negociar” apoio com reitores. O realismo, como sempre, trouxe péssimos frutos. Os movimentos docentes também deixaram de lado a questão. Eles priorizaram as reivindicações salariais, os andamentos de política interna dos *campi*, sem focar esforços junto a parlamentares e governantes tendo em vista a necessária regulamentação legal da autonomia. Outras causas existem, mas seria demasiado longo nos deter nelas.

“O horizonte
para as
universidades
oficiais
brasileiras
não é róseo”

IHU On-Line - Nesta mesma entrevista a Caros Amigos, o senhor disse que “a universidade mimetiza, de maneira perversa até, porque ela é uma espécie de parasita, mimetiza a estrutura de poder do Estado” e tem a mesma relação fisiológica de poder

que se observa nas instâncias do Estado. Pode explicar essa ideia?

Roberto Romano - As instituições políticas brasileiras surgem no âmbito da reação termidoriana¹⁶ contra os pressupostos e práticas da Revolução Francesa. Com Termidor e, sobretudo com Napoleão, o modelo do equilíbrio dos poderes, atribuído a Montesquieu¹⁷ erroneamente, visto ter sido idealizado já por Platão, perde o passo para a hegemonia do Executivo. Os demais poderes, se é possível usar o termo, são tutelados pelo Executivo. Tal versão conflita com as formas europeias como as usadas na Inglaterra, nas quais o Executivo é posto e demitido pelos Paramentos. Tudo em nosso modelo segue o rumo do Executivo. Este último, um gigante de pés de barro, visto que tem poderes desmesurados mas precisa do aval parlamentar e da proteção judicial, se estabelece numa burocracia que assume todas as iniciativas. A maioria das políticas públicas brasileiras é prerrogativa do Executivo. O Parlamento e a Justiça devem ser cooptados sempre, mas não têm o poder de iniciativa. As universidades, infelizmente, seguem o padrão. Valorizados nelas são os gabinetes reitorais e não tanto os Conselhos, as Comissões etc. E é assim que os reitores das universidades federais, como disse antes, assumem uma atitude política de “negociar” apoio dos ministérios. Casos são mais do que conhecidos. A Universidade da Paraíba, ainda hoje um excelente centro, na época ditatorial tinha um reitor que “se dava bem” com o ministério. As verbas fluíam sem problemas. Passou a ditadura, escassearam os recursos federais e outros caminhos precisaram ser tomados. O modelo geral de administração praticado no Brasil é o domínio do Executivo. E as universidades o seguem.

¹⁶ **Reação termidoriana:** termo utilizado para designar a queda do governo jacobino, liderado por Maximilien Robespierre. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁷ **Barão de Montesquieu** (Charles-Louis de Secondat, 1689-1755): político, filósofo e escritor francês. Ficou famoso por sua Teoria da Separação dos poderes, atualmente consagrada em muitas das modernas constituições nacionais. Sua obra mais famosa é O espírito das leis. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Uma questão polêmica nas universidades são as métricas avaliativas da aprendizagem: alguns pesquisadores avaliam que essas métricas não dão conta de avaliar o saber e outros afirmam que ela é necessária para avaliar o nível de aprendizado dos alunos. O que o senhor pensa sobre as métricas?

Roberto Romano - Integrei durante anos a Comissão de Avaliação da Unicamp, na qual os relatórios, os pedidos de promoção e outros quesitos eram analisados. O primeiro ponto que noto é a diversidade dos saberes. Seria possível usar o mesmo *metron* na avaliação de setores díspares como a engenharia, a física, a educação, a química, a biologia etc? Passado este ponto, os números de fato refletem a qualidade e a quantidade certa dos trabalhos de investigação, docência etc? Noto que surgiu uma polêmica que no meu entender é sem sentido. Refiro-me à guerra entre qualidade e quantidade. Aqui também é preciso encontrar a medida correta e justa. Setores das ciências exatas e médicas costumam publicar artigos e livros coletivamente. Já no campo das ciências humanas a prática é diversa, mais raros os livros e artigos coletivos. Certa feita o relatório de um professor de filosofia quase foi recusado, porque ele teria a publicação de um livro e dois artigos em um ano. Foi difícil explicar que na filosofia e nas ciências sociais um livro por ano demanda trabalho sério e disciplinado e que um filósofo ou sociólogo que publica dez livros e 20 artigos num só ano apresenta sérios problemas de rigor. Como sempre, no caso das avaliações, guio-me pela filosofia da prudência: nada demais! Nem muito resultado nem resultado algum. O problema da medida é um dos mais importantes nas ciências e na ética, ele não se resolve apenas em termos técnicos, mas exige a virtude da prudência, algo muito difícil de ser exercitado coletivamente.

IHU On-Line - Como o senhor vê a preocupação das universidades com os “cursos voltados para o mercado”?

Roberto Romano - O professor Roberto Macedo, economista, tem um texto intitulado “Faça de seu diploma uma prancha de surf”. Nele, se critica a tendência de especializar demasiadamente o ensino universitário. O professor argumenta que muitas tarefas, no aparelho de Estado e nas firmas privadas, são cumpridas por pessoas que, oficialmente, não poderiam desenvolver ações. Assim, um engenheiro poderia empregar saberes que deveriam ser praticados por um economista, advogado etc. Ele propõe que os *campi* instaurem ou reinstaurem um setor mais amplo de ensino, inicial, para depois encaminhar os estudantes para suas especializações ou tarefas de mercado. Acho uma boa sugestão a do professor Macedo.

IHU On-Line - Recentemente foi publicada uma pesquisa se-

gundo a qual um terço dos brasileiros desconfiam da ciência. Como o senhor interpreta esse dado? Isso é um sintoma da crise das universidades também?

Roberto Romano - É a colheita de uma prática das elites e de boa parte dos intelectuais brasileiros, cuja preocupação é o lucro em detrimento da sociedade. Só no fim de um processo razoavelmente democrático foi estabelecido um trato mais responsável com a educação pública. Infelizmente o referido trato se esgotou com o novo governo obscurantista, aliás eleito por massas alheias e contrárias à vida intelectual. O anti-intelectualismo brasileiro se instalou em setores à direita. Mas há grande número de inimigos do intelecto nas chamadas esquerdas. E a cultura brasileira, pelo menos desde Vargas, vive de novelas de rádio e TV. A população foi amestrada pelos dramas melosos e repetitivos, o que

impediu o exercício da imaginação e a prática da agudez mental. Os grupos supostamente evangélicos, mas na verdade oportunistas e retrógrados, pioram a receita. Retornamos aos anos 30 quando nos EUA a teoria da evolução era combatida a ferros por pastores milagreiros e venais. Chegamos à época em que o grito das Luzes faz todo sentido: “Esmagai a Infame!”. É triste, mas é assim.

IHU On-Line - Que futuro vislumbra para as universidades brasileiras?

Roberto Romano - Com o andar da carruagem do mercado e do obscurantismo e com o denominado “terrorismo cultural” (Tristão de Athayde) redivivo, não vejo futuro algum para a universidade. Perdoem as Polianas, o nosso caso está mais para Cassandra. Sem mais nem menos.■

12

Leia mais

- **A extrema direita resgata a experiência maquiavélica de usar a religião em favor de quem governa.** Entrevista especial com Roberto Romano, publicada em Notícias do Dia de 28-5-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/31Bc0fE>.

- **O MP é apenas um fármaco. A superconcentração do Executivo é a causa da corrupção.** Entrevista especial com Roberto Romano, publicada em Notícias do Dia de 30-9-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2Z9TkwP>.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

IHU IDEIAS

29 de agosto
quinta-feira
17h30min às 19h

Tempos históricos. Movimento da Legalidade de 1961 e a inspiração para resistência

Profa. Dra. Marluza Marques Harres – Unisinos

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU | Campus Unisinos São Leopoldo

ihu.unisinos.br/eventos

UNISINOS
DESAFIE
O AMANHÃ.



O Future-se e a substituição do *ethos* pelo *business*

Para Ivan Domingues, filósofo e professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, o Future-se substitui o *ethos* pelo *business*

Patricia Fachin

A pesar do progresso científico e tecnológico que marca o século XXI e das mudanças que isso está gerando nas sociedades e no meio acadêmico, a função da universidade nos dias de hoje “não é muito diferente da sua missão no curso dos séculos XIX-XX e é antes de tudo a de um agente de civilização, devendo levar as luzes do conhecimento e da cultura a todas regiões de um país”, pontua Ivan Domingues à **IHU On-Line**. Para ele, ao discutir o desenvolvimento e a missão da universidade, “não devemos reduzir a coisa a desenvolvimento econômico e PIB crescendo: há que se ressaltar a missão da universidade à vista das demandas e necessidades do conjunto da população, como agente da cultura e do bem-estar da sociedade”, diz.

Defensor de uma posição ponderada acerca da relação entre as universidades e o setor privado, não se opondo à presença do capital na universidade pública via doações, à construção de edifícios com recursos privados, nem a atividades lucrativas ligadas ao desenvolvimento de produtos, Domingues também concorda com as “críticas de colegas” ao Programa Future-se. O pesquisador vê com desconfiança a participação das Organizações Sociais - OSs e das Sociedades de Propósito Específico - SPEs nas universidades. Segundo ele, a novidade do Future-se é uma fonte de risco. “A novidade mesmo é o contrato de gestão por direito privado e nesse contrato a centralidade da OS com a missão de introduzir parâmetros de empresas privadas com sua cultura no setor público e na administração pública. Aí a aposta é maior e as incertezas são enormes, estando ainda muita coisa obscura e um sem número de tecnicidades jurídicas mal equacionadas, com o potencial de muita coisa ir parar

no Supremo, como na questão da autonomia didático-científica, administrativa e financeira/patrimonial estabelecida no artigo 207 da Constituição”, explica.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, Domingues reflete sobre as implicações do programa nas universidades, explica suas propostas de reforma para o ensino superior e defende a aplicação do artigo 207 da Constituição nas universidades.

Ivan Domingues é graduado e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e doutor em Filosofia pela Université de Paris I. Atualmente é professor titular da UFMG. Além de experiência no ensino e na pesquisa, Ivan Domingues acumulou experiência administrativa ao longo de sua carreira, tendo sido fundador do Doutorado em Filosofia da UFMG, um dos fundadores e ex-diretor do Instituto de Estudos Avançados - IEAT/UFMG, assessor do Reitor da UFMG – Gestão 2010-2014, coordenador da Área de Filosofia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e membro de Comitê Assessor de Filosofia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Atualmente é o coordenador do Núcleo de Estudos do Pensamento Contemporâneo - NEPC da FAFICH-UFMG, um grupo interdisciplinar de pesquisa que desenvolve o projeto Biotecnologias e o Futuro da Humanidade, apoiado pela Fapemig, com ênfase no impacto das bioengenharias sobre a questão antropológica e suas implicações éticas, políticas e jurídicas. Ele é autor de, entre outros, de **Filosofia no Brasil. Legados & perspectivas. Ensaios metafilosóficos** (São Paulo: Editora Unesp, 2017).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é a função da universidade pública nos dias de hoje? Por que é importante manter o caráter público para pesquisa e ensino superior?

Ivan Domingues - Penso que a função da universidade pública nos dias de hoje não é muito diferente da sua missão no curso dos séculos XIX-XX e é antes de tudo a de um agente de civilização, devendo levar as luzes do conhecimento e da cultura a todas regiões de um país, podendo atuar em âmbito regional ou em escala nacional, bem como se abrir à internacionalização em escala mundial, com o cientista definindo-se virtualmente como um cidadão do mundo.

Sobre o regional e o local, lembro que foi assim que o Massachusetts Institute of Technology - MIT e o California Institute of Technology - CALTECH nasceram nos Estados Unidos, um e outro institutos voltados, respectivamente, para a promoção do desenvolvimento do Massachusetts e da Califórnia, e surgidos justamente depois que as engenharias se integraram às universidades pelo mundo afora, até então com atuação restrita às humanidades e medicina, como as de Paris, Oxford, Coimbra, Salamanca e de San Marcos, no Peru colonial. Não muito diferente, este será o caso da Universidade de Austin, cuja *homepage* de saída abre-se para as ações da prestigiosa Universidade visando o desenvolvimento do Texas. Assim, junto com as luzes da razão espalhando-se sobre um país ou sobre o mundo, a justificar a ideia da universidade como agente de civilização, na esteira do projeto iluminista, teremos então a ideia da universidade como agente de desenvolvimento, nacional ou regional.

Não bastasse, deveremos adicionar ainda a função maior da universidade na formação das pessoas e na educação das mentes, como imaginaram Humboldt¹ e outros educadores, na

esteira da *Bildung* alemã e da *Paideia* grega, bem como da *Ratio Studiorum* dos jesuítas, fazendo da universidade um agente da educação moral de um país, de uma comunidade e virtualmente de toda a humanidade.

Tudo somado, várias são as funções ou missões da universidade, podendo todas estar reunidas numa só instituição ou espalhadas num conjunto maior, com a totalidade delas fazendo pela soma ou adição, mas em sinergia, aquilo que cada uma faz como parte e isoladamente.

“A função da universidade pública nos dias de hoje não é muito diferente da sua missão no curso dos séculos XIX-XX”

IHU On-Line - Qual sua avaliação sobre o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras - Future-se, recém lançado pelo Ministério da Educação - MEC? Quais são os pontos positivos e negativos do programa?

Ivan Domingues - A pergunta nos leva ao centro do Programa, abarcando aspectos de maior ou menor complexidade, acerca dos quais você me pede um balanço, devendo eu me alongar bastante ao fazer o cômputo dos aspectos positivos e negativos. Que o leitor tenha paciência e me perdoe se eu titubear e parecer prolixo. Afinal, o Programa só foi apresentado agora e as avaliações ainda estão em curso.

Indo ao ponto, ao dar minha primeira impressão geral, digo que o

conjunto das IFES recebeu o Programa com muitas reservas, vindo de um governo como esse, com o presidente disposto a levar a agenda do enfrentamento da ideologia e dos costumes até os gabinetes e as salas de aula, com o guru dele e de seus filhos falando de guerra cultural e que a terra é plana. Na mesma linha, seguindo as pegadas do chefe e do guru, com seu primeiro ministro da Educação desancando Paulo Freire², deixando a agenda positiva do ensino superior de lado e colocando no centro da agenda educativa escoteiros cantando o hino nacional. Depois foi a vez do novo ministro dizendo que os professores das federais dão poucas aulas, comprovadas por números que ninguém sabe de onde ele tirou, quando sabemos que é outra e bem diferente a realidade no hemisfério Norte, onde a carga aula dos docentes é a metade, devendo ser somados a carga da pesquisa e outros afazeres, como aliás aqui entre nós. Tudo isso sem nos esquecermos de suas declarações preconceituosas sobre a sociologia e a filosofia, apoiando-se sem nenhuma base documental no exemplo do Japão, cuja Federação das Indústrias repudiou a iniciativa desastrada, e ao mesmo tempo ignorando que nas melhores universidades do mundo procura-se o equilíbrio entre as humanidades, as engenharias e as ciências duras, como nos casos de Harvard e de Oxford. Contudo, as coisas não pararam por aí, e agora lá está ele de volta apresentando esse Programa como se fosse a redenção do sistema federal de ensino superior, quando na realidade vai levar ao seu colapso e pôr em xeque décadas de esforço conjunto de governos e de gerações – e isso num país como o nosso, que chegou tarde demais ao ensino superior, comparado com outros vizinhos da América Latina, como o Peru e o México.

² **Paulo Freire** (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). É autor de *A Pedagogia do Oprimido*, entre outras obras. A edição 223 da revista **IHU On-Line**, de 11-6-2007, teve como título *Paulo Freire: pedagogia da esperança* e está disponível em <http://bit.ly/ihuon223>. (Nota da **IHU On-Line**)

¹ **Alexander von Humboldt** [Friedrich Heinrich Alexander, Barão de Humboldt] (1769-1859): naturalista e explorador alemão. Atuou também como etnógrafo, antropólogo, físico, geógrafo, geólogo, mineralogista, botânico, vulcanólogo e humanista, tendo lançado as bases de ciências como Geografia, Geologia, Climatologia e Oceanografia. (Nota da **IHU On-Line**)

Problemas e urgências

O resultado desse estado de coisas é, portanto, as desconfianças e as reservas. O ensino superior é uma realidade sumamente complexa, além de cara e desafiadora. Entendo que o nosso sistema, deixando a graduação de lado, é bem-sucedido no tocante à pós-graduação depois de cinquenta anos de esforços da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e das universidades. Entendo também que de tempos em tempos é preciso reformar o ensino superior em todos os seus níveis, tendo sido a última vez a reforma universitária de 68, patrocinada pelo regime militar. Passado tanto tempo, outros problemas e outras urgências surgiram, inclusive distorções sérias criadas por governos recentes, como a expansão das vagas numa mesma universidade, quando era o caso de criar outras federais, levando a expansão à queda dos padrões e ao inchaço das cidades universitárias, com sua população de repente duplicada ou aumentada em 50%. Somem-se a essas distorções outras tantas do mesmo quilate e não menos preocupantes, como o processo de eleição de reitores, por sufrágio direto e igualdade de pesos dos diferentes segmentos, como vem acontecendo na maioria das federais, levando ao populismo e à crise de governança como a de agora, com a universidade fragmentada, a administração central isolada, sem propostas capazes de empunhar bandeiras e deflagrar campanhas, e os dois segmentos propriamente acadêmicos expostos às ações insidiosas do ministério. Some-se ainda a destruição entre nós da figura do professor-titular, com a porteira aberta e a estranheza de nossos colegas de outros pontos do globo que não entendem por que as coisas se passam assim nesta parte do hemisfério.

Investimentos

Para terminar o cômputo dos problemas e das urgências – sem a veleidade de ser exaustivo: haveria muito o que dizer sobre a questão das quotas e o sistema de ingresso (Sistema

de Seleção Unificada - Sisu), por exemplo, mas não vem ao caso, por extrapolar o Programa – será preciso considerar duas coisas. A primeira, considerar os *gaps* ainda existentes nos diferentes planos das pesquisas básica e aplicada, num mundo como o de hoje às voltas com a corrida desenfreada nos diversos campos da C&T, como mostram os dados mais recentes, extraídos de fontes confiáveis: assim, ao contar aqueles diretamente ligados ao P&D&I, enfatizados incompletamente pelo programa do governo, que mostram o país aparecendo em 13º lugar na produção de *papers* em inglês, investindo em 2018 1,17% do PIB em P&D, em contraste com os 4,32% da Coreia e os 2,84% dos EUA e da Alemanha, e terminando o ano de 2017 em 10º lugar em pedidos de patentes, ao passar em sua participação mundial de 0,24% em 2006 para 0,28% em 2017, quando a China atingiu mais de 41% e os EUA cerca de 16,5%. A segunda, considerar o quadro histórico da economia brasileira, colocando em foco o peso relativo da indústria de transformação no PIB nacional, como mostram os dados preocupantes que me foram passados pelo ex-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e ex-ministro de Ciência e Tecnologia, o professor Clélio Campolina, que mostram um processo de verdadeira desindustrialização, hoje beirando o desastre: para nos convenceremos disso, basta compararmos o ano de 1985, fim do ciclo militar, quando a indústria tinha 23,02% do PIB, passa em seguida por sucessivas quedas e retomadas, até atingir o abismo de 13,81% no fim do governo de FHC, em 1999, subir para 17,79% no primeiro governo Lula, por volta de 2005, e despencar para 11,40% em 2015, hoje certamente algo menos, devendo estar cravando menos de 10%, ao voltar aos índices de fins de 1940 e início dos anos 1950.

Voltando ao ponto, há dias o Conselho Universitário da UFMG recomendou a não adesão ao Future-se. Nada mais acertado. Com efeito, como poderia ser diferente se, a par dos outros eixos do Programa con-

sagrados à “Pesquisa e Inovação” e à “Internacionalização”, que são fracas e mesmo ingênuos, aquele que seria o mais robusto e decidido dos três, com foco em “gestão, governança e empreendedorismo”, não passa de uma tentativa mal ajambrada de um ministro ressentido e de um inepto secretário da Secretaria de Educação Superior - Sesu brincando de gestores, com uma equipe de técnicos de economia e administração em que ninguém é do ramo, sem familiaridade com o assunto, e com os dois superiores na hierarquia parecendo eles mesmos não gostar do objeto nem das federais: referidas como “balbúrdias”, tratando aquilo que a maioria vê como um bem intrínseco (o conhecimento) como uma mercadoria e um bem fungível, e lançando para embasar propostas números duvidosos e sem lastro, como a declaração do titular da Sesu que entre as *top 50* a maior parte delas não passa de 40% de orçamento público. Ora, os dados disponíveis são bem diferentes, a começar pelos da União Europeia que mostram que o orçamento público gira em torno de 77%, ao passo que nos EUA, segundo a American Association for the Advancement of Science - AAAS e a National Science Foundation - NSF, esses números chegaram em 2016 a 60%, 25% da própria universidade, 6% originários de ONGs, 6% de empresas e 3% de outras fontes.

P&D&I e empreendedorismo

Estou comentando essas coisas, para me ater ao essencial, e ainda assim fui forçado a me alongar bastante. De fato, para fazer uma reforma dessa envergadura seria necessária uma ampla discussão com a comunidade e um horizonte de tempo bem maior visando à adesão ou não ao Programa. Nada disso foi feito, as comunidades universitárias e os reitores não foram consultados, nem associações científicas e especialistas no assunto, e a própria consulta pública que termina no dia 15 de agosto não prevê questionamentos mais substantivos do documento, forçando a recusa ou a aceitação em bloco, com

o secretário da Sesu em entrevista desafiando a comunidade a apresentar uma melhor proposta. Contudo, as coisas são bem mais complicadas, para ficarmos só com o primeiro eixo, o qual, com suas novas formas de gestão e governança a cargo de Organizações Sociais - OS privadas e fontes de financiamento lastreadas por fundos de investimento lançados no mercado de capitais e gerenciados pela OS que terá um papel de grande protagonismo no Comitê Gestor (Parceria Público/Privado), terminará por sequestrar a autonomia das IFES e transformar as Universidades Federais de instituições públicas que eram em empresas privadas – e isso ninguém quer.

Ao concluir, retornando aos números do Brasil e à conjuntura ruim, contrastando-os com os eixos do Programa, especialmente o primeiro, que de longe é o mais importante, peço que alguém me explique como seria possível num país como o nosso e no momento em que estamos vivendo, fazer P&D&I e empreendedorismo, quando não temos mais indústria e em vez de desenvolver produtos preferimos comprar tecnologia pronta.

Com efeito, se o objetivo é esse a médio prazo, o melhor a ser feito seria preparar o caminho e melhorar a casa a curto prazo, e nada disso temos no Programa anunciado com estardalhaço, ao terminá-lo com três meses, sabe-se Deus como e com que ajuda, retirado de qual gaveta ou gabinete, e depois dar um mês para as IFES decidirem sua adesão ou não ao Programa, com o *stick* numa mão e a *carrot* na outra.

IHU On-Line – Há alguma novidade no Future-se em relação ao que já é feito hoje nas universidades em termos de autonomia administrativa, financeira e de gestão, por meio de parceria com organizações sociais e de fomento à captação de recursos próprios?

Ivan Domingues - Penso que o essencial já está respondido na ques-

tão anterior. Apenas eu diria agora, ao ser perguntado, que eu não vejo maiores problemas as universidades federais continuarem, como quer o governo, com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii, criada a partir do modelo da Embrapa, em 2013, com sua excelência atestada em tudo que ela faz e hoje com inúmeras parcerias com IFES como o IFSul de Minas e outros tantos como o IFBA, o IFCE, o IFMG, o IF Fluminense, o IFSC, entre outros, assim como parcerias com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (Coppe), a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (CERTI) e a própria UFMG (DCC). Da mesma forma que não vejo nada demais os convênios dos hospitais universitários com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, fundada em 2011, e hoje com parcerias com quase todos eles, cerca de 32 IFES, à exceção da UFRJ e da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, tendo, em vez de privatizado, salvo os hospitais públicos de ensino da bancarrota iminente. Tudo isso nós fazemos e não representa propriamente uma novidade, porém numa escala menor, topicamente, e sem terceirizar a autonomia e a responsabilidade.

Assim, novidade mesmo é o contrato de gestão por direito privado e nesse contrato a centralidade da OS com a missão de introduzir parâmetros de empresas privadas com sua cultura no setor público e na administração pública. Aí a aposta é maior e as incertezas são enormes, estando ainda muita coisa obscura e um sem número de tecnicidades jurídicas mal equacionadas, com o potencial de muita coisa ir parar no Supremo, como na questão da autonomia didático-científica, administrativa e financeira/patrimonial estabelecida no artigo 207 da Constituição, e, no entanto, ignorada pelo projeto de lei a ser enviado ao Congresso, totalizando 18 páginas, tratando de modificar 18 leis ou antes artigos menores, muitos deles recentes, e terminando em seu penúltimo

artigo, de no. 44, por criar o “Dia Nacional do Estudante Empreendedor”, que irá cair num sábado logo depois do Trabalhador. Mais uma bobagem e uma leitura equivocada das coisas, como se os programas do P&D&I fossem a quinta-essência da Universidade Pública, e não algo próprio de certas áreas, que têm em comum com as outras o conhecimento como bem intrínseco, juntamente com seus frutos, e propriedade da civilização.

Todo mundo sabe que a conjuntura econômica está ruim e mesmo péssima. Neste cenário o ministro vem e acena com 100 bilhões de reais. Só que o governo não tem esse montante: nem os 100 bi, como ele reconhece, que deverão ser obtidos com ajuda de aportes externos, nem os 50 bi, que ele alega tê-los e que serão alavancados com o patrimônio das Ifes, aluguéis de dependências e aportes da União. Tudo isso, além de deixar o governo federal com as mãos livres, desobrigado em destinar as verbas constitucionais à educação e ao ensino superior, ao terceirizar as fontes de financiamento, levará à financeirização das universidades e a gestão ficará nas mãos de OSs ao alcance do jogo bruto das corporações financeiras, das interferências dos governantes (o MEC continuará como o grande tutor) e dos compadrios dos políticos e apaniguados: estes últimos com um mundo a ganhar especialmente naquelas instituições de menor porte, sem tradição ou com pouco enraizamento e sediadas em localidades mais afastadas.

IHU On-Line - Como as parcerias público-privadas impactam a produção do conhecimento nas universidades hoje e quais as expectativas nesse sentido em relação ao Future-se?

Ivan Domingues - Creio que eu já respondi, ao reconhecer o papel da Embrapii e da EBSEH, assim como as minhas desconfianças frente às OSs e às Sociedades de Propósito Específico - SPEs, contemplando diferentes escalas. Sobre as OSs, que

existem em profusão, há que se considerar no tocante às Ifes, até onde eu sei, a situação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada - Impa. Só que o Impa, consagrado à matemática pura, é uma instituição pequena e recebe verbas generosas do MEC e do MCT, não sendo exatamente um modelo para a captação de recursos privados e de atuação no mercado financeiro. Ora, o que o Programa Future-se quer é alguma coisa como o “Future-se” e seu propósito é trazer o mercado para dentro das UFES e levar à sua total financeirização, como eu disse, inclusive “Naming Rights”. Por seu turno, em contraste com o Impa, o Inhotim de Belo Horizonte também é uma OS, porém modelada para captar recursos da Lei Rouanet, e sua gestão é inteiramente privada, havendo um *boss* que manda em todos e decide tudo.

Outra coisa bem diferente e bem mais arriscada é colocar todas as federais nas mãos de uma mesma ou em diferentes OS, tornadas parceiras por contratos de direito privado, e é aqui que começam as dificuldades, mesmo que todo mundo esteja interligado pelas boas práticas, o princípio da transparência, a audição dos resultados e a fiscalização dos órgãos de controle.

IHU On-Line - O que, na sua opinião, deve balizar e limitar as relações público-privadas dentro das universidades?

Ivan Domingues - Sua pergunta é difícil e a resposta é dessas que valem 40 milhões de dólares. Até agora eu evitei os questionamentos jurídicos, por não ter competência na matéria e ser pessoalmente muito desconfiado das agendas negativas que caracterizam os meios acadêmicos e as próprias esquerdas, com todo mundo feliz da vida ao repudiar as mudanças e dizer não para tudo. De minha parte, não considero que a universidade pública no Brasil está no melhor de seus momentos e não precisa ser modificada em nada.

O meu pensamento íntimo é o oposto, como já comentei antes, e no ata-

cado eu me pauto pelo artigo 207 da Constituição, levando-me a dizer que bastaria ele ser aplicado em sua inteireza, com as autonomias administrativa e financeira sendo exercidas para valer, ao serem somadas à autonomia científica didático-pedagógica.

Só que a vida é dinâmica e, além da lei maior, há para os programas de P&D&I, até onde eu sei, o Marco Regulatório do Código de C&T de 2015-2016, o qual serve de parâmetro para as ações de empreendedorismo e permite a sua permanente reatualização e recalibragem.

Isto dá uma ideia de que uma universidade pode permanecer pública e abrir-se para programas de P&D&I, sem perder a autonomia e a identidade tão prezadas por nós. Aqui e em outras situações o que importa para nós, professores, é o *ethos*, num sentido próximo de Robert K. Merton³, e esse ponto é deixado de lado pelo Programa, ao trocar o *ethos* pelo *business*, e isso é outra história e significa errar de endereço.

IHU On-Line - Alguns críticos do programa Future-se argumentam que o programa fará com que as universidades fiquem refém do capital. Como o senhor vê esse tipo de crítica e como avalia a incidência do capital na universidade pública?

Ivan Domingues - Também o essencial já foi respondido, mas há outros que devem ser considerados. Antes de mais nada, eu concordo com as críticas de colegas que já assinalaram que o Programa Future-se coloca o mercado dentro da universidade e a deixará vulnerável aos altos e baixos do mercado financeiro, conhecido por sua extrema volatilidade, como mostrou a crise de 2008.

Agora, eu não sou contra a incidência ou a presença do capital na universidade pública via *endowments* [doação], mesmo a construção de edifícios com recursos

privados e visando usos públicos, com o nome do empreendedor ou mecenas na frente do prédio, assim como não sou contra várias atividades lucrativas ligadas a patentes e desenvolvimento de produtos.

Nada disso existia na universidade medieval quando ela surgiu, vindo no ensino uma espécie de oração e obséquio a Deus, ao passo que hoje é diferente, devendo essas coisas ou novidades ser “customizadas” e estando essa matéria já pacificada e suficientemente regulamentada.

“O nosso sistema, deixando a graduação de lado, é bem-sucedido no tocante à pós-graduação”

IHU On-Line - A parceria entre empresas e universidades é positiva para a produção de conhecimento? Pode nos dar alguns exemplos de como esse tipo de parceria pode ser positiva ou negativa?

Ivan Domingues - Eu não sou engenheiro, nem venho da área tecnológica, e não passo de um filósofo e um intelectual preocupado com o destino do país e a situação da universidade pública.

Voltando à sua pergunta, há dias li na *Folha de São Paulo* [03/09] uma matéria assinada por Angela Pinho em torno do Future-se e das ações do MEC, ao longo da qual ela cita, com respeito ao P&D&I que integra os dois primeiros eixos, o exemplo de um colega da Universidade de São Paulo - USP, o professor Humberto Gomes Ferraz, que não faz muito

³ **Robert King Merton** (1910-2003): foi um sociólogo norte-americano considerado um teórico fundamental da burocracia, da sociologia da ciência e da comunicação de massa. (Nota da **IHU On-Line**)

tempo desenvolveu o medicamento Vonau, com suas duas credenciais, segundo a jornalista: [1] o medicamento é excelente, sendo muito eficaz contra náusea, e foi desenvolvido em parceria com a Biolab, que financiou o projeto; [2] trata-se do produto que mais rende *royalties* à universidade, rateados entre a administração central, os departamentos envolvidos, a agência de inovação e os próprios criadores, que irão ficar com 30% do total.

Várias faces da universidade

Até aqui tudo bem. Só que, embora o projeto tenha sido bem-sucedido, o professor não deixou de revelar suas reservas contra a burocracia das nossas universidades, “um verdadeiro inferno”, segundo ele, para não falar da burocracia do governo, eu acrescentaria, da mesma forma que não deixou de expressar suas desconfiças profundas frente ao programa do MEC, e de resto bem parecidas com as minhas. De um lado, ao dizer que “o MEC não começou bem nesse governo”, ao se referir ao discurso de enfrentamento das universidades que caracteriza a gestão Bolsonaro, levando-o a expressar sua preocupação acerca das “reais intenções desse programa”. De outro, ao revelar o nosso déficit de cultura tecnológica, para não dizer “empreendedorística”, levando as nossas universidades a se refugiarem no academicismo, em meio, poderíamos acrescentar, ao mais desabusado dos taylorismos, como mostra a jornalista, ao parafrasear suas palavras, dizendo que segundo ele “a universidade [dá] um peso muito maior a publicações na avaliação dos docentes, em detrimento de outros indicadores, como o desenvolvimento de produtos”, fazendo-o perder o foco em suas pesquisas.

Essa é uma das várias faces da universidade com suas diferentes culturas de área e o projeto do governo de Bolsonaro para as UFES passa ao largo dessas coisas e erra o alvo, inclusive ao mirar as universidades americanas, tomadas supostamente como modelos de universidades pri-

vadas, e acertar na Coreia. Porém, a Coreia é outra conversa e fica em outro planeta.

Por seu turno, outro modelo segundo o Secretário da Sesu, que como eu disse parece não gostar do seu quintal e das federais, são as estaduais paulistas, USP e Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, que têm a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp como fonte adicional de recursos, à diferença de outros estados, com as Fundações de Amparo à Pesquisa - FAPs ou em mínima ou totalmente quebradas, e no entanto segundo o colega da USP, a prestigiosa universidade está longe de ser um modelo em empreendedorismo, levando um pesquisador de seis meses a dois anos para comprar um equipamento.

Realmente, algo precisa ser feito, mas não como pensa o ministro, que não é da área e é a favor de reduzir a verba de seu ministério, em mais uma de suas bizarrices, e como tal nunca vista antes no MEC e em outros prédios da Esplanada ou defendida nem mesmo por seus colegas atuais de governo.

IHU On-Line - O senhor já disse em algumas ocasiões, como numa entrevista à Revista Diversa (Nº 20 - Ano 12 - 20-04-2013) que o tripé ensino-pesquisa-inovação nunca se consolidou no Brasil e que falta uma agenda positiva de C&T para o país. Que tipo de iniciativas permitiriam consolidá-lo e criar uma agenda de C&T?

Ivan Domingues - Eu não me lembro de ter tratado do tripé ensino-pesquisa-inovação, mas, sim, do tripé ensino-pesquisa-extensão, levando-me a questionar a centralidade da extensão, como se fosse um eixo à parte e em que eu via em nossas federais algo sumamente inflado, uma verdadeira pletora carregando, além da extensão à comunidade, a prestação de serviços e as pós-graduações *lato sensu*. De fato, o programa Future-se nada diz do ensino

e da extensão e o que consegue dizer da pesquisa, em meio às trivialidades sobre internacionalização e reconhecimento de diplomas, não diz nada acerca da pesquisa básica, só da pesquisa aplicada, ao tomá-la na última ponta do processo de P&D&I, com a Inovação saltando à frente, e desde logo considerada pelo viés do empreendedorismo empresarial e não da inovação tecnológica.

É muito pouco, não pode dar certo e não é uma mera questão de torcer contra o Brasil, mas a favor, no sentido estratégico de pôr o foco correto no desenvolvimento com tecnologia e sustentabilidade, bem como a favor da universidade pública de pesquisa como “incubadora” de C&T antes de ser de P&D&I, e nada mais.

IHU On-Line - O senhor tem defendido que é preciso “refundar” a universidade pública. Pode explicar essa ideia? Por quais razões e em que aspectos as universidades precisariam ser refundadas?

Ivan Domingues - Sim, mas veja bem, não porque eu considere que o modelo esteja errado ou tenha fracassado, mas porque ele precisa de atualizações e recalibrações, como aliás qualquer modelo em diferentes lugares do mundo, em razão da própria dinâmica das coisas ou das transformações do meio em que ele está inscrito. Concretamente, eu digo que o modelo da universidade pública republicana está bem desenhado no Brasil e deverá ainda render seus excelentes serviços nas décadas que virão, garantido pelo artigo 207 da Constituição e tendo como marco legal a autarquia e seus dispositivos, ao colocá-la longe das ações dos governos, no rol da administração indireta. Considere-se ademais que a universidade brasileira – estou falando de universidade completa, cujo modelo foi formatado em nosso país a partir dos anos 30 em plena era Vargas – tem cerca de 90 anos, ou um pouco menos para o conjunto das federais, como no caso da UFMG, que só foi federalizada em 1949. Às Universidades ditas com-

pletas seguem os Institutos Federais com atuação na área tecnológica, de criação bem mais recente, na esteira dos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, mas dentro do mesmo marco legal das universidades, com o artigo 207 garantindo autonomia didático-científica, administrativa e financeira/patrimonial.

A bem da verdade, uma autonomia que nunca foi completamente realizada, salvo a autonomia didático-científica, que bem ou mal existe, mesmo que meio defasada, com aulas de mais e pesquisa de menos, em comparação com o hemisfério norte. Ao passo que, no tocante às duas outras pernas do modelo, os diferentes governos deixaram a universidade pública de braços atados e sem meios próprios para seguir adiante com sua missão de gerar e difundir o conhecimento, em meio às penúrias de orçamento, como as de hoje, com cortes e mais cortes de verbas constitucionais, bem como em meio às amarras de uma administração obsoleta e pouco ou nada republicana: por um lado, em sua face externa, uma administração que em sua estrutura e em seu funcionamento, em meio a seu cartorialismo ibérico, é a mesma desde os anos 30 quando o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP foi fundado e que depois, como o resto do país, foi crescendo de puxado em puxado, virando um verdadeiro monstro jurídico; e, por outro, em sua face interna, com seu *staff* administrativo desmotivado e nada disposto a se livrar das heranças do *ancien régime*, cujos males datam da colônia, como o corporativismo, em meio à indiferença complacente da administração central, das benesses do populismo sindical negociadas à época das eleições para reitor e totalmente avesso às chamadas boas práticas da ética republicana, como a responsabilidade, o zelo pelo bem público e a transparência dos atos e decisões.

Então, para encurtar a conversa, rigorosamente falando, se o modelo é bom e nada há de errado com ele, trata-se então não de jogá-lo fora ou deixá-lo de lado, mas de realizá-lo em toda sua extensão, bastando apli-

car de verdade os preceitos do artigo 207 da Constituição, ao garantir às IFES a plena autonomia financeira e administrativa, para além da autonomia didático-científica: e desde logo, não transformando as universidades em prestadoras de serviços e arriscando seu patrimônio na bolsa, como se fosse um bem privado, conforme quer o governo atual, com a disposição de transformar as ideias em *goods* e as atividades acadêmicas em *business*, coisas que não vamos encontrar nem mesmo nos Estados Unidos, mas como agente de civilização e bem público do povo brasileiro e da nação em seu conjunto, como notaram o imperador Pedro II ao criar a Universidade de Ouro Preto, Armando Salles a Universidade de São Paulo, Zeferino Vaz a Unicamp e Capanema, na esteira de Francisco Campos, as primeiras universidades que iriam compor depois o sistema das federais.

“O Conselho Universitário da UFMG recomendou a não adesão ao Future-se”

IHU On-Line - Que reformas são fundamentais para pensar e projetar o futuro das universidades públicas brasileiras hoje?

Ivan Domingues - É preciso ficar claro que se a constituição garante e o governo central não cumpre, não estamos diante de um problema político, mas de um problema jurídico, da alçada do Supremo, que tem o dever de zelar pela aplicação irrestrita da lei maior. Contudo, o Supremo está amesquinhado e saturado de problemas de outras alçadas e competências, inclusive roubos, *fake news* e assemelhados.

Sobre as reformas e recalibrações do modelo, muito certamente deverá ser feito em diferentes planos e níveis, mas sem necessidade de revolucionar os marcos legais, como já comentado no tocante a programas de P&D. Não tenho a menor condição, no espaço dessa entrevista ao IHU, de abordar na extensão e profundidade requeridas aquelas reformas que eu considero mais importantes, senão apontá-las sumariamente, ao percorrer os dispositivos jurídico-administrativos que dão o arcabouço constitucional das IFES. Assim, eu elencaria entre as reformas que eu considero fundamentais:

[i] a pronta implantação da autonomia de gestão das universidades federais, conforme o artigo 207, e para tanto seria suficiente dar-lhes o status de autarquia especial, com plena liberdade de contratação de seus servidores e professores e modelagem das carreiras e políticas salariais, atentando-se inclusive diferenças regionais que fazem com que um salário igual seja diferente em São Paulo e no Acre: neste quadro, não precisaríamos nem de OS nem mesmo de fundações, bastando ter um RH com esses atributos e funções;

[2] a quebra da unidade da carreira, ao considerar que nas grandes universidades cerca da metade do corpo docente não é constituída de pesquisadores, como nas áreas profissionais, para as quais bastariam bons profissionais e regimes de trabalho distinto da dedicação exclusiva, que seria reservada aos pesquisadores;

[3] a quebra da isonomia das universidades e instituições superiores de ensino, levando, por um lado, a distinguir as IFES entre [i] universidade de pesquisa em sentido estrito, com doutorados acadêmicos na linha de frente, e [ii] universidade de ensino voltada para a aquisição de uma habilidade técnica ou profissional, ao adaptar para os nossos meios as *Community Schools* da Califórnia e fixar para as universidades de pesquisa parâmetros de

excelência que serviriam de portas de entrada e de saída do sistema, conforme formulação do ex-reitor e ex-ministro do MCTI, Clélio Campolina, com quem venho conversando sobre o assunto; por outro, a garantir aos ITs a vocação de escolas técnica de nível superior, com sua carreira específica, sem a necessidade de se transformar em universidades completas e iguais às outras, oferecendo doutorados e mestrados acadêmicos.

Modelos de ensino superior

Vou parando por aqui, ao lembrar que a França também tem o seu Regime Jurídico Único – RJU e opera com um modelo bipolar de ensino superior, tendo como grandes protagonistas as escolas de elite e as universidades de massa, havendo entre estas várias excelentes. O contraste são a Inglaterra com seu modelo único e a Alemanha com o modelo bipolar das Escolas técnicas superiores e das universidades completas, todas como ensino público superior, pago na Inglaterra e gratuito na Alemanha. No extremo oposto está a Coreia, onde as próprias empresas estão ou são a universidade, como a Hyundai e a Samsung, não havendo rigorosamente universidade pública, mas privada, num país que investe uma fábula em C&T, cerca de 4-5% do PIB, contra 3-4% do Japão e da Alemanha. Tudo isso, sem falar das universidades comunitárias, nem rigorosamente públicas, nem rigorosamente privadas, como obras da Igreja cristã, a exemplo da universidade católica medieval, das universidades protestantes norte-americanas, como Harvard, e das PUCs e similares no Brasil, como a Unisinos.

Então, modelos não faltam e as públicas brasileiras já têm o seu, tratando-se apenas de aplicá-los e recalibrá-los.

IHU On-Line - O senhor também defende modelos universitários diferenciados, que possam auxiliar no desenvolvimento do país, com univer-

sidades menores, localizadas em regiões estratégicas e que atendam às demandas das suas regiões. Esse modelo já foi implementado no Brasil em alguma medida? O que poderia melhorar nesse sentido?

Ivan Domingues - Sim, como eu já disse, e eu aproveito para acrescentar agora a universidade corporativa da Petrobras, que aplicava e aplica ainda um absurdo de suas receitas na formação de seus quadros de engenheiros, que serão deslocados nas diferentes áreas da extração e beneficiamento do petróleo, inclusive em desenvolvimento de programas de P&D, sem prejuízo de parcerias com as universidades, como na Coppe na UFRJ, e ainda a universidade corporativa da Embraer, que antes de sua fusão com a Boeing investia cerca de 10% em P&D, tendo caído segundo Clélio Campolina, *expert* no assunto, para 7% em anos recentes.

Entende-se, como não se deu conta o projeto Future-se do governo, que em programas como esses estão em jogo não exatamente a produção de *papers*, mas o desenvolvimento de produtos, nem sempre *goods* para os mercados, mas para consumo próprio, em meio à corrida em C&T que caracteriza as economias avançadas do hemisfério Norte, com a Petrobras e a Embraer devendo ser arroladas entre os *cases* de sucesso, para usar a terminologia empregada pelo MEC na apresentação do dito projeto.

Ora, entre esses *cases* de sucesso, devemos mencionar a própria universidade pública brasileira, as três paulistas incluídas, que respondem por mais de 90% da nossa pesquisa considerando o conjunto das áreas do conhecimento.

IHU On-Line - Numa outra entrevista que nos concedeu, o senhor disse que “falta uma agenda positiva em C&T” para o Brasil. Iniciativas como o Future-se podem potencializar uma agenda em C&T?

Ivan Domingues - Simplesmente não acredito, não porque eu torça contra, eu que sempre fui e sou universidade, mas pelas razões já apontadas: um projeto pobre, arrogante, pueril e estreito, e ainda assim sumamente perigoso, a julgar pelas possibilidades que o aguardam ao ser confrontado com a realidade mesquinha da pesquisa em P&D&I no Brasil. Duas possibilidades, em suma, e ambas conduzindo ao mesmo resultado, ou seja: a possibilidade de dar tudo errado, porque errou de alvo e passou ao largo da realidade, ao pressupor para as nossas terras o círculo virtuoso de P&D&I, num país em que as empresas preferem importar tecnologia pronta e já testada, em vez de desenvolver produtos e projetos, correndo um risco todo seu; a possibilidade de dar tudo errado, porque acertou e transformou a universidade em prestadora de serviços e o conhecimento não num bem intrínseco, público ou o que seja, mas num *good* e num bem fungível, nada mais. E desde logo, alguma coisa que pode ser descartada e substituída o tempo todo, não havendo as ciências básicas e as chamadas humanidades nada o que fazer ou o que dizer num mundo como esse, só as *commodities*, o lucro, o investimento e o *business*.

Assim, das três missões da universidade apontadas acima, só sobrar uma: a de desenvolvimento de P&D, terminando a riqueza nas mãos de alguns poucos, aqueles que se deram bem no processo competitivo, sendo portanto vencedores, e condenando ao desaparecimento as missões civilizatória e educativa da universidade, na acepção de educação moral, avaliadas uma e outra por seu duplo projeto de espalhar as luzes do intelecto sobre a realidade circundante e moldar os corações e as mentes das pessoas.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Ivan Domingues - Sim, ao falar de desenvolvimento e da missão da universidade, não devemos reduzir a

coisa a desenvolvimento econômico e PIB crescendo: há que se ressaltar a missão da universidade à vista das

demandas e necessidades do conjunto da população, como agente da cultura e do bem-estar da sociedade, ponto

esse que eu considero de suma importância e que eu gostaria de enfatizar ao concluir a nossa conversa. ■

Leia mais

- **O intelectual cosmopolita globalizado é um outsider.** Entrevista especial com Ivan Domingues, publicada nas Notícias do Dia de 22-8-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2zsnFIH>

- **As biotecnologias e a possibilidade do pós-humano e do transumano.** Entrevista especial com Ivan Domingues, publicada nas Notícias do Dia de 20-10-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2Z9IVr1>



 INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

07/10/19 (segunda-feira)
14h às 15h30min
Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU
Campus Unisinos São Leopoldo

ihu.unisinos.br/eventos

**LITERATURA
 NEGRA:
 CRÍTICA ÀS
 POÉTICAS
 HEGEMÔNICAS**

Ronald Augusto
Porto Alegre


 UNISINOS
 DESAFIE
 O AMANHÃ.

Educação: revelação de mais uma face da financeirização e privatização dos direitos sociais

Carolina Catini observa que vivemos “uma nova cisão social entre quem tem o direito de ter acesso a um serviço transformado em investimento à sua inserção social pela exploração ou não”

João Vitor Santos

A fagocitose do capital do século XXI tem, entre as suas habilidades, a apropriação de diversos campos e a transformação dos mesmos em ativos financeiros. Com a educação não tem sido diferente. A professora Carolina Catini observa que o que se vive hoje é algo maior, parte de um processo que chama de financeirização e privatização dos direitos sociais. “Bancos e empresas se interessam pelos repasses estatais por meio dos trabalhos de responsabilidade social, com os fundos de investimento e fundos patrimoniais para financiar as atividades educativas e culturais, é difícil saber o que são recursos provenientes do Estado e de fundos privados”, explica. Ou seja, é mais do que um processo de privatização, pois ainda se faz uso de recursos estatais, mas com a gestão privada. Logo, elementarmente, vai-se mover pelas lógicas de lucro. “Uma hipótese de investigação é que se o controle dos direitos sociais pelas empresas e bancos privados se dá pela financeirização, os direitos sociais também se tornam formas de investimentos nos trabalhadores e trabalhadoras, numa especulação das forças de trabalho que podem se tornar rentáveis no futuro”, acrescenta.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Carolina analisa essas questões que estão ao fundo de movimentos que têm ocorrido no campo da educação. Segundo suas perspectivas, programas como o Future-se e mesmo as reformas da Educação Básica chegam como manifestações claras de tais lógicas. “A maior parte da oferta de vagas no ensino superior é diretamente privada e já se transformou em ativos financeiros há tempos.

A questão agora é quebrar as barreiras que restam e envolver as universidades públicas neste processo”, exemplifica, falando do Future-se.

Segundo tem observado a professora, os riscos são os mesmos da concorrência mercantil, em que se investe somente no que dá mais lucro. “Certamente algumas áreas da educação receberão maiores investimentos que outros, ampliando a desigualdade entre campos de produção de conhecimento”, acrescenta. Carolina ainda alerta que “há aqui diversos outros aspectos da questão da financeirização e privatização dos direitos sociais, mas é preciso destacar que é dessa gravidade que estamos falando” quando o tema é educação: “diz respeito a uma nova cisão social entre quem tem o direito de ter acesso a um serviço transformado em investimento à sua inserção social pela exploração ou não. O que passa a ser estipulado diretamente pelos investidores, sem mediações. Com isso, qualquer caráter inclusivo do neoliberalismo se esvai e sobre a concorrência pura e simples”.

No entanto, mesmo diante de um quadro que ela denomina de barbárie, observa que há terreno para resistência. “Ainda há espaço para experiências formativas consistentes, intelectuais e práticas, na universidade pública. E num momento em que se eleva um anti-intelectualismo e controle de todas as práticas sociais, é preciso manter essas frestas abertas e fazer expandir alguma capacidade de ação para criação de formas não individualistas, competitivas e concorrências de relações”, sintetiza.

Carolina Catini é formada em Pedagogia, mestra em Sociologia da Edu-

cação e doutora na área de Educação, Estado e Sociedade, todos cursos realizados na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP. Professora do departamento de Ciências Sociais da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, coordena a Li-

nha de Pesquisa Trabalho e Educação no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp. Entre suas obras publicadas, destacamos *Privatização da educação e gestão da barbárie* (São Paulo: Edições Lado Esquerdo, 2017).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Você pesquisa a transformação da educação em ativo financeiro. Gostaria que nos explicasse como se dá esse processo.

Carolina Catini – Na verdade, eu estudo a forma social dos direitos sociais. E estou pesquisando as mudanças que estão em curso na educação básica estatal provocadas pela intensificação da privatização da educação, que está se dando pela prestação de serviços de organizações sociais de direito privado. E essa investigação leva à observação da tendência colocada de maneira cada vez mais plena de transformação da educação em ativo financeiro. Quando os maiores e mais lucrativos bancos e grandes conglomerados empresariais se tornam prestadores de serviços educativos por meio de contratos de gestão com o Estado, eles não acessam recursos estatais para realizar sua “responsabilidade social”, mas também fazem uso de fundos de investimento próprios, abertos a negociações no mercado financeiro. Esse processo envolve os serviços em si, mas também o próprio patrimônio – antes considerado público – como os meios de trabalho, imóveis e terrenos estatais, os quais vão sendo apropriados privadamente por tais organizações sociais e também podem compor fontes de especulação e rentabilidade financeira.

A privatização do ensino fundamental e médio está ocorrendo por um meio distinto e mais complexo do que a terceirização dos serviços sociais na saúde e na assistência social, ou mesmo na educação infantil

e na cultura. Boa parte da efetivação destes direitos sociais passou a ser mediada por Organizações Sociais de direito privado que são contratadas pelas secretarias, municípios e estados. Embora essa forma de funcionamento se chame “parceria público-privada”, e na Reforma do Aparelho de Estado realizada no governo FHC se apresentasse como “serviços públicos não-estatais”, elas são, de meu ponto de vista, exatamente o contrário – serviços estatais, não públicos, isto é, literalmente, serviços privatizados por tais organizações da sociedade civil, contratadas pelo Estado. As Organizações Sociais controlam a gestão, a contratação de funcionários e, de acordo com sua linguagem própria, têm “missão” privada, com atuação que diz respeito a seus princípios religiosos, financeiros, de conduta, procedimentos etc.

O fato é que há um “mercado da cidadania” bem consolidado desde os fins dos anos 1990 com aquilo que se chama de “neoliberalismo inclusivo” – que denotou até bem recentemente a associação do crescimento das políticas sociais e a inserção social de trabalhadores e trabalhadoras pelo consumo com a privatização dos direitos sociais. Essa privatização fortaleceu organizações privadas, pela concentração de renda e controle de setores sociais imprescindíveis, como os serviços sociais de saúde e educação.

Conglomerados de trabalhos sociais

Tal fortalecimento não se observa necessariamente nas organizações da sociedade civil, mas sobretudo nas

organizações sociais ligadas a bancos e conglomerados empresariais, por meio de seus institutos e fundações, que muitas vezes passam a subcontratar organizações sociais menores para realizar uma multiplicidade de serviços sociais pelas quais estão responsáveis. Elas atuam isoladamente ou organizadas em espécies de conglomerados de trabalhos sociais empresariais, como o Todos pela Educação - TPE¹, que é composto por organizações como Instituto Itaú Social, Instituto Unibanco, Fundação Bradesco, Instituto Lemann, Instituto Natura, Fundação Telefônica/Vivo, etc., e apoiado pela Fundação Roberto Marinho (da rede Globo), pela família Johannpeter (dona da Gerdau), pelo Burger King (parte do patrimônio do empresário João Paulo Lemann, junto com Ambev, Heinz e outras empresas), pela Fundação Educar DPaschoal, pelos institutos das empreiteiras Cyrela e MRV, pelo grupo Votorantim etc.

E vale dizer, apenas como nota, que embora a privatização dos serviços de saúde tenha se dado de modo descentralizado pela terceirização das Unidades Básicas de Saúde - UBSSs, o modelo do TPE é seguido, por exemplo, pelo Instituto Coalizão Saúde que reúne hospitais privados, empresas da indústria farmacêutica, empresas de seguro e planos de saúde para dar respostas “às demandas da população e do país”.

¹ **Todos pela Educação (TPE)**: é uma organização sem fins lucrativos composta por diversos setores da sociedade brasileira com o objetivo de assegurar o direito à Educação Básica de qualidade para todos os cidadãos até 2022, ano em que se comemora o bicentenário da independência do Brasil. Fundado em 2006, o movimento conta com 32 organizações, entre mantenedores e parceiros, e quase 200 representantes divididos entre os diversos cargos da estrutura organizacional do TPE. (Nota da **IHU On-Line**)

O TPE não terceiriza de maneira simples a gestão de escolas e sistemas de ensino, mas faz uma prestação de serviços segmentada por cada um dos aspectos da divisão do trabalho educativo, oferecida pelos institutos e fundações de cada banco e empresa privada, dentre outros “parceiros da educação”. Além de desenvolver pesquisas, gerar dados e as evidências que precisa para formular políticas públicas, como as que deram base para a Reforma do Ensino Médio, tais organizações também organizam e atuam direta ou indiretamente (por meio da subcontratação de outras organizações sociais) numa miríade de projetos e programas, contínuos ou temporários, voltadas a cada um dos segmentos do trabalho educativo escolar e não escolar, entre a formação de professores(as), a formação de gestores, a inserção de tecnologias, a compra de serviços e materiais didáticos, projetos de empreendedorismo e capacitação profissional para os jovens etc. Essas grandes empresas e bancos mantêm seus fundos em capital aberto para acionistas, assim como investem seus próprios capitais em outros fundos.

Exemplos de atuação desses grupos

Só para dar alguns exemplos: o Instituto Lemann faz “formação de lideranças” – que se desenvolve para formar gestores do setor privado e público e, mais recentemente, também para formar líderes com carreiras políticas, independente do partido que vá representar. A “bandada Lemann” se apresenta como suprapartidária, como o Todos pela Educação, mostrando que há uma sobreposição das decisões dos empresários – isto é, de quem personifica o capital – a qualquer decisão política. O Instituto Lemann foi contratado recentemente pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo para fazer a seleção dos dirigentes da educação que coordenam os trabalhos nas diretorias regionais de ensino e decidiu, por critérios do instituto, retirar do cargo 36 dos 91 dirigentes que fizeram parte dessa

seleção, bem como envolverá a seleção para preenchimento dos cargos por novos dirigentes. Também oferece serviços para 27 secretarias municipais de educação, para estabelecer parcerias com outras organizações privadas para desenvolvimento tecnológico, gestão e formação de professores e professoras.

O Instituto Ayrton Senna² faz parcerias com redes públicas desde os anos 1990 para desenvolvimento de metodologias pedagógicas, e foi contratado pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo para assessorar toda a implementação do Inova-SP – o programa que parece dar corpo à Reforma do Ensino Médio. Os bancos Itaú e Unibanco, por exemplo, que se fundiram em 2008, detêm Institutos culturais e sociais, organizam serviços próprios e também subcontratam outras entidades privadas para fornecimento de serviços sociais temporários por meio de editais próprios. Ambos os institutos fomentam há longo tempo programas para juventude dentro e fora da escola, e foram instituições centrais na coordenação da Reforma do Ensino Médio.

Se é certo que bancos e empresas se interessam pelos repasses estatais por meio dos trabalhos de responsabilidade social, com os fundos de investimento e fundos patrimoniais para financiar as atividades educativas e culturais, é difícil saber o que são recursos provenientes do Estado e de fundos privados. Tais institutos e fundações têm atuação nacional, com programas distintos em cada estado e município e o grau de articulação entre eles e o Estado é de uma simbiose cuja profundidade é difícil de mensurar.

IHU On-Line – Como compreender a questão de fundo que proporcionou a transformação da Educação Básica em ativos?

² Instituto Ayrton Senna: ONG brasileira criada pela família Senna em 1994 tendo como presidente Viviane Senna, empresária e irmã do tricampeão de Fórmula 1. O Instituto concretiza o sonho de Ayrton Senna de ajudar o Brasil a diminuir as desigualdades sociais, criando oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens por meio da educação. (Nota da **IHU On-Line**)

Carolina Catini – A questão de fundo é a mudança de papel dos direitos sociais e do Estado para gestão das populações neste momento histórico que vivemos. A crise econômica se dá por uma sobreacumulação de capitais fictícios, que é o desenvolvimento da forma plena do capital de fazer dinheiro virar mais dinheiro, sem a mediação do trabalho e sua produção de mais-valia. Uma hipótese de investigação é que se o controle dos direitos sociais pelas empresas e bancos privados se dá pela financeirização, os direitos sociais também se tornam formas de investimentos nos trabalhadores e trabalhadoras, numa especulação das forças de trabalho que podem se tornar rentáveis no futuro. Além da lógica em si, o problema mais grave é que há hoje força de trabalho em excesso que não pode ser empregável.

Essa hipótese persegue a noção de que os direitos sociais são formas históricas e se alteram em função daquilo que ele é proveniente, que é a própria forma de realização da força de trabalho e a reprodução social de trabalhadores e trabalhadoras. Se num momento histórico que correspondia à consolidação de direitos públicos num Estado de bem-estar social que, como sabemos, nunca se efetivou plenamente nos países periféricos, a dissolução da sociedade industrial e salarial e as mudanças nas formas da exploração e contratos da força de trabalho alteram ainda mais as formas dos direitos sociais. No entanto, a privatização dos direitos sociais não se dá em detrimento do Estado ou de seu enfraquecimento, mas de seu fortalecimento como protetor dos direitos privados individuais. Não parece que se trata de um Estado Mínimo, mas de um Estado amplo que faz a gestão social em conjunto com empresas privadas e bancos – que não estão disputando com o Estado o controle da educação, mas concorrendo umas com as outras, enquanto o Estado é indutor e fiador destes novos contratos de prestação de serviços sociais. A hibridização de recursos públicos e privados para manutenção de serviços sociais indica essa simbiose entre o que é estatal

e privado, mas perdem o caráter público que assumiram num momento específico da história.

Virginia Fontes³ considera as Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos - Fasfil aparelhos privados de hegemonia, que compõem um Estado ampliado. Do mesmo modo, Lúcia Maria Wanderley Neves⁴ estuda a atuação das organizações sociais como estratégias do capital para educar o consenso.

Essa é uma mudança radical na forma de organização social e tem diversas consequências. Arrisco dizer que estamos assistindo à maior transformação da educação desde sua massificação pela forma escolar e o que é novo é justamente fruto da terceirização dos serviços sociais, que permitiu que ela se tornasse ativo financeiro de uma imensa indústria de serviços educativos. Desde que a Organização Mundial do Comércio - OMC estabeleceu que a educação é um bem e serviço comercializável como qualquer outro, na primeira década dos anos 2000, ela passou a circular no mercado financeiro, nas bolsas de valores, no arrolamento dos títulos da dívida pública, tudo isso com parte dos lucros garantidos pelo Estado. Isso não está transformando apenas a estrutura da educação e seu financiamento, mas também os processos educativos e a formação ofertada.

IHU On-Line – Quais os riscos de o ensino superior sofrer as mesmas incidências da educação básica, transformando-se em ativo financeiro?

Carolina Catini – O processo de transformação da educação em ati-

vos financeiros é distinto em cada nível de ensino, estão se desenvolvendo paralelamente e tem pontos de contato. É preciso considerar que enquanto grande parte do ensino básico é estatal e as formas de privatização são mais escamoteadas, a maior parte da oferta de vagas no ensino superior é diretamente privada e já se transformou em ativos financeiros há tempos. A questão agora é quebrar as barreiras que restam e envolver as universidades públicas neste processo.

Não tenho condições de uma exposição desse processo mais pormenorizado no ensino superior, mas há boas pesquisas como as desenvolvidas, por exemplo, por Lalo Minto⁵ da Unicamp e de Allan Kenji⁶ na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que destrincham relações entre público, privado e financeirização no ensino superior, mas também de Roberto Leher⁷, Wlademar Sguissard⁸, entre outros.

Entretanto, cabe um destaque em relação à articulação entre o ensino superior e básico, com o exemplo da Kroton⁹. Esse processo foi ampla-

mente favorecido pelos programas sociais como o Programa Universidade para Todos - Prouni e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - Fies, com recursos estatais aplicados em fundos de investimento com lucros garantidos. Isso ampliou o poder econômico de uma instituição financeira (mais que educativa) como a Kroton, que em 2014 tinha 40% de seu faturamento proveniente de recursos estatais. Em 2016 sua rede de ensino superior ultrapassou 1 milhão de estudantes no país. A gratuidade dos serviços ou o financiamento de parte das mensalidades pelas bolsas aqui representava a ampliação do acesso ao direito à educação pelas classes populares, ao mesmo tempo que permitiu a maior concentração de renda e a constante operação no mercado financeiro.

No mesmo ano de 2016, logo após a segunda onda de ocupações de escolas, o braço social da empresa, a Fundação Pitágoras – que leva o mesmo nome que a rede de ensino privado em Minas Gerais, lançou o programa Aliança Brasileira pela Educação - ABE que passou a oferecer serviços gratuitos às secretarias de educação básica estatais para a “pacificação” das relações escolares. Os ativos financeiros do ensino superior da rede privada da Kroton financiam os trabalhos sociais da empresa no ensino básico, apresentado por ela como o “maior mercado da América Latina”, com 58 milhões de matrículas e 83% em instituições públicas. Processos como este permitem a entrada da empresa na educação básica estatal e a disputa com outros monopólios dos serviços de educação, como o TPE.

IHU On-Line – Quais os riscos de uma educação financeirizada?

Carolina Catini – Os riscos são os mesmos colocados aos da concorrência mercantil: há investimento naquilo que pode se tornar rentável

³ Virginia Fontes: historiadora, com mestrado na Universidade Federal Fluminense – UFF e doutorado em Filosofia - Université de Paris X, Nanterre. Atua na Pós-Graduação em História da UFF, onde integra o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o marxismo. Entre suas obras estão *Reflexões Impertinentes* (2005), *O Brasil e o capitalismo-imperialismo: teoria e história* (2010) e inúmeros artigos em periódicos nacionais e internacionais. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Lúcia Maria Wanderley Neves: graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, possui mestrado em Educação pela UFPE e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora aposentada da UFPE, pesquisadora visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF e da Fundação Oswaldo Cruz. (Nota da IHU On-Line)

⁵ Lalo Minto: graduado em Economia pela Universidade Estadual Paulista, mestre e doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor do Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp. (Nota da IHU On-Line)

⁶ Allan Kenji: possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestrado em Educação pela UFSC. Atualmente é estudante de doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação e coordenador do Grupo de Estudos da Teoria Marxista da Dependência da Escola de Formação Política da Classe Trabalhadora - Vânia Bambirra. (Nota da IHU On-Line)

⁷ Roberto Leher: reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ na linha Políticas e Instituições Educacionais. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, desenvolve pesquisa em políticas públicas em educação. (Nota da IHU On-Line)

⁸ Wlademar Sguissard: licenciado em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, mestrado em Science de l'Éducation - Université de Paris X, Nanterre e doutorado em Sciences de l'Éducation - Université de Paris X, Nanterre. É professor Titular aposentado da Universidade Federal de São Carlos e professor aposentado da Universidade Metodista de Piracicaba. (Nota da IHU On-Line)

⁹ Kroton Educacional: é a maior empresa privada do mundo no ramo da educação. Fundada em 1966 em Belo Horizonte a partir da criação de uma empresa de cursos pré-vestibular chamada Pitágoras, a Kroton atua em todos níveis escolares, tais como: pré-escolar, ensino primário e secundário, ensino secundário para adultos, vestibular, cursos livres, educação superior e pós-graduação entre outros. Kroton tem mais 1,185 milhão de estudantes presenciais e 819.000 na modalidade de EAD, com 290.000 estudantes na educação básica em 127 campi e 726 polos divididos entre 11 marcas educacionais que estão distribuídas em todos os estados brasileiros. A empresa também está envolvida na distribuição, atacado, varejo, importação, e exportação de livros didáticos e revistas, entre outras publicações. Além disso, ela licencia produtos pedagógicos relacionados com a escola. A empresa opera 21 campi com a marca Pitágoras; 10 com a marca Unic; 5 com

a marca Unopar; e 10 mais com as marcas Unime, Ceama, Unirondon, Fais, Fama e União em 10 estados brasileiros. Ela também opera 804 escolas associadas no Brasil sob a marca Pitágoras, bem como 5 escolas parceiras no Japão e 1 escola parceira no Canadá. É a maior empresa brasileira no segmento de ensino superior para o número de alunos e de receita. (Nota da IHU On-Line)

e o investimento é intermitente de acordo com os interesses dos grupos financeiros. Certamente algumas áreas da educação receberão maiores investimentos que outros, ampliando a desigualdade entre campos de produção de conhecimento. O que podemos esperar da produção de conhecimento e formação profissional cada vez mais sob controle do capital? E mais: do capital em crise, buscando saídas de emergência para sua reprodução?

A terceirização de parte dos serviços de educação por diferentes organizações sociais já coloca em curso a desigualdade entre os serviços prestados à sociedade, bem como sua intermitência. Os direitos sociais se tornam tão intermitentes quanto o trabalho, uma vez que as organizações privadas devem competir para a prestação de serviço e dependem de licitações e editais e contratos estatais para tanto. Ao mesmo tempo, a crise econômica de longa data implica no aumento da demanda pelos serviços sociais por uma massa de desempregados, ou que por vezes encontra trabalho precário e com baixos salários, num cenário de grandes transformações tecnológicas e aumento de um mercado de serviços controlados por empresas de aplicativos.

Desse modo, a gestão das populações se dá por direitos sociais que funcionam como investimentos e também como contenção social, o que por vezes ocorre de modo concomitante. E grande parte das pessoas está cada vez mais submetida à gestão pela violência, não como sujeitos do direito, mas como objetos da intervenção, de confinamento, controle e vigilância social constantes, por uma gestão estatal que é também empresarial e militar. É claro que há aqui diversos outros aspectos da questão da financeirização e privatização dos direitos sociais, mas é preciso destacar que é dessa gravidade que estamos falando. Ela diz respeito a uma nova cisão social entre quem tem o direito de ter acesso a um serviço transformado em investimento à sua inserção social pela exploração ou não. O que passa a ser estipulado

diretamente pelos investidores, sem mediações. Com isso, qualquer caráter inclusivo do neoliberalismo se esvai e sobra a concorrência pura e simples. O que está em jogo é cada um de acordo com suas capacidades de demonstrar que pode ser um investimento rentável.

“Há um ‘mercado da cidadania’ bem consolidado desde os fins dos anos 1990 com aquilo que se chama de ‘neoliberalismo inclusivo’”

IHU On-line – Qual sua avaliação quanto ao Future-se?

Carolina Catini – Muitas avaliações foram feitas e publicadas desde que o Future-se foi apresentado pelo Ministério da Educação em julho deste ano. Já conhecido como “Future-se” nos meios acadêmicos, o programa se baseia no mesmo processo que induz à privatização de outros serviços sociais: o sucateamento drástico dado pelo subfinanciamento que conduz à terceirização, dado que as condições de trabalho vão se deteriorando, e se torna mais fácil a comprovação da eficiência – e as vezes até mesmo a necessidade – do setor privado para a prestação de serviços. Um dos eixos do programa se refere à contratação de Organizações Sociais para terceirizar partes da gestão que, como vimos, pode se transformar ela mesma em processo de financeirização, mas também da contratação de funcionários, docen-

tes e pesquisadores pelas entidades privadas, o que altera radicalmente nossas relações de trabalho. A radicalização aqui se dá pela criação do fundo que pode colocar serviços, os imóveis, os terrenos e tudo que a Universidade produzir no bojo dos processos de financeirização, que é o segundo eixo do programa.

Como muitos pesquisadores já apontaram, é verdade que a criação de tal fundo, em conjunto com os cortes e desvinculação de gastos com orçamento estatal, é uma fonte de financiamento incerta e duvidosa, que pode privilegiar certas áreas em detrimento de outras. Trata-se da tentativa de transformação da universidade pública em uma Organização Social, que disputa por financiamentos e captação de recursos como qualquer outra. Isso é bastante grave, pois trata de sua apropriação privada no bojo de um processo uma mudança completa na forma de organização social.

Ainda há água para correr entre o andamento da implementação do programa e na nossa capacidade de resistência e organização. Mas não me parece correto denominar esse processo de privatização e financeirização como um retrocesso, pois não há qualquer momento do passado com o qual se possa identificar tamanha forma de controle e apropriação privada da ciência e da formação.

A consideração de que esse seja um movimento anacrônico e retrógrado pode nos levar à avaliação equivocada da função dessa forma de gestão estatal para o capital e suas crises. Isso parece representar exatamente o progresso da educação capturado pelo capital e não um retorno a um momento pré-iluminista. De qualquer modo, esse projeto de racionalização e esclarecimento não pode ser reivindicado pela esquerda, pois sabemos na barbárie que ele culminou.

Ao contrário, tal processo corresponde à forma mais desenvolvida do capital e se há uma razão que rege tal processo é regulação social pela concorrência privada. Ela aponta para um futuro, mas um futuro no qual apenas cabem aqueles que vencem

degraus da disputa concorrencial desvairada, um futuro da geração sem futuro que, sem perspectiva de estabilidade, é impelida desde cedo a aprender as regras da concorrência. Ela se vincula com o terceiro eixo do programa que é o empreendedorismo e a inovação.

IHU On-Line – Uma lógica comum ao mundo do trabalho é a do empreendedorismo. Como observa a apropriação da ideia de empreendedorismo e inovação pelo campo da Educação?

Carolina Catini – A lógica do empreendedorismo incide sobre o trabalho educativo e sobre a formação da juventude, colocando-se ainda como possibilidade de se apresentar como contrapartida para os direitos sociais privatizados. O empreendedorismo é, na verdade, uma ideologia, pois se apresenta como forma de manifestação de seu oposto. A liberdade individual para inovação e autonomia na organização do trabalho são formas de controle social que não se dão pela passividade, mas pela manutenção da atividade e engajamento constante de trabalhadoras e trabalhadores para a própria exploração do trabalho. Apesar da impressão de autonomia para organização do próprio trabalho e organização individual da vida, tudo que é criado tende a ser capturado e fundido às empresas de serviços por aplicativos, por exemplo, ou quaisquer outras formas empresariais.

Além disso, há impressão de que um celular ou aplicativo torna-se um suporte para seu trabalho, mas ele é o representante de um patrão, ele é o controle do trabalho por uma megaempresa, muitas vezes internacional, que emprega nossa atividade. Desse modo, tendemos a trabalhar antes de estar empregado, sem remuneração, por nossa inserção no mundo da exploração do trabalho. O incentivo constante ao empreendedorismo conduz a uma proatividade subserviente ao sistema, que envolve a concorrência e o emprego do tempo no investimento por tornar-se competitivo, como se a exploração

do trabalho fosse um projeto de vida de cada um de nós.

Trabalho docente

Para o trabalho docente, o empreendedorismo pode configurar pela precarização dos contratos de trabalho, como está ocorrendo nas escolas básicas particulares, pela contratação como Microempreendedor Individual - MEI e pode ocorrer com a terceirização dos serviços de educação, que abre a perspectiva de colocar sob controle de organizações sociais privadas uma parcela bastante considerável de trabalhadores e trabalhadoras da educação estatal, com toda a instabilidade dessa prestação de serviço intermitente.

No ensino superior, o empreendedorismo nos coloca como captadores de recursos e competidores pelos mesmos fundos públicos e privados, nos transformando em gestores de projetos de pesquisa. Já há abertura para estabelecimento de convênios diretos com empresas privadas para pesquisas e patentes, mas a ampliação do corte do financiamento público, bem como o corte de bolsas de pós-graduação, a estagnação dos planos de carreira e o crescimento de editais de organizações sociais privadas para o financiamento da pesquisa aprofundam e alteram o caráter empreendedor no trabalho da educação. Além da concorrência, tudo isso implica num enquadramento mais severo do tipo de pesquisa a ser financiado, bem como na autonomia da escolha dos objetos de estudo, metodologias e divulgação dos resultados. Quem paga a banda escolhe a música.

Ensino do empreendedorismo

Empregado na formação o empreendedorismo parece cumprir um papel de encerrar as alternativas de vida e sobretudo a luta contra a exploração. Para os estudantes, o ensino do empreendedorismo implica na naturalização dessa necessidade de autoengajamento constante voltada para a própria sobrevivência e inserção no trabalho, fazendo com

que outras perspectivas saiam do horizonte de expectativas. É possível notar uma unidade na metodologia pedagógica das fundações e institutos empresariais, que envolvem o emprego de tecnologias, os projetos de vida dos jovens e o controle dos comportamentos pelas habilidades socioemocionais. Não por acaso também a Polícia Militar, no papel de educadora que cumpre nas escolas públicas há mais de 25 anos, pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd, por exemplo, também adotou metodologia semelhante desde 2015, com a ênfase na mudança de condutas e formas de comunicação com base na teoria de aprendizagem socioemocional.

Já faz tempo que o protagonismo juvenil faz parte do linguajar das fundações empresariais que fazem formação da juventude. Depois das ocupações de escolas, tornou-se comum falar em transformar lideranças de ocupação em lideranças empreendedoras. Por meio de observação e acompanhamento de casos que encontrei na pesquisa que estou realizando, levanto uma hipótese para o empreendedorismo na educação, que diz respeito a outra mudança, consequência de os direitos sociais se efetivarem pelo intermédio de entidades privadas: eles aparecem como gratuitos, mas exigem contrapartidas dos usuários.

Trabalho voluntário e empreendedorismo social

No caso das mil formas de confinamento pela educação não formal ofertada aos jovens de periferia pelas fundações de bancos e empresas, a contrapartida se dá pelo trabalho voluntário ou empreendedorismo social. Nas escolas, o empreendedorismo é colocado como atividade de disciplinamento para o trabalho, mas também pode se desenhar como contrapartida de um direito privatizado. Além de os jovens trabalharem nas escolas, projetos como as parcerias instituídas com o Sebrae, por exemplo, realizam feiras para comercialização dos produtos

feitos pelos estudantes nas quais se ensaiam formas de arrecadação de recursos não estatais. O rendimento de tal comércio depende da estrutura da escola e do financiamento das empresas privadas, variando entre artesanatos produzidos com sucatas até máquinas, robôs e produtos elaborados com impressoras 3D. De qualquer forma, parece que faz sentido a palavra de ordem “Nunca mais direitos sem contrapartidas”, como Dardot¹⁰ e Laval¹¹ sintetizam uma das bandeiras do neoliberalismo total, no livro *A nova razão do Mundo*¹².

Modernização ultraconservadora

O ministro da Educação apresentou o empreendedorismo como o futuro livre das amarras dos empregos fixos e concursos públicos, incentivando a abertura de startups dentro da Universidade. Há a possibilidade de se desenhar um modelo que funde trabalho e educação, no qual boa parte da atividade educativa se centre na formação pelo próprio trabalho, subordinado diretamente pelos donos do capital, que se apresentam como os organizadores dos direitos sociais.

Mais uma vez, nada disso se apresenta como um retrocesso, mas sim como uma modernização das relações sociais com sentido ultraconservador, na qual se destroem e degradam todas as linhas de uma ordem social precedente para finalizar um ciclo histórico e manter a ordem dentro do caos, numa contenção social que se dá pela guerra concorrencial de todos contra todos.

10 **Pierre Dardot**: filósofo e pesquisador da universidade Paris-Ouest Nanterre-La Défense, especialista no pensamento de Marx e Hegel. Desde 2004, com Christian Laval, coordena o grupo de estudos e pesquisa Question Marx, que procura contribuir com a renovação do pensamento crítico. Publicou no Brasil, juntamente com Christian Laval, o livro *A nova razão do mundo* (Boitempo, 2016). (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Christian Laval**: pesquisador e professor de sociologia da universidade Paris-Ouest Nanterre-La Défense. É autor de *L'Homme économique: Essai sur les racines du néolibéralisme* (Gallimard, 2007) e também de um volume de história da sociologia, *L'ambition sociologique* (Gallimard, 2012). Publicou no Brasil, juntamente com Pierre Dardot, o livro *A nova razão do mundo* (Boitempo, 2016). (Nota da **IHU On-Line**)

12 São Paulo: Editora Boitempo, 2016. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Qual a importância da manutenção de uma universidade pública no país?

Carolina Catini – Bom, estamos sendo expropriados por todos os lados e é importante resistir e manter os espaços e meios de trabalhos e formação ainda não completamente deteriorados e subsumidos pelo capital. A universidade brasileira ainda se preserva da avalanche das privatizações e da militarização dos trabalhos sociais. Não se trata do desejo de restaurar nada, como apontou Paulo Arantes¹³ em entrevista ao Brasil de Fato¹⁴, porque quem está na universidade pública hoje sabe dos limites de nossa atuação para a formação crítica, desenvolvimento de processos coletivos de pesquisa e produção de conhecimento.

Espremidos que estamos pela intensificação do trabalho e pela produtividade etc., a luta não deve se orientar pelo corporativismo e justificativas meritocráticas para a manutenção dessa forma social, mas pelo sentido que ela pode ganhar na luta para impedir a subserviência completa da educação às relações mercantis e financeirizadas. Deixar que as instituições do mercado financeiro presidam as políticas educativas, organizem práticas e comandem as pesquisas científicas é deixar se criar uma nova normatividade, controlada de ponta a ponta por elas. Penso mesmo que não há chance de restauração. Ou o capital se apropria e muda por completo a forma social da Universidade ou resistimos para criarmos formas novas de re-

13 **Paulo Arantes**: graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP, fez doutorado de Troisième Cycle na Université de Paris X, Nanterre, com a tese *Hegel: l'ordre du temps* (Paris: Harmattan, 2000), também disponível em português, *Hegel: a ordem do tempo* (São Paulo: Hucitec, 2000). Arantes é docente emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, do Departamento de Filosofia da USP. Escreveu várias obras, entre elas *Um departamento francês de ultramar* (São Paulo: Paz e Terra, 1994); *Ressentimento da dialética* (São Paulo: Paz e Terra, 1996); e *Extinção* (São Paulo: Boitempo, 2007). Professor aposentado da USP, o pensador marxista dirige a coleção Zero à Esquerda, da Editora Vozes, e a Coleção Estado de Sítio, da Boitempo. Sua obra associa o rigor da filosofia hegeliana e marxista com análises sociológicas e antropológicas da realidade cultural brasileira. Concedeu e entrevistou *A violência institucional ilegal é exercida hoje como uma política sistêmica. Governos não fazem mais a diferença* à edição 248 da revista **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/kQ0nppm>. (Nota da **IHU On-Line**)

14 A entrevista está disponível em <http://bit.ly/309412w>. (Nota da **IHU On-Line**)

lações de trabalho e formação que neguem o empreendedorismo e a privatização.

Precisamos ganhar tempo porque estamos aprendendo a lutar contra essa nova razão que orienta as formas de dominação econômica, política e social. A aparência democrática que algumas organizações sociais privadas levam em sua luta por direitos sociais, assim como sua experiência na eficiência de gestão, atrapalha a avaliação das concessões que se fazem em torno de tais processos de privatização. Não obstante, a organização financeira tem como razão de existir o lucro e não a melhoria das condições de vida de trabalhadores e trabalhadoras. A exigência de contrapartida que elas podem exigir certamente ampliará a desigualdade entre estudantes de cada segmento social e os que ingressaram por cotas ou programas sociais que recém popularizou a universidade e alterou sua função social.

É claro que o Estado está em imensa vantagem, podendo, por exemplo, cortar financiamento das universidades e institutos federais, gerando a situação de emergência, na qual muitas delas estão declarando insuficiência de recursos para manter o funcionamento nos próximos meses. Precisamos nos preparar para essa e outras táticas que serão utilizadas para induzir o consentimento da privatização e financeirização.

Mas mesmo com as adversidades de nossas relações de trabalho, ainda há espaço para experiências formativas consistentes, intelectuais e práticas, na universidade pública. E num momento em que se eleva um anti-intelectualismo e controle de todas as práticas sociais, é preciso manter essas frestas abertas e fazer expandir alguma capacidade de ação para criação de formas não individualistas, competitivas e concorrências de relações. Talvez assim a universidade possa ser um dos lugares que alimente a luta contra a barbárie que estamos vivendo. E a luta coletiva e auto-organizada é sempre fonte para essa criação. ■



O lucrativo mercado da educação e da ciência que extermina a universidade pública e democrática

Boaventura de Sousa Santos explica que as lógicas colonialistas e neoliberais barram outras formas de conhecimento que não sejam a favor do mercado

João Vitor Santos e Wagner Fernandes de Azevedo

O capitalismo compreendeu que mercantilizar a educação é extremamente lucrativo. No entanto, essa construção não é recente. A ciência construiu-se como um conhecimento colonizador, subjugando e exterminando os conhecimentos que buscavam a interligação do ser humano e a natureza. O conhecimento abstraído, separado e fragmentado, constitui-se como base da exploração da Terra e dos povos que a ela se identificavam. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos explica, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, que “a concepção [de natureza] que foi adotada nas colônias foi a concepção cartesiana porque era essa a que permitia explorar os recursos naturais sem limite e mesmo considerar os povos nativos como parte da natureza e, tal como ela, totalmente disponíveis para os interesses coloniais”.

A ciência, para Boaventura, tem um caráter ambíguo e contraditório, pois “tem um pluralismo interno, pode ser um instrumento contra a dominação capitalista, colonialista e patriarcal mas o conhecimento científico continua afirmando uma superioridade incondicional e em abstrato que acaba por legitimar o epistemicídio”. Para o sociólogo, esse pluralismo coloca a ciência em disputa, sendo a universidade o local dos diferentes enfrentamentos. “Nas últimas décadas houve esforço notável no sentido de tornar esse projeto [de universidade pública] mais inclusivo e intercultural. Esse esforço está hoje no centro da hostilidade à universidade pública. É que o neoliberalismo não está mais interessado em projetos de país”, acrescenta.

Dentro dessa trajetória contraditória, formula-se “o capitalismo universitário”. A educação como mercadoria lucrativa faz dos estudantes “consumidores de um serviço produzido pela universidade de que os trabalhadores mais qualificados são os professores”. Boaventura expõe que esse processo se formula em cinco fases: primeiro, “a degradação financeira da universidade pública transferindo recursos para o setor privado”; segundo, “privilegiando a formação da força de trabalho exigida pela economia”; terceiro, “torna-se mercado onde os estudantes deviam pagar para entrar”; quarto, “criam-se rankings das universidades para que cada universidade passasse a ter um valor de mercado globalmente reconhecido”; e, por fim, “a universidade deve ser gerida como uma empresa capitalista privada”. O sociólogo identifica que no Brasil todas as fases do capitalismo universitário estão articuladas no programa Future-se: “avança de maneira brutal, tipo terapia de choque, para queimar etapas e fazer colapsar as fases acima mencionadas”.

Para o sociólogo é necessário, mais que a defesa da universidade pública, a defesa de uma reforma universitária – aos moldes da Reforma de Córdoba de 1918 – a partir de cinco vetores: a democratização da universidade; a reconversão epistemológica, ao que designa como Epistemologias do Sul; a luta contra o elitismo; o testemunho na prática da sua vocação anticapitalista, antipatriarcal, anticolonialista; e a criação de formas não capitalistas (fora da lógica dos rankings) de cooperação interuniversitária, tanto a nível nacional como internacional.

Boaventura de Sousa Santos é professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin-Madison e Global Legal Scholar da Universidade de Warwick. É igualmente diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, diretor do Centro de Documentação 25 de Abril da mesma Universidade e coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Entre sua vasta produção bibliográfica, citamos os recentes livros *The End of*

the Cognitive Empire (Duke University Press, 2018); *Pneumatóforo: Escritos Políticos 1981-2018* (Almedina, 2018); *Esquerdas do Mundo, Uni-vos!* (Boitempo, 2017); *Decolonising the University* (Cambridge Scholars, 2017); *Justicia entre Saberes: Epistemologías del Sur contra el Epistemicidio* (Morata, 2017); *As bifurcações da ordem. Revolução, cidade, campo e indignação* (Editora Cortez, 2016); *A Dificil Democracia - Reinventar As Esquerdas* (Boitempo Editorial, 2016).

Confira a entrevista.

IHU On-Line — Como se constituiu o conhecimento científico nos países colonizados?

Boaventura de Sousa Santos — Constituiu-se como parte integrante do processo colonial. Foi sempre mais uma questão de poder do que de saber e envolveu sempre a destruição dos conhecimentos que vigoravam nas regiões do mundo por onde se expandiu o colonialismo europeu. Chamo isso de epistemicídio. O epistemicídio foi sempre o outro lado do genocídio: populações sem valor humano porque ignorantes ou detentoras de conhecimentos sem validade ou até perigosos. Nunca atuou em separado do conhecimento teológico, a evangelização.

Mas este projeto teve diferentes trajetórias em diferentes regiões do mundo. Na Ásia e em parte da África e das Américas, onde existiam impérios que detinham e sustentavam sistemas de conhecimento ordenado e, por vezes, escrito, o epistemicídio foi particularmente violento e, paradoxalmente, foi acompanhado pelo fascínio da diferença epistemológica e a absorção ou aproveitamento seletivos. Em outras regiões, a ciência e a evangelização atuaram como se operassem em *tabula rasa*. A ciência colonial foi sempre uma ciência truncada em relação ao conhecimento existente na Europa. Por exemplo, no século XVII estavam vigentes (ainda que com difusão diferente) duas concepções de na-

tureza, a cartesiana, que concebia a natureza como desprovida de dignidade divina e, por isso, à disposição dos seres humanos (*res extensa*), e a concepção espinozista que distinguia entre a natureza inerte (*natura naturata*) e a natureza fonte sagrada de vida (*natura naturans*) e, como tal, plena de dignidade divina (*deus sive natura*). A concepção que foi adotada nas colônias foi a concepção cartesiana porque era essa a que permitia explorar os recursos naturais sem limite e mesmo considerar os povos nativos como parte da natureza e, tal como ela, totalmente disponíveis para os interesses coloniais.

IHU On-Line — Como, no contexto atual do Brasil e do mundo, é possível compreender a colonialidade dos saberes?

Boaventura de Sousa Santos — O colonialismo, ao contrário do que se pensa, não terminou com as independências, apenas mudou de forma. Passou a ser um colonialismo interno, desde a concentração de terra até ao racismo. Vivemos em sociedades capitalistas, colonialistas e heteropatriarcais. Obviamente, a questão epistemológica é hoje muito mais complexa porque a ciência tem um pluralismo interno que permitiu que ela também se tornasse um instrumento eficaz contra o colonialismo. Parte do ataque de hoje à universidade vem daí. Mas o conhecimento científico continua afirman-

do uma superioridade incondicional e em abstrato que acaba por legitimar o epistemicídio, ontem como hoje. Se eu quero ir à lua preciso do conhecimento científico, mas se eu quero conhecer e defender a biodiversidade da Amazônia, preciso do conhecimento indígena. Isto, que parece evidente, continua a ser negado pelas concepções dominantes de ciência e do ensino superior.

IHU On-Line — De que forma podemos compreender hoje, no Brasil e no mundo, o papel da universidade pública?

Boaventura de Sousa Santos — Dado o seu pluralismo interno, a ciência pode ser um instrumento contra a dominação capitalista, colonialista e patriarcal. A universidade pública em contexto democrático tem defendido esse pluralismo ao defender a liberdade acadêmica como pressuposto da produção de um conhecimento livre, crítico e independente. Esse conhecimento confronta as elites retrógradas ao pôr a sua dominação injusta a nu. Daí que elas não desperdicem as oportunidades para tentar neutralizar a universidade pública. Por outro lado, a universidade pública foi onde se construíram os projetos de país. Estes projetos foram quase sempre excludentes, pois não incluíram a história da resistência anticolonial, os povos indígenas, os povos de matriz africana, as mulheres, para não

falar dos direitos do povo cigano ou de pessoas com necessidades especiais etc.

Porém, nas últimas décadas houve esforço notável no sentido de tornar esse projeto mais inclusivo e intercultural. Esse esforço está hoje no centro da hostilidade à universidade pública. É que o neoliberalismo não está mais interessado em projetos de país. Para ele, a economia é uma só, capitalista e global, e as elites que a governam devem ser treinadas em universidades igualmente globais. As universidades nacionais são empecilho perigoso.

“A ciência
pode ser um
instrumento
contra a
dominação
capitalista,
colonialista e
patriarcal”

IHU On-Line — Como o senhor analisa o espaço da universidade hoje?

Boaventura de Sousa Santos — É um espaço crescentemente plural e diverso que começa a ter consciência de que tem ainda um longo caminho a fazer no sentido de se descolonizar, democratizar e despatriarcalizar. Mas, na medida em que toma consciência disto, torna-se mais forte e mais perigosa para as “elites do atraso” como bem diz o Jessé de Souza¹. A universidade pú-

1 **Jessé José Freire de Souza** (ou Jessé Souza) (1960): professor universitário e pesquisador brasileiro. Em 2 de abril de 2015 foi nomeado pela Presidência da República ao cargo de presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cargo anteriormente ocupado por Sergei Suarez Dillon Soares. Foi demitido do cargo em maio de 2016, quando Michel Temer assumiu interinamente a Presidência, depois do afastamento de Dilma Rousseff. Ele concedeu inúmeras entrevistas para IHU On-Line, entre elas *Nova classe média: um discurso economicista*, disponível em <http://bit.ly/2hR834u>; e *Ralés, batalhadores e uma nova classe média*, disponível em <http://bit.ly/2wP47E2>.

blica (e a universidade privada não lucrativa e com missão universitária, isto é, a universidade que recusa ser uma universidade-negócio) é talvez a mais bem administrada instituição do Estado e aquela em que há menos corrupção. É um espaço de convivência democrática que começa a conhecer os limites da sua democratização e no melhor dos casos, aliás frequentes, começa a tomar medidas para os ir ultrapassando. Também nesta medida se transforma numa ameaça para o poder conservador e suas elites que querem preservar o elitismo das universidades para as manter ao seu serviço.

IHU On-Line — Existe um assédio neoliberal às universidades? Como ele se dá e que neoliberalismo é esse que incide também sobre os saberes?

Boaventura de Sousa Santos — O neoliberalismo começou a penetrar na universidade em grande escala a partir dos anos 1980, quando se começou a expandir o que designo como capitalismo universitário. Trata-se de transformar a universidade, de um bem comum, em investimento lucrativo.

Um célebre estudo da Merrill Lynch² afirmava nessa época que a saúde e a educação superior seriam duas das áreas de investimento mais lucrativo nas décadas seguintes. Este objetivo exigia a degradação das universidades públicas para abrir espaço para as universidades privadas. Foi aí que a universidade pública deixou de ser em muitos países uma prioridade para o Estado. Foi esta a origem da chamada crise financeira das universidades públicas.

As cinco fases do capitalismo universitário

O capitalismo universitário teve várias fases — em alguns países os processos foram simultâneos:

A primeira fase foi, como disse, a degradação financeira da universi-

dade pública (incluindo salários de professores e bloqueio de carreiras) para permitir a criação de universidades privadas com pessoal qualificado. Os primeiros professores foram quase todos formados em universidades públicas em cuja formação o Estado tinha feito um grande investimento. Deu-se, assim, o que podemos designar como a acumulação primitiva do sistema privado de ensino superior: uma transferência massiva de investimento público para o setor privado.

A segunda fase consistiu na ideia de que a universidade devia privilegiar a formação da força de trabalho qualificada exigida pela economia. Todos os outros objetivos deviam ser negligenciados ou eliminados.

A terceira fase foi que a universidade pública devia ser ela própria um mercado onde os estudantes deviam pagar para entrar (o anátema da gratuidade demagogicamente convertido num privilégio injusto). E onde os professores deviam tornar-se mais competitivos, criando-se mecanismos quantitativos para medir a sua produtividade e tornando as carreiras precárias para incentivar a competitividade.

A quarta fase foi a invenção dos rankings das universidades, classificações globais das universidades (dos seus professores) para que cada universidade passasse a ter um valor de mercado globalmente reconhecido. No caso de se liberalizar inteiramente o sistema de ensino universitário, o preço a pagar por uma franquia de um curso de uma dada universidade dependeria da localização no ranking, tanto da universidade vendedora como da universidade compradora. O ranking, tal como o PIB, é extremamente seletivo e enviesado nos fatores que contabiliza. Está na origem da enorme estratificação e segmentação do sistema universitário, uma estratificação e segmentação que discrimina contra as universidades de quase todos os países e contra a maioria delas dentro de cada país. Trata-se de uma globalização universitária capitalista, totalmente oposta à cooperação e

internacionalização interuniversitária que existia antes.

A quinta fase, talvez a mais recente, é que a universidade no seu conjunto e, portanto, também a universidade pública deve ser, não só um mercado capitalista, mas também deve ser gerida como uma empresa capitalista privada. A distinção entre universidade pública e privada deve diluir-se a prazo: os estudantes são consumidores de um serviço produzido pela universidade de que os trabalhadores mais qualificados são os professores.

Obviamente, o capitalismo universitário tem-se confrontado com muita resistência e, em certos países, como no caso do Brasil durante os governos do PT, tem havido fortes movimentos de contracorrente. O Projeto Future-se visa neutralizar esse movimento e avançar com os objetivos do capitalismo universitário. E avançar de maneira brutal, tipo terapia de choque, para queimar etapas e fazer colapsar as fases acima mencionadas.

IHU On-Line — Por que a universidade se torna um objeto de desejo para lógicas neoliberais?

Boaventura de Sousa Santos — Por duas razões. Primeiro, como referi, é considerado um investimento lucrativo. Segundo, a transformação capitalista da universidade retira-lhe a capacidade de produzir conhecimento crítico, livre e independente. A universidade é assim domesticada e sujeita à lógica global capitalista. Não é necessária a repressão policial. Basta que a monotonia das medidas de medição do desempenho e do ranking façam o trabalho que se espera delas.

IHU On-Line — Podemos, ainda, afirmar que a universidade também se torna um terreno de desejo da extrema direita que ascende no mundo? Por quê?

Boaventura de Sousa Santos — A extrema direita vê na universidade um ambiente particularmente

hostil precisamente porque esta tem vindo a operar gradualmente contra tudo o que é anátema para a extrema direita: democratização, produção de conhecimento com vocação anti-capitalista, anticolonialista e antipatriarcal, luta contra os preconceitos raciais e sexuais e contra conservadorismo religioso ou de casta (no caso da Índia).

“O capitalismo universitário visa substituir a responsabilidade social pela eficiência econômica”

IHU On-Line — Hoje, existe a emergência de uma Reforma Universitária? De que ordem deve ser essa reforma e em que medida o espírito (a alma, a consciência) da Reforma de Córdoba³, de 1918, ainda pode inspirar?

Boaventura de Sousa Santos — Infelizmente a reforma de que se fala hoje — flagrantemente o caso de Future-se — está nos antípodas da reforma animada no continente pelos estudantes de Córdoba (Argentina) de 1918. Esta última visou aumentar a responsabilidade social da universidade de que nasceram, por exemplo, os departamentos de extensão universitária. O capitalismo universitário visa substituir a responsabilidade social pela eficiência econômica. A reforma capitalista da universidade é uma contrarreforma. Não visa dar um futuro à universidade. Visa antes eliminar o futuro da universidade en-

quanto entidade específica com uma missão abrangente na sociedade. Visa acabar com a ideia de universidade tal como a entendemos hoje.

IHU On-Line — Como a universidade pode ajudar a construir uma sociedade que supere as estruturas patriarcais, capitalistas e coloniais?

Boaventura de Sousa Santos — A verdadeira reforma da universidade deverá aprofundar os seguintes objetivos. Identifico os principais vetores:

1) Ampliar a democratização da universidade, não apenas no domínio do acesso, como no domínio do professorado, como no domínio da pesquisa e da extensão.

2) Fazer uma reconversão epistemológica no sentido de passar do pluralismo interno da ciência ao pluralismo externo. É o que designo por Epistemologias do Sul, isto é, o reconhecimento da existência de conhecimentos válidos para além do conhecimento científico, particularmente os conhecimentos nascidos nas lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, produzidos pelas populações que mais duramente têm sofrido as injustiças e as discriminações causadas por esses modos de dominação, tanto no passado como hoje. Não se trata de qualquer movimento anticência. Trata-se exatamente do oposto, na medida em que reconhecer os limites da ciência e levá-la a dialogar com outros conhecimentos não só aumenta a justiça cognitiva sem a qual não há justiça social, como dá à ciência uma nova e excitante tarefa, a de contribuir para produção de ecologias de saberes que fortaleçam as lutas das classes e populações sociais oprimidas, exploradas, discriminadas. Um exemplo basta para ilustrar: no movimento antiagrotóxicos produz-se uma ecologia criativa de saberes entre os conhecimentos científicos de médicos, engenheiros, biólogos e químicos e os conhecimentos das populações camponesas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas afetadas pela contaminação das suas

³ Reforma Universitária de Córdoba, também conhecida como Reforma Universitária de 1918: foi um movimento de projeção latino-americana para democratizar a universidade e conferir-lhe um caráter científico. Começou com uma rebeldia estudantil na Universidade Nacional de Córdoba da Argentina que se estendeu entre março e outubro de 1918, durante a qual houve violentos confrontos entre reformadores e católicos. Sua data simbólica é 15 de junho de 1918. (Nota da IHU On-Line)

águas, a degradação das suas terras e o envenenamento dos seus corpos. O saber científico dos que fizeram doutoramentos universitários deve saber dialogar e enriquecer-se com o saber notório dos que têm o doutoramento da vida. Nisto consiste a tarefa descolonizadora da universidade, uma tarefa exigente porque tem um componente de autocritica que nem sempre é fácil de digerir.

3) A universidade deve lutar contra o elitismo com que sempre lidou com as escolas e os professores do ensino médio e secundário e criar formas de cooperação e de formação dos que lutam no seu dia a dia contra a educação-negócio e por uma educação libertadora, emancipadora.

4) A universidade deve dar testemunho na prática da sua vocação anticapitalista, favorecendo, na provisão dos seus serviços, as economias familiares, cooperativas, solidárias, de mulheres, camponesas, indígenas, quilombolas. Por exemplo, as universidades não podem estar apenas fisicamente próximas a favelas e periferias. Devem estar, na prática, solidárias com a luta contra a injustiça social e racial de que as suas populações são vítimas.

5) As universidades devem criar formas não capitalistas (fora da lógica dos rankings) de cooperação interuniversitária, a nível nacional e internacional. Um bom exemplo é a rede de universidades sul-sul, entre universidades brasileiras e argentinas, recentemente criada no âmbito das celebrações do centenário da Reforma de Córdoba.

IHU On-Line — Sem ainda superar as lógicas colonialistas, quais os riscos de adotarmos o próprio colonialismo como a solução para os problemas dos países de terceiro mundo?

Boaventura de Sousa Santos — Em minha opinião, o subcontinente e, particularmente o Brasil, está a ser sujeito a um violento processo de recolonização que abrange múltiplos setores: sistema judiciário, entrega de recursos naturais e investimen-

tos estratégicos, destruição da base industrial, sobretudo no setor da construção civil para abrir caminho às empresas estrangeiras, educação e saúde, evangelização promotora da teologia da prosperidade etc.

IHU On-Line — Como o senhor interpreta a ascensão da extrema direita no Brasil e no mundo a partir de lacunas deixadas pela esquerda? E que lacunas são essas? Como superá-las?

Boaventura de Sousa Santos — Vivemos uma onda reacionária no mundo. Distingue-se do conservadorismo. O pensamento conservador crê nos valores da Revolução Francesa, liberdade, igualdade e fraternidade, embora dê total prioridade ao primeiro e o conceba mais pela ótica da liberdade econômica do que pela ótica da liberdade política, cultural e social. Ao contrário, o pensamento reacionário pretende regressar a um mundo pré-Revolução Francesa, um mundo de privilégios e de hierarquias sociais assentes em supostas hierarquias naturais, sejam elas sexuais, étnico-raciais, religiosas ou de castas. O movimento de extrema direita esteve sempre presente, numas épocas mais e noutras menos. Neste momento, é a versão ideológica mais consistente da justificação da extrema desigualdade social causada pela versão mais antisocial do capitalismo que hoje domina: o capital financeiro. A esquerda deve se autocriticar sem se autoflagelar. A sua ilusão principal foi pensar que o poder de governo incluía o poder social, cultural e econômico. Ora, isso nunca ocorreu e agora tem de reconhecer amargamente esse erro e recomeçar de novo.

IHU On-Line — Em que medida as chamadas pautas identitárias (feminismo, negritude, diversidade sexual) desvertebram os movimentos de esquerda?

Boaventura de Sousa Santos — Em nenhum caso. Essa ideia decorre de visões marxistas eurocêntricas que viveram na ilusão que o capitalismo

podia existir sem colonialismo e sem patriarcado. Não pode. Não há trabalho livre, capitalista sem a seu lado existir trabalho desvalorizado e não pago, seja sob a forma de trabalho escravo, trabalho racializado ou sexualizado ou ainda o trabalho não pago da economia de cuidado que continua a recair predominantemente nas mulheres. O drama da nossa época é que a dominação moderna tem três cabeças principais que atuam articuladamente (capitalismo, colonialismo e patriarcado) enquanto a resistência contra ela tem estado fragmentada. Muitas lutas anticapitalistas têm sido racistas e sexuais, muitas lutas anticolonialistas e antirracistas têm sido sexistas e pró-capitalistas e muitas lutas feministas têm sido racistas e pró-capitalistas. Enquanto a dominação atuar articuladamente e a resistência contra ela atuar fragmentadamente, não haverá justiça social.

IHU On-Line — Quais os desafios para fazer frente a esse avanço neoliberal e de extrema direita que temos vivido?

Boaventura de Sousa Santos — A dominação capitalista, colonialista e patriarcal está se revelando cada vez mais incompatível com a democracia, mesmo a democracia de baixa intensidade como é a democracia liberal. As democracias atuais correm o risco de morrer democraticamente ao eleger antidemocratas. O desafio maior é a defesa da democracia e da convivência social a que ela apela. As forças políticas de direita conservadora não são defensoras confiáveis da democracia porque sempre que têm de optar entre mais democracia ou mais capitalismo, optam por mais capitalismo, como se mostrou no golpe contra a presidente Dilma Rousseff. Recentemente publiquei um livro de intervenção — *Esquerdas do Mundo, Uni-vos!* (Boitempo Editorial, 2017) — no qual apelo a que as diferentes forças de esquerda esqueçam tanto os sectarismos passados como alianças espúrias e destrutivas com a direita, e aprendam a unir-se na defesa da democracia. Amanhã pode ser demasiado tarde. ■

A mercantilização da educação e o risco da escola McDonalds e dos alunos hambúrgueres

Marina Maia observa que já se vive um processo de redução do ensino a um comércio, que não leva em conta a universalização, o desenvolvimento das pessoas e o fim das desigualdades

João Vitor Santos

A educação é um direito, mas nem sempre isso tem sido tão claro. Para a professora Marina Campos de Avelar Maia, assegurar a educação como direito, em todos os níveis de ensino, requer ação direta do Estado como financiador e gestor de escolas e universidades. Segundo ela, o problema é que o Estado tem sido retirado desse sistema, abrindo espaço para um fenômeno que denomina como mercantilização. “A mercantilização da educação é o tratamento da educação como mercadoria e não um direito, ou como um setor a ser explorado economicamente através de uma série de serviços. Isto tem se tornado possível por uma mudança de paradigma sobre a educação, sobre sua função na sociedade e sobre quem seja responsável por ela”, explica, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Para Marina, os problemas dessa concepção são muitos, entre eles o de encarar o processo educacional como um processo empresarial. “Escolas não são McDonalds e alunos não são hambúrgueres. A complexidade da educação é infinitamente maior. Estamos lidando com pessoas, sujeitos de direitos, que devem se desenvolver plenamente”, observa. Ela ainda ressalta que esse não é um processo novo e que essa mercantilização já vem ocorrendo, pois, especialmente no caso das universidades, são muitas as instituições privadas, mas que dependem de recursos públicos. “Esta é uma privatização ‘endógena’, quando a lógica privada é adotada no âmbito público”, explica. No caso do programa Future-se, que o tipifica como obscuro, teme que haja uma acentua-

ção dessa lógica. “O que se está diante agora é um outro movimento, mais explícito e com maior perigo, que é uma privatização ‘exógena’, com uma privatização de fato de partes da universidade”, pontua.

Assim, a professora compreende que ver a educação como produto pode trazer retardos ao próprio desenvolvimento econômico do país. “O acesso ao ensino superior por grupos historicamente excluídos é fundamental, não apenas oferecendo o ensino a estes indivíduos, mas também com um papel de mudança no perfil socioeconômico do país, um efeito que vai além do próprio estudante e ultrapassa gerações”, observa. “Ao submeter a educação superior ao mercado, com seus interesses e lógicas específicas, todo esse compromisso social e estrutura de trabalho é colocado em risco, ou apagado. O lucro passa a estar acima destas preocupações e funções sociais, e as questões centrais passam a ser lucro e eficiência”, acrescenta.

Marina Campos de Avelar Maia é pesquisadora associada ao Graduate Institute of International and Development Studies, da Suíça. É doutora em Educação pelo UCL Institute of Education - University of London e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Também é pedagoga pela Unicamp e especialista em Gestão Educacional. Entre suas publicações mais recentes, destacamos *O público, o privado, e a despolitização das políticas educacionais* (In: Fernando Cassio. (Org.). Educação Contra a Barbárie. São Paulo: Boitempo, 2019).

Confira a entrevista.

“Estas novas relações mercantis impõem muitos desafios ao direito à educação e ao avanço da igualdade social”

IHU On-Line – Vivemos, especialmente no Brasil, um processo de mercantilização da educação?

Marina Campos de Avelar Maia – Vivemos um processo global de privatização e mercantilização da educação, que se manifesta de diversas formas, em vários contextos. Definida de uma forma simples, a mercantilização da educação é o tratamento da educação como mercadoria e não um direito, ou como um setor a ser explorado economicamente através de uma série de serviços. Isto tem se tornado possível por uma mudança de paradigma sobre a educação, sobre sua função na sociedade e sobre quem seja responsável por ela.

Setores privados consideram cada vez mais que seja possível aliar o lucro com o social; e nesta lógica não haveria problema algum em tratar a educação como mercadoria. Esta é uma mudança de paradigma que na verdade vai além da educação e atinge todos os serviços sociais. Como resultado, no Brasil, na educação básica temos a oferta do ensino em escolas particulares, bem como a oferta de uma série de serviços auxiliares para redes públicas. Aqui estão incluídos desde a criação e distribuição de livros didáticos até serviços complexos como sistemas de gestão e consultorias de políticas públicas. Já no ensino superior o destaque fica para a oferta direta do ensino em instituições privadas, com 75% das matrículas desta etapa no setor privado.

Neste contexto, o papel do Estado tem mudado. Ele continua sendo um

ator central, na verdade os empresários da educação dependem, e muito, do setor público, mas ele tem se tornado um mediador de relações, a até mesmo criador e fomentador de mercados. Na educação básica muitos serviços são prestados para o Estado (prestados inclusive por organizações chamadas “sem fins lucrativos”, como as grandes fundações e institutos). A educação superior privada também depende do Estado, do seu financiamento e políticas públicas para crescer. Exemplo disto é a estagnação que este setor está sofrendo desde 2014/2015 quando o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - Fies e o Programa Universidade para Todos – Prouni sofreram cortes, interrompendo a expansão deste setor. Estas novas relações mercantis impõem muitos desafios ao direito à educação e ao avanço da igualdade social.

IHU On-Line – Como avalia a política pública de educação no Brasil? E que relações é possível estabelecer com outros países de que a senhora conheceu a realidade?

Marina Campos de Avelar Maia – É difícil fazer uma análise tão ampla, mas eu diria que um desafio central que o Brasil precisa tratar urgentemente é a abissal desigualdade social e educacional do país. Tivemos alguns esforços e avanços, mas estamos distantes de realmente democratizarmos o acesso e a qualidade da educação. O Brasil tem uma dívida histórica a sanar com a universalização da oferta do ensino e

uma oferta de qualidade para todos. Aqui não entendo qualidade como apenas índices em exames de larga escala, mas uma qualidade socialmente referenciada, com um papel democratizante.

Neste quesito, comparando a outros países, aqueles chamados “desenvolvidos”, vemos que estes universalizaram cobertura no século passado, e trataram de questões sociais centrais neste tempo, antes da hegemonia neoliberal, com suas políticas baseadas no mercado. Por isso, na maioria destes países que tomamos por exemplo, a universalização da educação ocorreu em um contexto muito diferente. Ao contrário do que se tornou senso comum, a educação não foi o maior instrumento de desenvolvimento socioeconômico e de combate à desigualdade, mas fazia parte de um esforço muito mais amplo de trabalho neste sentido. Este trabalho foi feito com várias políticas sociais, como as de ativação e regulação econômica e previdência. A educação tinha igualdade como um valor interno, e guiava escolhas de financiamento e currículo, mas ela não era vista como a grande solução no combate à desigualdade, tal como se coloca hoje (em discurso, mas não em prática!).

Para isto, o investimento público foi grande, e segue maior que o nosso. As métricas mais utilizadas pela mídia são problemáticas, como a de percentual do PIB. Perceba que os países europeus possuem um grande PIB e uma população pequena escolar e total, o que dificulta comparações, e o contrário também ocorre,

com países de pequeno PIB que acabam tendo um percentual alto investido em educação, o que não necessariamente quer dizer que estejam investindo tanto assim. Há também que se considerar o movimento de crescimento/envelhecimento da população (países envelhecendo terão cada vez menos alunos, o que vai barateando a educação, e países com população em crescimento terão cada vez mais crianças e por isso há que se construir escolas, contratar professores... o que demanda maior investimento). E, para fechar, há a questão histórica, países como o Brasil ainda possuem adultos analfabetos a serem educados, crianças ainda a serem incluídas na escola... precisamos aumentar nosso sistema e precisamos de verba para isso.

Investimento por aluno

A métrica de investimento por aluno me parece ser a melhor. Já temos o cálculo do quanto a educação de qualidade para todos custaria, inclusive por aluno, que é o instrumento Custo Aluno-Qualidade Inicial - CAQi e Custo Aluno-Qualidade - CAQ, que foram um resultado do trabalho da sociedade civil e foi institucionalizado no Plano Nacional da Educação - PNE em 2014. Temos um plano para a educação, mas infelizmente os governos estão optando por desconsiderá-lo e seguem atrasando o desenvolvimento da nossa educação. Voltar ao PNE e cumpri-lo é fundamental para avançarmos.

IHU On-Line – Como a senhora avalia a experiência sueca de descentralização da educação? No que essa experiência pode servir à realidade brasileira?

Marina Campos de Avelar Maia – Durante muitas décadas do século XX na Suécia, durante o auge do Estado de Bem-Estar Social, a política educacional era muito centralizada no Ministério da Educação. Ao final dos anos 1980 e começo dos 1990 houve um movimento amplo de questionamento desta centralização. Pais queriam

escolher para qual escola enviar seus filhos, a mídia questionava a qualidade do ensino, liberais defendiam o financiamento de escolas privadas, organismos internacionais recomendavam a descentralização da gestão educacional para autoridades locais na busca de eficiência. Então na década de 1990 houve na Suécia um movimento que se assemelha a muitos outros países, com a descentralização de parte da gestão para órgãos locais, mas mantendo um outro tipo de centralização via testes padronizados de larga escala.

O que interessa desta experiência para o Brasil é a ampliação de como entendemos o movimento e desenvolvimento de políticas educacionais. Na América Latina, muitos países estavam adotando políticas de descentralização na mesma época, mas por motivos e com formas distintas. No Brasil, assim como na Suécia, houve um certo consenso no país em favor da descentralização. Contudo, diferentemente de lá, o maior argumento aqui foi o da democratização da educação, aproximando a gestão da educação aos professores e famílias. Mas, ao mesmo tempo, os adeptos da lógica neoliberal concordavam com a medida com o objetivo de reduzir custos e aumentar a eficiência da gestão de recursos da educação.

O que nos importa em compreender isto é ver como políticas globais surgem em locais distintos com razões localizadas; e como elas acabam tendo efeitos não previsíveis. Na Suécia, por exemplo, a descentralização abriu a possibilidade do financiamento de escolas particulares, e depois a autorização de escolas com fins lucrativos. Anos depois, após a falência de uma grande rede e abandono destes alunos (que precisaram trocar de escolas às pressas), houve um consenso nacional de que a medida havia sido erro, e a revogaram. Este exercício de busca de tendências internacionais em contextos e com características locais específicas é fundamental no nosso atual

contexto de globalização, necessário inclusive para compreender a própria mercantilização da educação.

“Um desafio central que o Brasil precisa tratar urgentemente é a abissal desigualdade social e educacional do país”

IHU On-Line – Qual a importância da concepção de uma educação pública universal? E essa educação deve abarcar todos os níveis, até o ensino superior? Por quê?

Marina Campos de Avelar Maia – A educação tem sido concebida como um bem público desde o século passado, quando Estados passaram a se ocupar da oferta da educação para todos. Considera-se que a educação possua um papel fundamental de formação humana, baseada em princípios de respeito à vida, dignidade humana, diversidade cultural e justiça social. O indivíduo é visto de uma forma ampla e holística, com direito à educação para se desenvolver através dela com seus diversos aspectos (cultural, social, econômico, ético, político, artístico...). Isto abarca a formação individual e social, então cobre a formação de identidade, de convivência com o outro, de valores compartilhados por uma sociedade, de combate às desigualdades e preconceitos, de pensamento livre, crítico e autônomo, assim como tem um papel de

oferta de oportunidades, de inclusão e mobilidade social.

Por isso precisamos de uma educação pública, para dar conta de uma tarefa tão grande e cara, e oferecê-la a todos, ou seja, de caráter universal. Essa missão continua no ensino superior, mas com algumas atribuições a mais, em especial a formação profissional. Mas a formação pessoal e social não se opõe à formação para o trabalho, de forma alguma uma coisa exclui a outra ou justifica a não necessidade de uma educação pública universal no Ensino Superior. Ao contrário, faz parte do ensino superior a formação holística também para a vida profissional, criando adultos com pensamento crítico e autônomo em todos os setores e atividades sociais, e auxiliando a mobilidade social de grupos historicamente excluídos.

Entretanto, há que se pontuar que ensino superior não é de fato ‘universal’, já que em nenhum país toda a população segue para o ensino superior. Ainda assim, a ‘universalidade’ aparece no acesso a esta etapa de ensino, com países que têm políticas que facilitam este acesso a todos, enquanto em outros o sistema é mais excludente. Infelizmente o caso brasileiro se encaixa no segundo contexto. Com cobertura pequena e acesso difícil, muitos são excluídos, por vezes aqueles que mais precisam deste acesso. Por isso é fundamental que ampliemos o ensino superior, e que o façamos via universidade pública (de novo, como planejado no PNE).

IHU On-Line – Como compreender o espaço público e o privado no campo do ensino superior? Quais devem ser os caminhos para a articulação desses dois espectros?

Marina Campos de Avelar Maia – O Brasil é um dos países com maior participação do setor privado no ensino superior, hoje com 75% das matrículas em instituições privadas. Problematicamente, a expansão do ensino superior se deu em grande medida via oferta priva-

da, incluindo instituições com fins lucrativos e uma oferta educacional de qualidade questionável. Além disso, elas têm coberto o ensino, mas a pesquisa ainda é majoritariamente realizada pelas instituições públicas. O nosso ensino superior privado tem se concentrado de tal forma que pode ser considerado um oligopólio (hoje temos 4 ou 5 organizações com grande parte das matrículas), tendo sérias consequências para o acesso e qualidade desta etapa de ensino.

Por isso é fundamental que se cumpra a meta do PNE de que, até 2024, 40% das novas vagas sejam ofertadas no sistema público. Também é importante que haja maior regulamentação do ensino privado nesta etapa, para que se garanta uma oferta de qualidade neste âmbito também.

“O Brasil tem uma dívida histórica a sanar com a universalização da oferta do ensino e uma oferta de qualidade para todos”

IHU On-Line – Quais os riscos de uma educação superior a serviço do mercado?

Marina Campos de Avelar Maia – São vários riscos, talvez possamos resumir-los em torno da questão da igualdade, do desenvolvimento sustentável e equitativo. A educação superior com fins sociais, como um direito, tem por objetivo oferecer oportunidades para todos e fomentar um desenvolvimento social

com igualdade social. No Brasil, isso é feito através do famoso “tripé” do ensino, pesquisa e extensão. No ensino temos a função de formar profissionais que levarão este trabalho adiante em seus diversos espaços de atuação. O acesso ao ensino superior por grupos historicamente excluídos é fundamental, não apenas oferecendo o ensino a estes indivíduos, mas também com um papel de mudança no perfil socioeconômico do país, um efeito que vai além do próprio estudante e ultrapassa gerações. Quanto à pesquisa, a universidade tem um papel de desenvolver estudos e ser um polo de pensamento e análise de forma a combater desigualdades e injustiças e fomentar desenvolvimento com equidade e sustentabilidade. Por fim, na extensão, este trabalho deveria ser disseminado e escoado para grupos mais amplos, alcançando não apenas alunos, mas as comunidades ao redor da universidade.

Ao submeter a educação superior ao mercado, com seus interesses e lógicas específicas, todo esse compromisso social e estrutura de trabalho é colocado em risco, ou apagado. Como Milton Friedman¹ disse, “*the business of business is business*”, ou o negócio dos negócios é o negócio. O lucro passa a estar acima destas preocupações e funções sociais, e as questões centrais passam a ser lucro e eficiência. Assim, quanto ao ensino, profissões fundamentais que não dão lucro ficam em perigo, com pouco financiamento e atenção (como formação de educadores e enfermeiros, sem nem falar de áreas de humanidade e artes). O ensino costuma ser deformado pela preocupação de índices. Numa lógica de mercado, é comum que a competição seja valorizada, muitas vezes atrelada ao financiamento.

Então rankings e métricas passam a ter prioridade, e o ensino passa a revolver em torno da busca de me-

¹ **Milton Friedman** (1912-2006): economista, estatístico e escritor norte-americano que lecionou na Universidade de Chicago por mais de três décadas. Recebeu o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1976 e é conhecido por sua pesquisa sobre a análise do consumo, a teoria e história monetária, bem como por sua demonstração da complexidade da política de estabilização. (Nota da **IHU On-Line**)

lhorias destes índices. Na prática, sabe-se que por vezes esses índices dizem muito pouco sobre a qualidade do ensino de fato, mas faculdades inteiras podem passar a trabalhar em função disto, e então o número passa a ter maior relevância do que aquilo que ele deveria representar. Isso pode levar a péssimos resultados, como estreitamento curricular e adocimento docente (existe uma vasta literatura produzida sobre isso nos âmbitos do ensino básico e superior). No Brasil, como disse, o setor privado do ensino superior nem se ocupa dos outros pontos, pesquisa e extensão.

Pesquisa e mercado

De qualquer forma, quando submetemos a pesquisa à lógica de mercado, áreas e tópicos sem aplicação imediata ou com potencial de lucro ficam em risco. É um erro imaginar que áreas biológicas e tecnológicas não sofrem perdas neste processo. As pesquisas sobre doenças que atingem apenas populações com baixo capital (e que não poderiam pagar por tratamentos e remédios caros), ou doenças raras (que não gerariam soluções em massa) são exemplos de temas cortados quando submetidos à lógica do mercado.

Pesquisas chamadas “de base” também sofrem cortes em todas as áreas. A busca de índices também ocorre aqui, com a priorização de publicação em revistas de alto índice de impacto, inclusive no exterior (em veículos que podem ter maior impacto), e despreço por veículos de divulgação que poderiam ter maior relevância prática. Outra deformação é a “ciência salame”, na qual a mesma pesquisa é cortada, ou fatiada, em diversos artigos que relatam os mesmos resultados, apenas para inflar índices.

De privatização endógena para exógena

Tendo dito isso, preciso fazer dois esclarecimentos. Primeiro, isso não quer dizer que a universidade não deva buscar soluções práticas e aplicadas, inclusive com colaboração de

organizações privadas. O que quero dizer é que isto deve ser feito de forma a não lesar ou arriscar a autonomia e missão e compromisso social da educação superior. Em segundo lugar, estes efeitos da mercantilização já acontecem em algum nível, já que a educação superior não está isolada do mundo e das políticas públicas atuais, que seguem lógicas neoliberais, baseadas na lógica de mercado. Esta é uma privatização “endógena”, quando a lógica privada é adotada no âmbito público. O que se está diante agora é um outro movimento, mais explícito e com maior perigo, que é uma privatização “exógena”, com uma privatização de fato de partes da universidade.

“O Brasil é um dos países com maior participação do setor privado no ensino superior, hoje com 75% das matrículas em instituições privadas”

IHU On-Line – Como avalia o programa Future-se, lançado recentemente pelo Ministério da Educação?

Marina Campos de Avelar Maia – Considero o Future-se uma política de grande perigo para nosso ensino superior público, que se implementada terá efeitos perversos e difíceis de desfazer. Primeiro gostaria de pontuar que o projeto é obscuro, mal escrito, não esclarece como seria implementado. Como um todo,

ele sugere mecanismos e atividades que muitas universidades já têm feito, como a busca de parcerias com o setor privado e a promoção de atividades que gerem renda adicional, e para isto já existem as fundações de apoio. Entretanto, o projeto ignora isto e apresenta práticas já conhecidas, fazendo parecer que o governo tem um grande plano de modernização e financiamento, representando as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES como retrógradas. Muitos pesquisadores e as próprias universidades como um todo têm se debruçado sobre o projeto para analisá-lo, tentando preencher lacunas e compreender os possíveis efeitos.

Quanto à gestão, o maior risco é a perda da autonomia. O projeto propõe o uso de Organizações Sociais - OS para serem mediadoras da gestão das IFES, mas não fica claro qual seria este papel. De fato, o projeto parece abrir espaço para a terceirização total dos serviços, inclusive atividades-fim. Neste caso, a perda de autonomia é clara, e seria um perigo para nossas instituições. Quanto ao investimento, o perigo é enorme também. Novamente, o projeto não apenas não esclarece quais seriam as fontes de recursos e as quantidades, mas abre espaço para a inversão do que seja central e complementar. A captação de recursos próprios tem um potencial pequeno perto do total para manutenção das IFES. Estes recursos devem ter um papel complementar. No projeto, está proposto que o MEC faça a complementação daquilo que as IFES não consigam captar. Isso é completamente impossível.

Para o avanço do ensino superior e desenvolvimento nacional, precisamos aumentar os investimentos públicos e podemos incluir, acima disto, a captação de recursos próprios para a expansão de serviços e estrutura. Neste sentido, o financiamento básico também não pode depender de fundos e fontes voláteis. Em uma crise econômica, estes fundos podem diminuir e o ensino e a pesquisa podem parar. Por isso o princípio da adicionalidade é fundamental, o que não é o caso do Future-se.

IHU On-Line – Atualmente, qual o peso da filantropia na educação no Brasil? E seria essa a melhor forma de articulação entre o público e o privado no campo da educação?

Marina Campos de Avelar Maia – A filantropia tem tido um papel enorme na educação brasileira, tendo participado nos últimos anos na formulação e gestão da educação básica em municípios, estados e até no MEC. Aqui estou me referindo à grande filantropia, aos grandes institutos e fundações que dependem de empresários ou empresas. No Brasil, ao contrário dos EUA, por exemplo, a filantropia não possui um papel forte no Ensino Superior, e aqui ela não trabalha muito com doações, mas executa suas próprias iniciativas. As organizações aqui também têm uma origem majoritariamente corporativa, ao contrário de lá, onde a maioria é de natureza familiar. Digo isto para pontuar que “filantropias” não são iguais, países diferentes possuem organizações com características distintas, as quais apresentam desafios e oportunidades específicos para seus contextos. Isto deve ser levado em conta quando comparamos casos internacionais.

Aqui, a filantropia tem um trabalho pulverizado, ela aparece em muitos contextos, mas é geralmente muito opaca em todos eles. Ou seja, a filantropia não possui mecanismos de prestação de contas, o que é um problema. Ao contrário de empresas e organizações públicas, que possuem legislações e regras mais claras de

prestação de contas e acesso à informação por parte da população, isto não ocorre com a filantropia.

Quanto à sua agenda, a filantropia possui um projeto de reforma da educação tendo como horizonte modelos empresariais. Assim, a gestão da escola tenta se assemelhar à gestão de empresas, onde a competição é valorizada, utiliza-se a padronização e escalonamento de soluções como caminho para crescimento, e metas e índices são usados como instrumentos de gestão e aferição de aprendizagem. Mas tudo isso é problemático, como mencionei antes sobre os problemas da mercantilização da educação.

Escola McDonalds e alunos hambúrgueres

Certa vez, um empresário ativo na filantropia brasileira me perguntou por que não podemos fazer com a educação o que se fez com o McDonalds, com processos padronizados no mundo todo que “garantem qualidade”. Desde então digo que precisamos voltar ao básico e lembrar que escolas não são McDonalds e alunos não são hambúrgueres. A complexidade da educação é infinitamente maior. Estamos lidando com pessoas, sujeitos de direitos, que devem se desenvolver plenamente.

Se isto não fosse suficiente, esta agenda já tem sido implementada desde os anos 1990, inclusive no Brasil, e tem pouca evidência de funcionar. Ao contrário, temos um considerável corpo de evidência de ela não funcionar – aumentando desigualdades. Ao contrá-

rio do que tentam disseminar, as grandes organizações filantrópicas possuem uma agenda com seu próprio viés ideológico, geralmente liberal. E aí a filantropia tem justamente esse papel de criar legitimidade para grupos e atores improváveis, que geralmente não teriam espaço para participar de forma tão ativa na decisão sobre os caminhos da educação.

Por isso, considero a participação da filantropia na educação questionável, por sua forma e conteúdo de trabalho. Organizações filantrópicas não são instituições de representação de grupos, ou classes ou a dita sociedade civil; não são eleitos, não possuem mecanismos de controle, e defendem uma agenda contrária à democratização da educação de qualidade. Por isso não acho que seja um modelo que articule melhor o público e o privado, ao menos não da forma com que está aí. Por isso, quanto à discussão sobre o público e privado na educação, acho que o debate precisa avançar mais sobre formas de regulação do que articulação, como defende os Princípios de Abidjan², que foram firmados recentemente com compromissos internacionais de regulamentação do setor privado na educação para que se defenda o direito à educação. ■

² Os Princípios têm por finalidade assegurar que os Estados cumpram com o dever de priorizar a educação pública, gratuita e de qualidade para todos e todas, apoiando e investindo na área e protegendo o direito humano universal à educação. Os “Princípios de Abidjan sobre as obrigações de direitos humanos dos Estados em fornecer educação pública e regulamentar o envolvimento privado na educação” são constituídos por 97 Princípios Orientadores. Como síntese, foram elaborados dez Princípios Abrangentes, que fornecem uma visão geral e um resumo dos Princípios Orientadores e devem ser lidos em conjunto com os demais. Leia mais em <https://www.abidjanprinciples.org/>

Em tempos de democracia iliberal, estratégia é desqualificar verdades científicas

Para Tatiana Roque, as lógicas do Governo Bolsonaro de desvalorização da universidade e menosprezo a intelectuais se articulam com o avanço de ruralistas sobre a Amazônia, entre outras ações

João Vitor Santos

De um lado, o Governo de Jair Bolsonaro prega, através do Future-se, a emergência de qualificar e tornar mais produtivo o trabalho de ensino e pesquisa nas universidades públicas. De outro, insufla um negacionismo do caos climático, enquanto fazendas avançam sobre áreas de mata e agrotóxicos passam a ser mais liberados do que nunca. Para a professora Tatiana Roque, tudo isso são faces de uma mesma moeda e revelam uma intenção muito clara do Governo Bolsonaro. “Este governo não tem nenhum projeto para a universidade pública e para a pesquisa científica”, dispara. E segue: “a ala mais bolsonarista do governo tem uma agenda ideológica que identifica a universidade à esquerda e incentiva, com esse discurso, uma perseguição à comunidade universitária. Já a ala ultraliberal tem a única agenda de diminuir o financiamento público”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Tatiana explica que “desvalorizar a universidade e a pesquisa básica, menosprezar intelectuais e cientistas, é um modo eficiente de desqualificar as verdades científicas”. E, por isso, assegura que “não é coincidência que isso ocorra no exato momento em que o negacionismo climático ganha espaço no governo, em que ministros de Estado buscam desmoralizar o consenso em torno do colapso climático”. Ou seja, enquanto se destituem esses saberes científicos, vai-se, ao mesmo tempo, justificando os avanços de lógicas produtivistas muito mais predatórias. “A universidade e a pesquisa científica devem ser atores centrais na proposição de um novo modelo de desenvolvimento, mais tecnológico e sustentável. Para isso, é

necessário investir em inovação e em relação com empresas, como nos parques tecnológicos que existem em várias universidades. Isso não tem nada a ver com privatização”, destaca, ao pontuar que o Future-se vai em sentido contrário.

Segundo a professora, todos esses movimentos podem ser compreendidos como uma espécie de corrosão que vai se dando na democracia. É o que compreende como a prática da democracia iliberal. “Não é a instalação de uma ditadura, mas a fragilização do sistema de pesos e contrapesos da democracia. Há uma exacerbação do poder majoritário, em que as minorias ficam impedidas de se expressar, de se organizar e de voltar ao poder”, explica. E acrescenta que “o fenômeno do fim dos intermediários tem a ver com isso, pois as instituições independentes de governos têm um papel no funcionamento da democracia”. Por isso, sugere: “a esquerda e o campo progressista precisam responder a essa insatisfação com propostas para termos mais democracia, para se aprofundar e radicalizar a democracia”.

Tatiana Roque é graduada em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestra em Matemática Aplicada e doutora na área de História e Filosofia das Ciências pela mesma universidade. É professora do Instituto de Matemática da UFRJ e da Pós-graduação em Filosofia do IFCS/UFRJ, onde coordena um grupo de estudos sobre as reconfigurações do trabalho no mundo contemporâneo. Foi presidente do Sindicato Docente da UFRJ - ADUFRJ. Tatiana também mantém um canal no YouTube (disponível em <http://bit.ly/33qO->

jbA), onde fala e entrevista pessoas sobre temas ligados à educação, política, ciência e filosofia.

A entrevista foi originalmente publicada

nas Notícias do Dia, 14-08-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2z13OJg>

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que o programa Future-se revela acerca da concepção do Governo Bolsonaro sobre a universidade pública e a pesquisa científica?

Tatiana Roque – Esta resposta é muito simples: este governo não tem nenhum projeto para a universidade pública e para a pesquisa científica. A ala mais bolsonarista do governo tem uma agenda ideológica que identifica a universidade à esquerda e incentiva, com esse discurso, uma perseguição à comunidade universitária. Já a ala ultraliberal tem a única agenda de diminuir o financiamento público. A união entre esses setores acaba sendo conveniente para ambos.

IHU On-Line – Quais os riscos de a universidade se mover segundo parâmetros de mercado?

Tatiana Roque – O modo de governo do capitalismo atual vai além da “lógica de mercado”. A governança neoliberal estimula a concorrência. Esse é exatamente o ponto do Future-se: governar pelo incentivo à competição intra e interuniversidades. Propõe-se a criação de um fundo cujos recursos seriam distribuídos por meio de uma Organização Social. Essa OS estabelece metas e critérios de avaliação para distribuir os recursos às universidades e às diferentes áreas dentro de uma mesma universidade. Com o financiamento público cada vez mais escasso, a tendência é que se agrave a competição pelos recursos distribuídos via OS, que exigem adesão a seus critérios e metas.

IHU On-Line – Coleta Capes, atualização de Currículo Lat-

tes e emergência pela produtividade. Em alguma medida, já não se vivem lógicas mercadológicas dentro das universidades? Por quê?

Tatiana Roque – Não acho. É completamente diferente. A avaliação da pesquisa e da pós-graduação pelas agências de fomento é bem recebida pela comunidade acadêmica. Por dois motivos: primeiro, ela é feita pela própria comunidade acadêmica (que compõe os comitês das diferentes áreas); segundo, ainda que se estabeleça uma certa competição por recursos, quando o volume distribuído é alto, é possível atender às demandas da maior parte dos projetos.

Para que os projetos de pesquisa sejam financiados com dinheiro público, é importante que exista alguma avaliação da qualidade, pois isso ajuda na prestação de contas à sociedade pelo investimento feito na universidade. Claro que alguns critérios são distorcidos, como a excessiva disciplinarização da avaliação. Mas, no geral, o sistema de fomento foi um ganho para a comunidade científica e funcionou bastante bem nos últimos anos, quando o volume de recursos era significativo.

IHU On-Line – O Future-se pode representar alguma ameaça à pesquisa de base? Por quê?

Tatiana Roque – Isso sim. O Future-se é uma ameaça à pesquisa como um todo, pois não garante os dois requisitos mencionados acima. A avaliação não é feita pela comunidade acadêmica, e sim por um comitê gestor que nem sabemos como será formado. Além disso, com a política fiscal em curso e

a Emenda do teto de gastos, haverá escassez de recursos e, aí sim, incentivando a uma concorrência insana.

IHU On-Line – Quando se fala em aplicabilidade prática das pesquisas desenvolvidas em universidades, há uma predisposição a privilegiar as ciências ditas exatas? Como conceber as produções das ciências humanas nesse universo de quantificação, mensuração e índices e ranqueamentos de produção científica?

Tatiana Roque – Quando se fala em aplicação prática das pesquisas, a divisão nem é entre exatas e humanas: é entre pesquisa básica e pesquisa aplicada. Na Matemática, a maior parte da pesquisa de ponta não tem aplicação nenhuma. Está havendo uma confusão sobre isso. Claro que a sociedade tem que enxergar a importância do que fazemos na universidade. A formação no ensino superior por si só tem um valor social gigante, há muitos índices mostrando que isso tem efeito na redução das desigualdades. A pesquisa científica também precisa ser vista pela sociedade, mas isso não quer dizer que ela deva ser “aplicada” ou “ter utilidade prática”. Se fosse assim, a Matemática não teria valor social nenhum.

IHU On-Line – Como a senhora analisa a relação entre o público e o privado na educação e pesquisa nas universidades federais hoje?

Tatiana Roque – A universidade e a pesquisa científica devem ser atores centrais na proposição de um novo modelo de desenvolvimento, mais tecnológico e susten-

tável. Para isso, é necessário investir em inovação e em relação com empresas, como nos parques tecnológicos que existem em várias universidades. Isso não tem nada a ver com privatização. Trata-se de um modo de estabelecer relações entre a universidade e o setor produtivo.

“Este governo não tem nenhum projeto para a universidade pública e para a pesquisa científica”

42

IHU On-Line – A senhora tem dito que o Future-se traz, em letras miúdas, elementos que agredem a liberdade democrática. Que elementos são esses?

Tatiana Roque – O autoritarismo do Future-se concentra-se no modelo de governança que ele estabelece. As decisões concentradas na OS retiraram autonomia da universidade para estabelecer objetivos e prioridades, para realizar avaliações e investimentos. Isso tudo fica centralizado na OS. É um absurdo completo e fere a autonomia universitária. Para – supostamente! – resolver um problema relativo à autonomia das universidades para administrarem recursos próprios, agrava-se o problema, retirando das universidades a autonomia para elaborar suas políticas.

IHU On-Line – Que nexos é possível fazer entre o projeto Future-se, o negacionismo climático do Governo Bolsonaro – e de dados de desmatamento na Amazônia – e a reação do

Governo à informação da ONU de que o Brasil volta ao mapa da fome no mundo?

Tatiana Roque – Desvalorizar a universidade e a pesquisa básica, menosprezar intelectuais e cientistas, é um modo eficiente de desqualificar as verdades científicas. Não é coincidência que isso ocorra no exato momento em que o negacionismo climático ganha espaço no governo, em que ministros de Estado buscam desmoralizar o consenso em torno do colapso climático. O avanço dos ruralistas sobre a Amazônia tem muito a ganhar negando dados de desmatamento e, para isso, as instituições independentes de pesquisa (como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe) passam a ser aparelhadas. Isso está no cerne do problema político atual, que tem a ver com o fim dos intermediários, com um ataque sistemático aos profissionais da verdade.

IHU On-Line – A senhora tem usado em suas análises a expressão “democracia iliberal”. Em que consiste esse conceito e como se revela em ações como o Future-se?

Tatiana Roque – Democracia iliberal é uma expressão do Orbán¹ que indica uma corrosão da democracia por dentro. Não é a instalação de uma ditadura, mas a fragilização do sistema de pesos e contrapesos da democracia. Há uma exacerbação do poder majoritário, em que as minorias ficam impedidas de se expressar, de se organizar e de voltar ao poder.

O fenômeno do fim dos intermediários tem a ver com isso, pois as instituições independentes de governos têm um papel no funcionamento da democracia; é o caso da mídia, da escola, da universidade e de institutos de pesquisa (Inpe, IBGE, agências reguladoras etc.).

¹ **Viktor Orbán** (1963): político húngaro de direita, primeiro-ministro da Hungria desde 2010, tendo exercido o cargo também entre 1998 e 2002. Orbán é líder do Fidesz, um partido nacional-conservador de direita que é, atualmente, o maior partido político do país. Orbán ocupa também a vice-presidência do Partido Popular Europeu desde outubro de 2002 e é o político menos lembrado da Europa. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Como resistir a lógicas como a de “democracia iliberal” e constituir alternativas?

Tatiana Roque – O impasse é o seguinte: esse processo de desdemocratização se intensificou após manifestações que criticavam a democracia representativa, como Occupy Wall Street², os Indignados na Espanha³ ou Junho de 2013⁴ no Brasil. O lema global era: “não me representa”. Assim, não dá para só defendermos a democracia representativa como era antes, pois ela já estava em xeque.

A esquerda e o campo progressista precisam responder a essa insatisfação com propostas para termos mais democracia, para se aprofundar e radicalizar a democracia. Não basta clamar por uma volta ao passado pré-2011, pois antes não estava tudo bem – ainda que estivesse bem melhor do que hoje. Nosso drama é esse...

² **Occupy Wall Street** (Ocupe Wall Street): é um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas – sobretudo do setor financeiro – no governo dos Estados Unidos. Iniciado em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, o movimento ainda continua denunciando a impunidade dos responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. Posteriormente surgiram outros movimentos Occupy por todo o mundo. As manifestações foram a princípio convocadas pela revista canadense *Adbusters*, inspirando-se nos movimentos árabes pela democracia, especialmente nos protestos na Praça Tahrir, no Cairo, que resultaram na Revolução Egípcia de 2011. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Indignados**: um dos nomes dados às manifestações de 2011 na Espanha, também chamadas de Movimento 15 de Maio (por terem se iniciado no dia 15-05-2011). São uma série de protestos espontâneos de cidadãos, inicialmente organizados pelas redes sociais e pela plataforma civil e digital *Democracia Real Ya!* (“Democracia Real Já!”). (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Junho de 2013**: os protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, foram várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, sobretudo nas principais capitais. Inicialmente restrito a pouco milhares de participantes, os atos pela redução das passagens nos transportes públicos ganharam grande apoio popular em meados de junho, em especial após a forte repressão policial contra os manifestantes, cujo ápice se deu no protesto do dia 13 em São Paulo. Quatro dias depois, um grande número de populares tomou parte das manifestações nas ruas em novos diversos protestos por várias cidades brasileiras e até do exterior. Em seu ápice, milhões de brasileiros estavam nas ruas protestando não apenas pela redução das tarifas e a violência policial, mas também por uma grande variedade de temas como os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral. Os protestos geraram grande repercussão nacional e internacional. Sobre o tema, confira a edição 193 dos **Cadernos IHU ideias**, intitulada *#VEMpraRUA: Outono Brasileiro? Leituras*, disponível em <http://bit.ly/2VdHxw>. A edição 524 da revista **IHU On-Line**, *Junho de 2013 – Cinco Anos Depois. Demanda de uma radicalização democrática nunca realizada*, de 18 de junho de 2018, está disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/524>. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

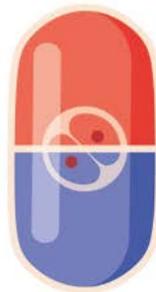
- **Por uma esquerda mais ampla e moderna.** O desafio de sair da bolha e voltar a governar. Entrevista especial com Tatiana Roque, publicada nas Notícias do Dia de 13-5-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2H2lkRJ>.

- **"O problema da esquerda não é a pauta dita identitária, mas sim a lacração".** Entrevista com Tatiana Roque, publicada nas Notícias do Dia de 25-3-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2HXGiCL>.

- **O combate às desigualdades exige um novo pacto capaz de atualizar os princípios que deram origem ao Estado de bem-estar social.** Entrevista especial com Tatiana Roque, publicada nas Notícias do Dia de 21-8-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2ZX1xKZ>.

CINE DEBATES

IHU
2º CICLO



IHU.UNISINOS.BR/EVENTOS

43

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

16
OUT
2019

DEBATEDOR: PROF. DR. GUSTAVO
DAUDT FISCHER – UNISINOS
SALA IGNACIO ELLACURÍA E COMPANHEIROS
CAMPUS UNISINOS SÃO LEOPOLDO

15^H
30^{MIN}

Future-se valoriza o privado e não acena para o *ethos* acadêmico

José Geraldo de Sousa Junior analisa a proposta do Ministério da Educação para o ensino superior

Patricia Fachin

As propostas do programa Future-se, recém lançado pelo Ministério da Educação – MEC com a justificativa de fortalecer a autonomia administrativa, financeira e de gestão das Universidades Federais de Ensino Superior por meio de parcerias com organizações sociais e captação de recursos, já são implementadas nas universidades públicas federais, diz o ex-reitor da Universidade de Brasília – UnB, José Geraldo de Sousa Junior, à IHU On-Line. Entretanto, salienta, “a diferença, no que aqui se chama novidade da proposta do MEC, é o caráter inteiramente vendido à lógica privatizante e mercadorizadora do projeto econômico-político que está por trás, delirante do *ethos* público universitário que marca o sentido social e político da universidade como condição estratégica para o desenvolvimento soberano do país. Daí as críticas”.

Segundo ele, o programa “traz formulações que se baseiam em uma série de dispositivos do mercado financeiro, formando uma ‘carteira de ações’ que inclui fundos patrimoniais imobiliários, microcrédito para *startups* e um fundo soberano do conhecimento, tudo isso com abertura para proporcionar oportunidades de negócios com participação da iniciativa privada”. Trata-se, pontua, de “uma situação sem precedentes e sem paralelo com modelagens que valorizem o privado na estruturação de sistemas universitários e que jamais chegam ao despudor de acenar para o *ethos* acadêmico”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, o ex-reitor da UnB também critica a falta de consultas e discussões prévias com reitores das universidades federais e de estudos para embasar a proposta do MEC. “Tivesse havido um

estudo prévio para construir a proposta, como foi feito com o Reuni, e um bom catálogo de parcerias, seus tipos, seu alcance na sustentabilidade das instituições e seus impactos nos programas e projetos acadêmicos teriam permitido um desenho razoável dessa experiência”, conclui.

José Geraldo de Sousa Junior é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal - AEUDF, mestre e doutor em Direito pela Universidade de Brasília - UnB. É também jurista, pesquisador de temas relacionados aos direitos humanos e à cidadania, sendo reconhecido como um dos autores do projeto Direito Achado na Rua, grupo de pesquisa com mais de 45 pesquisadores envolvidos. Professor da UnB desde 1985, ocupou postos importantes dentro e fora da Universidade. Foi chefe de gabinete e procurador jurídico na gestão do professor Cristovam Buarque; dirigiu o Departamento de Política do Ensino Superior no Ministério da Educação; é membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, onde acumula três décadas de atuação na defesa dos direitos civis e de mediação de conflitos sociais. Em 2008, foi escolhido reitor, em eleição realizada com voto paritário de professores, estudantes e funcionários da UnB. É autor de, entre outros, Sociedade Democrática (Universidade de Brasília, 2007), O Direito Achado na Rua. Concepção e Prática 2015 (Lumen Juris, 2015) e Para um Debate Teórico-Conceitual e Político Sobre os Direitos Humanos (Editora D’Plácido, 2016).

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia em 13-5-2019, disponível em <http://bit.ly/2TE191Q>

Confira a entrevista.



“Para o MEC, em linguagem de bolsa de investimentos, o Future-se já está sendo chamado Fature-se”

IHU On-Line - Qual sua avaliação sobre o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras - Future-se, recém lançado pelo MEC?

José Geraldo de Sousa - Enquanto nos últimos anos o Brasil, seguindo tendência mundial, conheceu uma grande expansão da educação superior com os efeitos dessa expansão afetando positivamente a qualidade do ensino e da pesquisa nas Universidades públicas e privadas, essa expansão, compreendida numa ação estratégica de um programa governamental de base democrático-popular, se inscreveu num projeto de sociedade e de Estado (do qual a Constituinte de 1987/1988 representou o seu mais avançado desenho), e que erigiu a educação e a educação superior à condição de núcleo estruturante desse projeto.

Esse programa começa como se define na Constituição que decorreu do processo constituinte, por conceber a educação e a educação superior como um bem público, voltado para fins sociais, por isso de livre acesso, universal, laico, gratuito e, quando disponível ao mercado, com seu exercício condicionado por esses valores, portanto, preservado em face das injunções do comércio. Antes de tudo, direito e não mercadoria.

Um bem, portanto, estratégico porque necessário ao desenvolvimento econômico, social e político do país, não só para permitir fortalecer a infraestrutura da sociedade, por meio da pesquisa, da ciência e da inovação tecnológica, também para orientar as direções éticas desse desenvolvi-

mento, sobre criar as condições de distribuição justa e solidariamente compartilhada da riqueza socialmente produzida, conforme o horizonte de superação de desigualdades e de participação política definido na Constituição.

Assim é que se compreende a tremenda expansão havida no período, com a criação de universidades e de escolas federais no plano da educação superior, a implantação interiorizada de novos *campi*, a duplicação do número de vagas principalmente nos turnos vespertino e noturno das escolas, o apoio às políticas de cotas para ampliar os acessos nas mais diversas modalidades, sociais, econômicas, étnicas, raciais, e uma inversão orçamentária sem precedentes para financiar a expansão, a reestruturação, o acesso, a permanência e as políticas de fomento em todos os níveis, da creche à pós-graduação. Incluindo a contribuição da oferta privada, fiel a esses princípios aferidos em procedimentos de regulação, credenciamento e avaliação do sistema, por sua vez com o apoio de financiamento público para assegurar essa expansão, valendo-se de instrumentos de renúncia fiscal (Reuni, Crédito Educativo, Fies, Prouni, Ciência sem Fronteiras, todos discutidos minuciosamente pelo presidente Lula e pela presidenta Dilma, com os reitores e reitoras, em seguidos encontros com pautas consistentes e com esses conteúdos, até a sedimentação de entendimento comum convertido em políticas públicas).

Não se perca de vista que a retomada política da tensão entre o público e o

privado, que agora se assiste quando se examinam os fundamentos das reformas em curso, notadamente com a PEC de Teto de Gastos voltada para assegurar financiamento de desempenho econômico-financeiro às custas de investimentos sociais – saúde, educação –, recoloca o impasse que em 1988 dividiu os engajamentos sobre serem tais bens, sociais, públicos, responsabilidade do Estado, ou privados, deixados à dinâmica apropriadora, acumuladora, movida por interesse do mercado.

Para o MEC, em linguagem de bolsa de investimentos, o Future-se, que já está sendo chamado Fature-se, traz formulações que se baseiam em uma série de dispositivos do mercado financeiro, formando uma “carteira de ações” que inclui fundos patrimoniais imobiliários, microcrédito para *startups* e um fundo soberano do conhecimento, tudo isso com abertura para proporcionar oportunidades de negócios com participação da iniciativa privada. Uma situação sem precedentes e sem paralelo com modelagens que valorizem o privado na estruturação de sistemas universitários e que jamais chegam ao despuddor de acenar para o *ethos* acadêmico, como fez o secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação - MEC ao afirmar, na audiência de apresentação da proposta, que “o professor universitário poderá ser muito rico. Vai ser a melhor profissão do Brasil”.

IHU On-Line - Segundo o governo, o Future-se “tem por finalidade o fortalecimento da

autonomia administrativa, financeira e de gestão das instituições federais de ensino superior, por meio de parceria com organizações sociais e de fomento à captação de recursos próprios”. Por que e em que contexto surge essa proposta e qual seu significado?

José Geraldo de Sousa - As universidades públicas federais, sem perderem de vista seu pressuposto inafastável à autonomia, já vêm implementando todas essas sugestões, em sua plataforma de aprimoramento gestor, de busca de ampliação de investimentos e de parcerias com setores institucionais, sociais e de mercado em projetos de extensão, cooperação e parcerias. Os *campi* têm abrigado instalações para suporte desses projetos, com cessão onerosa e temporalidade limitada ainda que larga de uso, constituindo seus parques tecnológicos para incubação de projetos, compartilhando *royalties* de patentes e de comercialização de produtos, tanto no campo da inovação tecnológica aplicada para fins industriais, quanto no campo das tecnologias sociais.

A diferença, no que aqui se chama novidade da proposta do MEC, é o caráter inteiramente vendido à lógica privatizante e mercadorizadora do projeto econômico-político que está por trás, delirante do *ethos* público universitário que marca o sentido social e político da universidade como condição estratégica para o desenvolvimento soberano do país. Daí as críticas. Na contracorrente de opiniões competentes e experimentadas, o programa expõe suas entranhas nutridas no interesse do mercado, servindo conforme pensa o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, que vê com “gravidade” a dinâmica de estender a responsabilidade da geração de receitas aos institutos e universidades: “As universidades públicas federais brasileiras precisam cumprir a missão de expansão da educação superior com qualidade. Todas as estratégias de financeirização propostas pelo programa, e que conversam com diversos mo-

delos que ocorreram no mundo, não são capazes de gerar expansão do ensino superior. Elas até podem ser utilizadas em universidades pequenas, como a de Harvard [instituição americana privada], que não tem essa premissa colocada”.

“O valor da comercialização de produtos vinculados ao ensino superior nos países da OCDE foi da ordem de 30 bilhões de dólares em 1999”

IHU On-Line - Como o senhor avalia, particularmente, os três eixos do programa: governança, gestão e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização? Qual é a relevância de cada um desses eixos?

José Geraldo de Sousa - Iniciei a resposta a esta pergunta em questão anterior. O que eu reitero é a conformidade dessas proposições ao desenho entreguista desse patrimônio social que é a universidade pública brasileira. Desdobrando o começo da resposta, reafirmo que ela retoma, como tenho mencionado em várias circunstâncias, inclusive nesse espaço do IHU, o objetivo de realizar as teses ultraneoliberais de abocanhar a fatia substancial de capitalização até agora protegida contra a ganância do mercado. Em 2002, na cidade de Porto Alegre,

ainda sob o impacto da resolução adotada naquele ano pela Organização Mundial do Comércio - OMC, de incluir a educação superior como um serviço comercial regulado no marco do Acordo Geral de Comércio de Serviços (GATS, sigla em inglês), reitores de Universidades Públicas Ibero-Americanas, autoridades governamentais e especialistas se reuniram na III *Cumbre de Reitores* dessas universidades para discutir os perigos postos pelo modelo neoliberal de mercado. Tratava-se de analisar as ameaças às universidades públicas e a globalização, num encontro radical que teve como eixo a educação superior frente a Davos.

A Cúpula vem a registro para, entre as muitas e agudas reflexões, chamar a atenção para o texto de Marco Antonio Rodrigues Dias, ex-professor da UnB e quadro da Unesco, e seu ensaio *A OMC e a educação superior para o mercado*.

Em seu estudo, para o qual carrou cifras inimagináveis levantadas entre outras agências pelo banco de negócios norte-americano Merrill Lynch, o professor Marco Antonio Dias afirma que o mercado mundial de conhecimento, somente através da Internet, foi calculado, para o ano de 2000, em 9,4 bilhões de dólares, tendente a alcançar 53 bilhões no ano de 2003. E, de acordo com as mesmas fontes, o valor da comercialização de produtos vinculados ao ensino superior nos países da OCDE foi da ordem de 30 bilhões de dólares em 1999. Para o professor, com base nessas informações pode-se dizer que a importância dos serviços, o que vai muito além da educação, representa, na economia norte-americana, dois terços de seus resultados e 80% de seu mercado de emprego.

Esses dados, diz o professor, representam números inacreditáveis, e, à medida que novos dados são analisados, se constata que todos são extraordinários. E, para os que relutam em aceitar a prioridade do comércio sobre os direitos humanos, a capacidade dos países de formar seus cidadãos conscientes e com capacidade crítica estará efetivamente

condenada, se o que rege as ações é uma concepção que dá prioridade aos aspectos comerciais (DIAS, Marco Antonio Rodrigues. A OMC e a educação superior para o mercado. In BROVETTO, Jorge; ROJAS MIX, Miguel; PANIZZI, Wraña Maria (orgs). A Educação Superior Frente a Davos; La Educación Superior Frente a Davos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003).

A Constituição de 1988 tem sido a expressão de uma formidável mobilização da comunidade acadêmica e da sociedade civil, que se orientou pelo conceito do papel social que a universidade realiza e de que a educação é um bem público e mesmo quando se realiza de modo privado, por impulso de mercado, não pode delirar dos valores que o Constituinte levou para o seu texto. Esses princípios são corolários de duas institucionalidades fundamentais, que a Constituição de 1988 sufragou e que reclamam a sua defesa intransigente já por lealdade à soberania popular que se manifestou de modo constituinte, já por compromisso histórico conforme acima acentuado: a autonomia universitária e a liberdade de ensinar.

IHU On-Line - Como o Future-se será operacionalizado?

José Geraldo de Sousa - Na proposta, apenas anunciada e de modo unilateral, pois não houve, diferentemente de todos os grandes projetos anteriores — Reuni, Prouni, Enem, Fies, Ciência sem Fronteiras — nenhuma discussão prévia ou grupos de trabalho com reitores ou reitoras para sua construção, nem como ocorreu nesses anos, a formulação de agendas entre a Presidência da República e o conjunto de reitores e reitoras — há a previsão de abertura para consulta pública geral, nos próximos 30 dias, pela internet, sem espaço entretanto para debate ou diálogo, limitada a consulta à sua leitura “na íntegra na página da consulta pública. Em seguida, é possível acessar, separadamente, os nove trechos do texto e, para cada um deixar, um comentário e dizer se acha que

o tópico está totalmente claro, claro com ressalvas ou se não está claro. Ao final, é possível deixar ainda um comentário geral sobre a proposta”.

Pela especificidade dos itens anunciados, nota-se um conjunto complexo de medidas que guardam vinculação contraditória com a Constituição, leis orgânicas, *estandares* [padrões] de supervisão fiscalizadora (TCU, CGU, AGU, MPU). Cito um exemplo pontual: enquanto na proposta se abre a possibilidade de acúmulo de encargos decorrentes de obrigações contratadas para atuação de pessoal em dedicação exclusiva, professores desse regime são diuturnamente interpelados pelo TCU e pelo MPU com a tipificação de violação do regime, em situações que, a rigor, sequer deveriam ser questionadas. Há, portanto, uma agenda presumida de caráter legislativo e procedimental que antecipa muitas dificuldades para implantar a proposta.

“Dá-se agora a investida mais sutil porque disfarçada em ilusão de reforma aperfeiçoadora do sistema”

IHU On-Line - Em que consiste a proposta de criação de Fundos de Investimento, segundo o programa?

José Geraldo de Sousa - Esse é um dos eixos destacados da proposta, o Eixo 1: Gestão, governança e empreendedorismo. Segundo matéria publicada no site do IHU, esse eixo é a principal ancoragem para o capital privado nas instituições. O programa defende que institutos

e universidades se aliem a diversos modelos de fundos de investimento para ampliar suas receitas e criar ambientes favoráveis aos negócios. Isso combinado com Fundos de Investimentos Imobiliários que permitiriam às universidades celebrar contratos de gestão compartilhada acerca do seu próprio patrimônio imobiliário e da União e às reitorias estabelecer parcerias público-privadas, comodato ou cessão de prédios e lotes. Além disso, Fundos Patrimoniais (*endowment*) para captar doações de empresas ou de ex-alunos para financiar pesquisas ou investimentos de longo prazo.

Conforme já mencionei em outras oportunidades, dá-se agora a investida mais sutil porque disfarçada em ilusão de reforma aperfeiçoadora do sistema. O ministro da Educação com o programa ‘Future-se’ diz querer reestruturar o financiamento do ensino superior público. A proposta, todavia, quer levar o governo a escapar da vinculação constitucional que obriga o Estado a financiar a manutenção e o funcionamento das universidades públicas e, enquanto aparentemente amplia a participação de verbas privadas no orçamento universitário, retira a instituição de sua função estratégica pública e social e a entrega, com seu patrimônio, seu capital de conhecimento e seu acervo cultural à ganância de acumulação e de capitalização. Por isso o jogo de palavras: Future-se ao invés de Future-se.

IHU On-Line - Qual tende a ser o impacto do Future-se na pesquisa, no fazer científico das universidades federais?

José Geraldo de Sousa - Concorro com Boaventura de Sousa Santos, desde escritos anteriores e mais recentemente (Exposição na Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e o Caribe. Córdoba: CRES, 2018), quando caracterizou o assédio neoliberal às universidades, para fazer uma séria advertência: “A ideia de que o único valor do conhecimento é o valor de mercado é o que irá matar a uni-

versidade. Uma universidade que é ‘sustentável’ porque financia a si mesma é uma universidade insustentável como bem comum, porque se transformou em uma empresa”.

IHU On-Line - Quais são os tipos de parcerias público-privadas que já existem nas universidades federais hoje e qual tem sido o impacto dessas parcerias?

José Geraldo de Sousa - Mencionei algumas delas atrás. Tivesse havido um estudo prévio para construir a proposta, como foi feito com o Reuni, e um bom catálogo de parcerias, seus tipos, seu alcance na sustentabilidade das instituições e seus impactos nos programas e projetos acadêmicos teriam permitido um desenho razoável dessa experiência. Tudo depende de cada modelagem de cooperação, mas em geral, além dos pagamentos diretos — alugueis, de imóveis e de equipamentos, de prestação de serviços (aqui não cabe o exemplo, por causa da natureza pública da prestação de serviços, mas tenha-se em mente as universidades que mantêm hospitais e que os integram cem por cento no sistema SUS, o quanto reverte para elas, para aplicação nos próprios hospitais, o valor dos contratos de prestação de serviços, ainda mais sabendo-se que em geral esses hospitais conservam sua dupla função de serviços e de ensino e pesquisa) —, as negociações têm permitido atividades cooperadas de ensino, extensão e pesquisa (caso da UnB e da Fiocruz instalada no *campus* universitário), com financiamento de bolsas, estágios, tudo sem perder a dimensão pública, social, republicana dessas parcerias. Assim, cada projeto revela o alcance de seu objetivo cooperado e o impacto que proporciona à relação acadêmica a que ele visa em última razão.

IHU On-Line - Nos governos passados foram feitas parcerias público-privadas para a gestão dos hospitais públicos universitários. Qual foi o impacto dessa parceria na gestão dos hospitais?

José Geraldo de Sousa - Eu próprio, como reitor, vivenciei todo o processo de constituição da empresa pública de gestão hospitalar. Somente no formato a criação da empresa remeteu ao formato de uma entidade modelada pelo sistema privado. Em seus estatutos, em seu funcionamento e em seus objetivos, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH manteve-se como uma iniciativa de interesse público de modo que seus impactos alcançaram mais a eficiência da gestão, aquisições em escala, planejamento global. Mas contribuiu para a regularização dos serviços; por exemplo, vincular como celetistas servidores precarizados tidos como admissão irregular pelos órgãos de controle.

“A ideia de que o único valor do conhecimento é o valor de mercado é o que irá matar a universidade”

IHU On-Line - É possível estabelecer algum tipo de aproximação ou semelhança entre a parceria público-privada realizada para fazer a gestão dos hospitais e a proposta do Future-se?

José Geraldo de Sousa - Somente quanto aos requisitos operacionais e de funcionamento. Diferentemente da visão de empreendedorismo e de transferência do público para o privado que o Future-se propõe, na gestão hospitalar a empresa criada EBSEH permaneceu pública no programa e na realização de seus objetivos.

IHU On-Line - Alguns críticos ao Future-se argumentam que

o programa pode pôr em xeque a autonomia de pesquisa das universidades. O senhor concorda com esse tipo de crítica? Sim, não, por quê?

José Geraldo de Sousa - Concordo inteiramente e retomo aqui a crítica feita por Boaventura de Sousa Santos sintetizada acima para compartilhá-la por inteiro, a exemplo de como o fiz em exposição na Associação Nacional dos Reitores das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes. Ao final do ano passado (2018), a Andifes organizou um importante seminário para marcar 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e 30 anos da Constituição de 1988. Um dos temas em exposição foi o que proferi, “A Universidade Pública, Autonomia e Liberdade de Ensinar: Valores que a Constituição de 1988 Consagrou”. Na conclusão de minha exposição, aludindo aos desafios e às tarefas que se colocam na conjuntura, em face dos impasses que põem a Constituição numa encruzilhada, implicam em tomar consciência e posição, ao que Boaventura de Sousa Santos, desde escritos anteriores e mais recentemente (Exposição na Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e o Caribe. Córdoba: CRES, 2018), caracterizou como assédio neoliberal às universidades: “A ideia de que o único valor do conhecimento é o valor de mercado é o que irá matar a universidade. Uma universidade que é ‘sustentável’ porque financia a si mesma é uma universidade insustentável como bem comum, porque se transformou em uma empresa”.

Para ele o presente, controlado pelo neoliberalismo, é uma época plena de perigos para a universidade pública: em face do ciclo global conservador e reacionário, isto é, “o domínio total do capital financeiro”. O projeto neoliberal, segundo ele, busca a construção de um “capitalismo universitário”: “Começou com a ideia de que a universidade deveria ser relevante para criar as competências que o mercado exige”, seguiu com as propostas de tributação e

privatização. “A fase final é a ideia de que a universidade deve ser ela mesma um mercado, a universidade como empresa”. Se a universidade é uma mercadoria a mais, precisa ser medida: daí os rankings globais. Por isso, a ideologia neoliberal colide assim com a ideia de “universidade como um bem comum”, uma das conquistas obtidas a partir da Reforma de Córdoba (1918). “É um momento difícil por várias razões, e uma delas é que não há um ataque político, mas, sim, um ataque despolitizado. É um ataque que tem duas dimensões: cortes orçamentários e a luta contra a suposta ineficiência ou corrupção, uma luta muito seletiva, porque se sabe que as universidades públicas são em geral muito bem gerenciadas em comparação com outras instituições.

Conforme Boaventura, há três razões pelas quais a universidade é um alvo desejado pelo regime neoliberal: 1. Sua produção de conhecimento independente e crítico questiona “a ausência de alternativas que o neoliberalismo tenta produzir em nossas cabeças todos os dias. Se não há alternativas, não há política, porque a política é só alternativas. É por isso que muitas das medidas contra a universidade não parecem políticas, mas, sim, econômicas, os cortes financeiros, ou jurídicos, a luta contra a corrupção. O que está por trás é a ideia de que a universidade pode ser um fermento de alternativas e resistência”; 2. O pensamento neoliberal busca um presente eterno, quer evitar toda tensão entre passado, presente e futuro. E a universidade sempre foi, com todas as limitações, a possibilidade de criticar o presente em relação ao passado e com vistas a um futuro diferente”; 3. “A universidade ajudou a criar projetos nacionais (obviamente, excluídos dos povos originários) e o neoliberalismo não quer projetos nacionais. Por sua vez, a universidade sempre foi internacionalmente solidária, com base na ideia de um bem comum. Mas o capitalismo universitário quer outro tipo de internacionalismo: a franquia,

que as universidades possam comprar produtos acadêmicos em todo o mundo”. Finaliza, repito, convocando o espírito de Córdoba e da Reforma de 1918, para pensar política e epistemologicamente modos de romper as limitações impostas pelo neoliberalismo e radicalizar a utopia democratizadora: a universidade, concluiu, deve se restituir, fazer um uso contra-hegemônico de sua autonomia e “transformar-se em uma pluriversidade”, teórica e politicamente.

“As universidades, como as igrejas, as corporações, o país inteiro tem refletido essa polarização de visões de mundo que acontece hoje no Brasil e no mundo”

IHU On-Line - Como a proposta do Future-se já vem sendo desenvolvida, em alguma medida, nas universidades privadas e quais as consequências disso?

José Geraldo de Sousa - Essa questão tem que ser aferida na avaliação de cada situação que possa ser carregada para um quadro de modelagem. Não existe esse estudo e a preparação da proposta, feita desde cima, desprezou qualquer discussão ou argumentação. É uma aposta cega. No plano opinativo, remeto à

materia do IHU acima citada e retomo o posicionamento de Daniel Cara, aliás bastante consistente. Ainda que possa haver experiências valiosas no âmbito das experiências em instituições privadas, esse eventual “sucesso” não tem correlação com o âmbito público do modelo constitucional universitário brasileiro. Por isso que ponto considerando “perverso” pelo educador (Cara) é “o de utilizar o patrimônio acumulado pelas universidades públicas como moeda de troca para estratégias de comercialização e financeirização. Isso é um crime de lesa-pátria, ataca a Ciência e precisamos ter clareza disso. As universidades hoje funcionam como um anteparo à política de Jair Bolsonaro, com a sua capacidade crítica. Justamente por isso a ideia de enfraquecê-las a partir de um modelo de gestão que incorpora elementos privatistas e provoca a demolição da autonomia universitária e da capacidade de democratizar o Ensino Superior com qualidade”, atesta.

“Atacar a universidade pública brasileira é atacar a soberania do país e precisamos atuar de maneira muito inteligente e conjunta para barrar esse projeto no Congresso. Não é a educação que vai fazer com que a economia tenha dinamismo, tampouco a economia vai fazer com que a educação se realize. O que precisamos no Brasil é de um projeto de desenvolvimento que articule todas as áreas: educação, saúde, economia, assistência social, acesso à moradia. Um projeto que garanta um País com qualidade de vida, mas esse não é o objetivo do governo Bolsonaro”, finaliza.

IHU On-Line - O modelo de gestão sugerido pelo Future-se é uma tendência nas universidades públicas e privadas mundiais? Quais são as semelhanças e diferenças dessa proposta em relação ao modelo de gestão de universidades de outros países?

José Geraldo de Sousa - Não creio que seja uma tendência. Ao contrário, o que temos assistido é a

uma volta estratégica ao modelo público na organização e no financiamento a partir dos países de maior PIB no Norte Global.

IHU On-Line - Como a proposta do Future-se está repercutindo entre os profissionais que atuam nas universidades federais? Que comentários e análises o senhor tem visto neste sentido?

José Geraldo de Sousa - As universidades, como as igrejas, as corporações, o país inteiro tem refletido essa polarização de visões de mundo que acontece hoje no Brasil e no mundo. Nas universidades, especificamente, grupos leais ao modelo neoliberal também se formaram e tive a notícia recente de formação de uma associação de professores de direita e que pontificam a crença neoliberal. Já há muito tempo, o *capitalismo universitário* de que fala Boaventura se instala no am-

biente acadêmico para uma ação de erosão privatizante que mina a estrutura do interesse social que a universidade pública insiste em preservar. Esses setores estão certamente eufóricos em face da possibilidade de fortalecer seus grupos de pesquisa, sua carteira de serviços, de se tornarem, como disse o Secretário na apresentação da proposta, “o professor universitário (que) poderá ser muito rico. Vai ser a melhor profissão do Brasil”.

De um modo geral, porém, a recepção mais nítida da proposta é crítica, no sentido de que ela representa uma tragédia para a concepção constitucional de uma universidade pública, de qualidade, com compromisso social, laica. Para o princípio de que educação, incluindo a educação superior, é um bem social, não é uma mercadoria.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

José Geraldo de Sousa - Apenas o que venho sustentando, junto com meus colegas de pesquisa do Coletivo O Direito Achado na Rua, em face das exigências da conjuntura. Contra tudo isso opõe-se a história milenar da universidade ocidental que soube manter-se leal aos seus fundamentos civilizatórios e sempre soergueu-se aos assaltos da barbárie, de inquisidores, dos múltiplos fascismos, de todas as formas de autoritarismo e contra a ganância do mercado. A educação ainda é valor social, bem público, não é negócio. O que se espera é que os movimentos sociais e a institucionalidade estruturada no sistema legislativo e judicial compreendam o alcance e toda a dimensão e significado desses valores inscritos nos princípios constitucionais, para protegê-los e para defender a própria Constituição.

Leia mais

- **Lava Jato: os riscos da “jogadinho ensaiada” que põe juiz e promotor do mesmo lado.** Entrevista especial com Lenio Streck e José Geraldo de Sousa Junior, publicada nas Notícias do Dia de 13-6-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/302XAoh>;

- **Direitos não são quantidades, são relações.** Entrevista com José Geraldo de Sousa Junior, publicada na revista IHU On-Line número 494, de 3-10-2016, disponível em <http://bit.ly/2GwKo5b>.

- **O julgamento e os impactos políticos da condenação do ex-presidente Lula. Algumas leituras.** Entrevista com José Geraldo de Sousa Junior, publicada nas Notícias do Dia de 25-1-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2q4SeIZ>.

- **A Constituição e a construção de direitos.** Entrevista especial com José Geraldo de Sousa Junior, publicada nas Notícias do Dia de 3-12-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2q3Qqze>.

ECOFEIRA

ihu.unisinos.br/observasinos



Atividades culturais todas as quartas-feiras
a partir das 14h





Future-se: uma proposta de quem não conhece a realidade da universidade

Renato Janine Ribeiro reforça que “educação em qualquer nível é algo extremamente importante para o desenvolvimento econômico e social do país, precisa ter uma estabilidade”

João Vitor Santos

Não deveria, mas é comum, com a troca de governos, haver uma série de realinhamentos de prioridades e rupturas. Entretanto, no Governo Bolsonaro, essas rupturas e mudanças de rotas têm sido radicais. O campo da Educação é mais um que vem sendo atingido em cheio por esses reveses. Além dos ataques e críticas às universidades públicas, o governo lança agora um programa: o Future-se, que, para muitos especialistas, fere a liberdade e autonomia e compromete o financiamento das instituições públicas. O ex-ministro da Educação, professor Renato Janine Ribeiro, é um dos que teme essas mudanças. “Essa proposta revela um desconhecimento da realidade universitária”, destaca, na entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**. “Fala-se muito, é um discurso mais ou menos automático de quem não conhece a universidade, de que a universidade não quer cooperar. Mas não é essa a realidade. Já existe uma série de mecanismos que podem ser bem utilizados”, acrescenta.

Segundo o professor, o desconhecimento da realidade das instituições se revela por duas formas. Na primeira, por essa insistência da necessidade de cooperação com o setor privado. O Future-se aponta uma outra fórmula, desconsiderando as parcerias que já ocorrem, em outros moldes, dentro das universidades. Como exemplo, cita as bolsas de estudos via CNPQ e leis e regulamentações, que colocam estudantes e pesquisadores em conexão com a realidade do mercado. “Já existem essas cooperações. É um problema delicado, mas nem sempre as empresas

querem utilizar esse recurso”, aponta.

Além disso, descolar o financiamento das universidades dos orçamentos estatais e associar a fundos de investimentos gera instabilidade. Para Renato, com instabilidade não se pode assegurar o desenvolvimento de ensino e pesquisa nas universidades. “Educação em qualquer nível, seja na educação das crianças, que é um direito humano, seja em nível de pós-graduação, que é algo extremamente importante para o desenvolvimento econômico e social do país, precisa ter uma estabilidade”, reforça.

Renato Janine Ribeiro é professor de Filosofia, escritor e colunista. Foi ministro da Educação, entre abril e setembro de 2015. Atua como professor titular da cadeira de Ética e Filosofia política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH-USP. Entre os seus livros recentemente publicados, destacamos *A Pátria Educadora em colapso - reflexões de um ex-ministro sobre a derrocada de Dilma Rousseff e o futuro da educação no Brasil* (São Paulo: Três Estrelas, 2018), *A boa política - Ensaio sobre a democracia na era da Internet* (São Paulo: Companhia das Letras, 2017) e *A imprensa entre Antígona e Maquiavel: a ética jornalística na vida real das redações* (São Paulo: ESPM, 2015).

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia em 05-08-2019, atualizadas diariamente na página do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/31zMYoi>

Confira a entrevista.

IHU On-Line — Qual sua avaliação sobre o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras - Future-se, recém-lançado pelo Ministério da Educação - MEC?

Renato Janine Ribeiro — Esse programa é preocupante, primeiro, porque sabemos poucos detalhes sobre ele; segundo, porque cria formas de regulação como, por exemplo, um comitê gestor. Não sabemos como vai ser composto esse comitê, se será uma autoridade sobre as universidades federais que poderá inibir a autonomia delas. Assim como este, há vários pontos sobre os quais não sabemos o que vai ser feito.

O terceiro ponto — e talvez o principal —, é que na hora em que o financiamento da educação passa a depender de aplicações de fundos, que são de natureza especulativa, fica complicado dar a estabilidade necessária para o financiamento da Educação. Educação em qualquer nível, seja na educação das crianças, que é um direito humano, seja em nível de pós-graduação, que é algo extremamente importante para o desenvolvimento econômico e social do país, precisa ter uma estabilidade. O problema desse projeto é que ele deixa uma instabilidade muito grande no sistema educacional. Esse é o ponto que assinalo como o mais preocupante no projeto do governo.

IHU On-Line — O senhor quer destacar que um dos riscos de vincular o financiamento da educação aos fundos é que se os fundos não vão bem, não tem rendimento, não há recursos para a educação?

Renato Janine Ribeiro — Sim. Isto é, há certos tipos de atuação em que é preciso ter uma estabilidade, por exemplo, quando lidamos com crianças, idosos, educação e saúde. Esses quatro setores necessitam ter uma estabilidade muito grande.

Não podemos, de um ano para o outro, fechar um, dois ou três anos do curso de graduação porque não houve financiamento. É preciso ter

uma garantia de financiamento que estabilize tudo isso. Precisamos ter certeza de que algo que vai começar terá continuidade. E isso vale para todas as ações de governo.

“Fala-se muito, é um discurso mais ou menos automático de quem não conhece a universidade, de que a universidade não quer cooperar. Mas não é essa a realidade”

IHU On-Line — É nesse financiamento empregado a partir de fundos que se manifesta a lógica do mercado na Educação? E que outros riscos podem emergir dessa perspectiva?

Renato Janine Ribeiro — Podemos ter muita cooperação de mercado na área da Educação, não tem a menor dúvida. Hoje, cada vez mais se considera que a Educação é um dos principais insumos para melhorar a produtividade do trabalhador, a competitividade da economia e a remuneração das pessoas. Então, Educação passa a ser algo que é muito positivo do ponto de vista econômico, até por isso ela tem que ser resguardada de intempéries. Assim, não podemos, de um ano para o outro, tirar a criança da creche ou cortar a sequência de uma graduação ou de uma pós-graduação.

Aí fica o receio que muita gente tem, a partir da proposta de que a questão do financiamento iria depender só das universidades, da capacidade delas de tirar recursos mediante seu vínculo com o setor privado e pagando um preço alto caso ocorram equívocos. Se isso der errado, como vamos fazer? Se não se conseguir o rendimento esperado, se os fundos caírem, vão demitir professores? Vão dar calote nas contas de luz e água? Vão parar de comprar reagentes? Vão deixar de assinar os periódicos internacionais que são fundamentais às pesquisas mais desenvolvidas? Isso tudo é um risco muito grande.

Temos que ter, dentro do governo, certas áreas mais preservadas do que outras porque elas têm um papel fundamental para podermos ter todo o resto. Se não tivermos uma boa formação de mão de obra, teremos muita dificuldade em desenvolver a economia. Assistindo a um programa de televisão, me chamou atenção a explicação de que, para muitos empregos, atualmente, se requer o Ensino Médio. Então, se não tiver um bom Ensino Médio, se limita a capacidade da pessoa de subir na vida.

Financiamento e avaliação

Não quer dizer que a universidade deva apenas entregar a conta para o governo, que a universidade seja irresponsável. Ela tem que ser avaliada e temos que saber se está fazendo bem seu trabalho. E isso tanto as universidades públicas quanto as privadas. A universidade privada tem que ser avaliada, porque os alunos pagam — eventualmente até entram bolsas do setor público, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes na pós-graduação ou o Programa Universidade para Todos - ProUne na graduação — e também para sabermos se estão fazendo um bom trabalho. E as universidades públicas têm que ser avaliadas também para ver se estão usando bem o dinheiro da sociedade.

Uma coisa não exclui a outra, ou seja, não se trata de dizer que as uni-

versidades não devam ser responsáveis pelos seus gastos, mas elas têm que demonstrar que são capazes de ter um bom desempenho. E como vemos isso? Pelos resultados que elas apontam. O que uma universidade tem que entregar? Pessoas bem formadas nos cursos de graduação e, sobretudo nas melhores universidades, pesquisa de qualidade. Isso é avaliado há muito tempo, pois a Capes e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq fazem esse trabalho.

Riscos da “universidade-empresa”

Com isso, entramos em outro problema: o projeto todo, o Future-se, está muito ligado à ideia de uma universidade que seja vinculada com o setor empresarial e não prevê o que ocorrerá com áreas que não sejam de tanto interesse empresarial. Ora, nesse ponto há vários problemas: veja o caso da Sociologia, por exemplo, tão criticada pelo presidente [Jair] Bolsonaro. A Sociologia é a ciência que estuda a sociedade. Como alguém quer governar um país, um estado, sem ter elementos científicos? Assim como precisamos ter elementos científicos para, por exemplo, melhorar a produção agrícola, precisamos de elementos científicos para saber como se governa um país, e a Sociologia permite que se tenham esses elementos.

A Sociologia se ocupa muito da desigualdade social. Com isso, ela dá contribuições importantes de como se pode aumentar as oportunidades das pessoas, como se pode tornar mais justa a competição profissional e como se pode aproveitar talentos em uma sociedade desigual em que eles são desperdiçados. A sociedade brasileira, com a dimensão da miséria e da pobreza que tem, é uma sociedade que desperdiça muitos talentos que nem descobrimos que existem, é uma quantidade grande de crianças pobres e miseráveis ou de adultos pobres e miseráveis que poderiam ser profissionais bons e rentáveis em várias áreas, só que não tiveram a oportunidade. Quem des-

cobre, quem faz o estudo científico de como a pobreza atrasa um país? É a Sociologia, eventualmente em cooperação com a Economia.

Investimento na Educação, retorno em todas as áreas

Se hoje olharmos, por exemplo, a área de Educação, veremos que há um bom número de economistas que estão debruçados sobre essa área, estão interessados em ver como a Educação melhora a Economia – Ricardo Paes de Barros talvez seja o mais conhecido deles no Brasil. Agora, se olharmos as publicações internacionais de fonte liberal, como a revista *The Economist* ou o *Financial Times* e mesmo os relatórios do Banco Mundial, veremos que todos – que não têm nada de esquerdistas, muito ao contrário – vão dar uma importância muito grande à Educação. Essa importância faz com ela precise ser valorizada.

Quando estive no Ministério da Educação, tive três encontros com o ministro da Educação da Coreia do Sul, que era também vice-primeiro ministro, o que mostra a importância que a Coreia do Sul dá à Educação. Ele me contou que quando tiveram uma crise séria, alguns anos atrás, eles cortaram verbas em muitas áreas, mas a área mais preservada foi a da Educação.

Educação é futuro, mas não de uma forma muito elementar, quando se investe só nas áreas que aumentam a produção. Se for feito um bom trabalho na Educação, todas as áreas serão impactadas positivamente.

IHU On-Line – Quais os riscos do desenvolvimento apenas de pesquisas que visem atender ao mercado, como o senhor referiu anteriormente?

Renato Janine Ribeiro — Lembro de um amigo, um empresário, que infelizmente teve uma morte trágica, Nei de Bittencourt Araújo, que nos anos 1990 costumava dar um exemplo: a cola usada no calçado brasileiro era uma que não tinha

sido testada para as condições do couro do gado brasileiro. Esse gado tem suas particularidades, em razão de solo, de clima e cruzamento de raças de outras nações. Então, essa cola era boa, mas não era 100% para a realidade da produção brasileira. E do que precisávamos? De pesquisa científica para ter uma cola melhor e que reduzisse o desperdício, que era da ordem de 5% desse produto. Esse é um exemplo importante, porque precisamos de uma pesquisa que ajuste as questões aos interesses e realidades brasileiros.

Outro exemplo, na área das Ciências Agrárias: o Brasil tem pouca produção de trigo e muita produção de soja por razões climáticas. Se olharmos as pesquisas internacionais, elas são mais voltadas para o trigo. Logo, não precisamos tanto das pesquisas sobre trigo, mas de pesquisas sobre soja. E quem faz essas pesquisas? Nós, somos nós os bons pesquisadores de soja.

Quando se realiza pesquisa, em qualquer área ou ramo, sempre há riscos. Às vezes, quanto maior é o risco, mais profunda e promissora é a pesquisa. Mas é grande o risco de ela dar errado, pois está se entrando em caminhos não trilhados. Então, para fazer uma pesquisa de boa qualidade, é preciso entender que há chances tanto de ela dar certo como de dar errado. Mas se ela prosperar, pode fazer o país crescer, ficar melhor economicamente etc. Esse é um dos pontos cruciais da pesquisa que precisa ser compreendido.

IHU On-Line – De que forma o programa Future-se pode impactar a autonomia da universidade pública, tanto no sentido do ensino como na pesquisa?

Renato Janine Ribeiro — O estado de São Paulo adotou um bom método, já faz 30 anos, que foi destinar às universidades estaduais um percentual levemente abaixo de 10% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, que é um imposto que reflete muito bem a inflação e, portanto, dá uma certa estabilidade

financeira. E veja que as três universidades estaduais estão entre as melhores do Brasil: Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e Universidade Estadual Paulista - Unesp. Quando se emprega esse tipo de ação numa universidade que tem uma cultura de qualidade forte, funciona bem, pois a universidade não tem que ir ao MEC quando precisa consertar algo ou construir um prédio novo, por exemplo.

É o contrário do que ocorre no setor federal. E isso não é de agora. Por exemplo: pegou fogo num prédio da Universidade Federal da Bahia, há mais de dez anos, e reconstruir o prédio dependia de uma alocação de verbas do MEC. Em São Paulo, o reitor teria de ver como ele tiraria recurso para essa obra do orçamento dele. Poderia até eventualmente pedir um aporte adicional, mas ele teria que gerir isso.

Entretanto, isso funciona muito bem quando está associado com uma cultura da avaliação, quando se sabe que a universidade está cumprindo bem sua tríplice missão. Primeiro, formação de aluno; segundo, nas melhores universidades, a pesquisa; e terceiro, a extensão, a transmissão de conhecimento à sociedade. É nesse terceiro aspecto que se pode incluir toda a cooperação com empresas. Na medida em que essa extensão vai se desenvolvendo bem, vai havendo maior possibilidade de cooperação.

Cooperação não é novidade

E já existe essa cooperação com empresas. Desde os anos 1980, o CNPQ tem as bolsas RHAEE [Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas]. Esse programa foi criado, em 1987, para a inserção de mestres e doutores na iniciativa privada, essencialmente em empresas de micro, médio e pequeno porte. Ou seja, já existe um sistema que, há tempos, prestigia essa cooperação entre a iniciativa privada e as universidades. No governo Lula, houve a chamada Lei do Bem, nº. 11.196/05, que já permitia que os pesquisadores tivessem ins-

trumentos para cooperar com o setor privado. A Lei é do Ministério de Ciência e Tecnologia, mas afeta também o MEC e outras áreas.

Trago isso tudo para demonstrar que já existem essas cooperações. É um problema delicado, mas nem sempre as empresas querem utilizar esse recurso. Às vezes, as empresas preferem já comprar a tecnologia pronta, vinda de fora. E, com isso, fica bem complicado para o país, pois se tem uma tecnologia que já foi testada em outros lugares, é boa, mas que nem sempre é a melhor para o Brasil, o que, às vezes, pode trazer algum problema.

Fala-se muito, é um discurso mais ou menos automático de quem não conhece a universidade, de que a universidade não quer cooperar. Mas não é essa a realidade. Já existe uma série de mecanismos que podem ser bem utilizados.

“Esse governo se elege sem ter um projeto educacional, a não ser o Escola sem Partido, um projeto de certa forma repressivo”

IHU On-Line – O programa é centrado em três eixos: governança, gestão e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização. Mas, até pelo que o senhor nos trouxe até agora, isso já existe nas universidades federais. Afinal, o que o Future-se traz de novidade nesses aspectos?

Renato Janine Ribeiro — A proposta traz de novidade o fato de que, aparentemente, pelo que foi dito até agora, desresponsabiliza o governo pelos recursos da universidade. Eu acho que esse é o ponto preocupante. Como fazer para lidar com uma desresponsabilização dessa ordem? Isso é muito complicado.

IHU On-Line – Mas, nesses três aspectos, nos três eixos, não há nada de novo?

Renato Janine Ribeiro — Sim, e essas perspectivas que já estão presentes, sempre podem ser ampliadas. Se a intenção do governo é ampliar, tudo bem. Agora, o que não pode fazer é ignorar tudo que foi feito, todo o conhecimento já existente, desrespeitar as pessoas que trabalharam e trabalham nisso e também propor uma única saída para toda a complexidade da vida universitária.

Há algo que praticamente não temos no Brasil, mas é presente na Inglaterra e na França: os principais museus têm área de pesquisa sobre a Mesopotâmia, sobre os países onde se dão os primórdios da escrita, sobre países como Babilônia, Assíria. No Brasil, há um trabalho, que até deveria ter mais envergadura, que é o de conhecer as línguas indígenas. São coisas mais recentes, mas muito importantes, porque muitas dessas línguas estão em extinção, outras já se extinguíram. E isso é importante porque é conhecimento sobre o ser humano. Não temos apenas a biodiversidade amazônica, temos a “humanodiversidade”, por assim dizer.

Algumas dessas áreas têm um processo muito demorado até que haja um impacto, um retorno econômico. Mesmo na área científica isso pode ocorrer. Por exemplo: pegando a taxonomia, que designa a classificação das espécies, pode-se descobrir uma nova espécie de uma planta, mas se demora muito tempo para trabalhar essa planta, identificá-la, verificar se é uma espécie nova ou não. É um processo muito lento e isso tem um custo, e nós, que temos essa biodiversidade

incrível na Amazônia, precisamos constantemente identificar novos seres vivos. Como se faz tudo isso? Dificilmente uma área empresarial vai querer financiar uma pesquisa desse tipo, é uma pesquisa típica de governo. Mas que pode, depois, ter efeitos ótimos para a economia.

IHU On-Line – Qual deve ser o impacto do Future-se nas universidades privadas, especialmente as privadas com fins públicos?

Renato Janine Ribeiro — É interessante fazer essa distinção, pois nem todas as pessoas conhecem a diferença entre privada e particular. De um lado temos universidades com finalidade lucrativa que, no termo técnico, são as particulares, e, de outro, as universidades privadas sem fins lucrativos, como a própria Unisinos. De modo geral, são as universidades confessionais e as comunitárias. Há muitas universidades comunitárias no sul do país, mas também em São Paulo. O que encontramos nessas universidades que têm espírito público é que elas sempre tiveram um compromisso educativo forte.

Uma das coisas positivas que vejo em várias universidades particulares é que elas foram se preocupando mais com a qualidade de ensino. Isso até pelas medidas adotadas por sucessivos governos, pois começaram a fazer avaliações, a dar vantagens para universidades que têm boa qualidade e, claro, também acompanhar mais de perto universidades e instituições de ensino superior que tem má qualidade.

Agora, o impacto dessas medidas para o setor privado sem fins lucrativos pode ser também delicado, pois se o governo deixar de financiar a pesquisa e a boa formação do aluno, haverá um sofrimento geral no sistema de ensino. Todo o sistema superior vai ser prejudicado, porque passamos de três milhões de alunos, no tempo do Governo Fernando Henrique Cardoso, para oito milhões de alunos nos últimos anos. Esse aumento muito grande

exige um cuidado constante das garantias para que os cursos sejam realmente bons. Se já naquela época, muitos cursos ruins eram ministrados, hoje, com oito milhões, a situação exige mais controle. Tanto que, quando eu estava no MEC, havia o projeto de transformar a Secretaria de Regulação do Ensino superior privado em instituto, bem mais forte e numeroso. Isso iria permitir que se analisassem mais rapidamente os pedidos de cursos novos e também uma avaliação mais rápida no que diz respeito à qualidade.

IHU On-Line – Como o Future-se tem repercutido entre quem atua nas universidades federais ou estuda o tema?

Renato Janine Ribeiro — Há muita preocupação, mais ou menos nos termos que procurei desenvolver. E há ainda fatores como a instabilidade de financiamento e uma redução da autonomia das universidades, que passariam a ter cada vez mais seus horizontes ditados a partir de Brasília, ou seja, Brasília demais e Brasil de menos. Essas são algumas das preocupações que as pessoas têm. Inclusive, saiu um decreto de que a nomeação de pró-reitor agora competirá ao governo federal e não mais ao reitor ou reitora. Isso tudo deixa as pessoas preocupadas, pois se um reitor não puder montar a equipe dele, se essa equipe foi escolhida em Brasília, como vai fazer funcionar? Como vai haver harmonia de administração numa universidade em que o pró-reitor não obedece ao reitor?

IHU On-Line – O que a proposta do Future-se revela acerca do entendimento do atual governo sobre o trabalho do professor e do pesquisador universitários?

Renato Janine Ribeiro — Essa proposta revela um desconhecimento da realidade universitária. É normalmente quando ocorrem esses processos de mudanças e rupturas. As pessoas que entram acham

que tudo que estava sendo feito é errado e que elas sabem tudo. E não é assim, pois há toda uma construção laboriosa pelo próprio mundo acadêmico ao longo dos anos, muita coisa de positivo foi construída e foram feitas tentativas, às vezes na direção mesma do que está sendo proposto, e que não deram certo. Não por falha da universidade, mas porque outros lados não quiseram as mudanças.

Veja, também, que o presidente da República fez sua campanha eleitoral sem, em nenhum momento, apontar a Educação como algo positivo. Ele apresentava a Educação como algo preocupante, era crítico com relação a ela e dizia que a Educação era responsável, e Paulo Freire em especial, por uma espécie de perda da moralidade no Brasil. Você pode achar o que quiser do PSDB, do PT, dos partidos que disputaram há anos a hegemonia no Brasil, mas todos eles tinham um projeto educacional nas campanhas. E esse governo se elege sem ter um projeto educacional, a não ser o Escola sem Partido, um projeto de certa forma repressivo.

Quer dizer: vamos tirar da escola a capacidade de atuar. Isso aparecia em algumas faixas e cartazes do então candidato, que veio a ser eleito, em dizeres como: família educa, professor ensina. Demonstra assim um grande desconhecimento sobre o papel da educação, pois uma parte é a socialização da pessoa para lidar com o mundo. A família é ótima, tem um papel insubstituível, mas a família ensina você a lidar com as pessoas que estão muito próximas. Ela não ensina a lidar com uma sociedade complexa. E é por isso que a criança sai de casa e vai ter amiguinhos, coleguinhas, professores, isso tudo é um microcosmos da sociedade, a criança está aprendendo a viver em sociedade.

Homeschooling

Aliás, esse é o erro do *homeschooling*, a educação domiciliar. Aparentemente existem cinco mil de-

mandas no Brasil para que isso seja autorizado – há quem diga 20 mil –, mas, de qualquer forma, é muito pouco se comparado a 40 milhões de alunos do Ensino Básico. A ideia de *homeschooling* poderia até funcionar para ensinar matérias, mas ela não socializa, não faz a pessoa aprender a lidar com quem está fora da família. Além do fato de que é muito difícil uma família ter condição de ensinar tudo que está no Ensino Fundamental II [de 6º a 9º ano], em que já tem uma divisão de matérias bastante grande. E será que uma família vai ser capaz de dar aula, ao mesmo tempo, de Ciências, História, Geografia, Português, Matemática? É muito difícil.

Ausência de propostas

Então, é um governo que assumiu com uma agenda precária sobre educação. Se for para dizer o que é prioridade zero na educação, destaco duas coisas: a primeira é a alfabetização na idade certa. Há um projeto que o Ceará emplacou, no Governo Cid Gomes, em 2007, e que o Brasil tentou, através do MEC, nacionalizar,

mas foi muito mais difícil em escala nacional. O que o Ceará introduziu basicamente? Avaliações permanentes do aprendizado de leitura, escrita e operações matemáticas, que é o conjunto que chamamos hoje de alfabetização, e recompensa no ICMS para os municípios que atingirem melhores resultados. Além disso, investe na formação de professores como alfabetizadores, que é algo que os cursos de Pedagogia nem sempre dão, e acompanhamento atento e enfático dos atrasos, para ver onde está atrasando, porque está atrasando e como corrigir isso. Essa é a prioridade absoluta e até agora não tivemos proposta concreta do governo nesse sentido.

A segunda coisa é o Fundeb, que ajuda a remunerar melhor os professores da Educação Básica dos estados mais pobres e, sobretudo, dos municípios. O Fundo vence no ano que vem e não há proposta do governo para ele. Há propostas, no Congresso, de emenda constitucional para reconduzir o Fundeb, mas o governo nem sequer se posicionou a respeito. Temos um governo que anunciou que

a prioridade seria a Educação Básica, e para isso iria tirar dinheiro do Ensino Superior, mas que não tem proposta para as principais pautas da Educação Básica.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Renato Janine Ribeiro — O Brasil construiu, desde o Governo Itamar Franco, uma aproximação muito grande entre as pessoas que se ocupam de Educação, pessoas que vêm mais da direita e pessoas que vêm mais da esquerda foram convergindo. Sobre o quê? A prioridade absoluta da Educação Básica Pública, a importância dos mecanismos de avaliação para detectar falhas e ver onde ela pode ser melhorada, a melhora na formação do professor, a valorização da carreira e do prestígio do professor, a melhora do material didático. Ou seja, houve uma convergência para além das questões políticas. É importante que essa convergência, que talvez não tenha paralelo em nenhum outro setor da administração pública, seja respeitada. Ela é um trunfo, um patrimônio, que não pode ser destruído. ■

Leia mais

- **Eleições 2018: momento de o Brasil enfrentar os retrocessos deflagrados a partir do impeachment de Dilma Rousseff.** Entrevista com Renato Janine Ribeiro publicada nas Notícias do Dia de 2-9-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/33DfU9p>;

- **Num Brasil sem diálogo, escola vira arena para disputas.** Entrevista com Renato Janine Ribeiro, publicada na revista IHU On-Line número 516, de 4-12-2017, disponível em <http://bit.ly/2JKchEh>.

- **“A intolerância cresceu brutalmente na política”.** Entrevista com Renato Janine Ribeiro, publicada nas Notícias do Dia de 2-9-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2B7evd3>.

- **Dá para pensar a política eticamente, sim ou não?** Entrevista com Renato Janine Ribeiro, publicada na revista IHU On-Line número 398, de 11-8-2012, disponível em <http://bit.ly/2jNwLEp>.

- **“PT permitiu que agenda social se dissociasse da agenda moral”.** Entrevista especial com Renato Janine Ribeiro, publicada nas Notícias do Dia de 27-3-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2AZBvtz>.

- **A essência da técnica não é nada de técnico.** Entrevista especial com Renato Janine Ribeiro, publicada nas Notícias do Dia de 14-10-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2A1KN9g>.



Future-se propiciará o “darwinismo educacional”

Para Andréa Caldas, além da financeirização da educação e da perda de autonomia, as universidades públicas podem se tornar ambientes de extrema concorrência, prejudicial ao desenvolvimento científico

João Vitor Santos

Como a maioria dos especialistas em Educação, a professora Andréa Caldas não vê com bons olhos o programa Future-se. Associar o investimento a lógicas de mercado, na sua opinião, compromete a qualidade de ensino e até o desenvolvimento da pesquisa nas universidades. “Isto significa abortar qualquer possibilidade de ciência básica e de produção tecnológica soberana e transformar a educação superior em um grande shopping center de venda de serviços e fornecimento de estagiários de baixo custo”, dispara, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Mas ela ainda vai além: acredita que esse programa pode desenfrear uma concorrência alucinante entre os pesquisadores e professores, que passariam a agir e a produzir somente de acordo com ações mais rentáveis.

Andréa recorda que se vivem tempos de muita dificuldade financeira e contingenciamentos severos nas universidades. Enquanto isso, o governo acena com um projeto de educação neoliberal que pode conceder os recursos, e inclusive ganhos extras, condicionados a uma alta produtividade. “Estimula-se, com isto, a competitividade interna entre setores, universidades e institutos. E, obviamente, as regiões e áreas mais dinâmicas e próximas do mercado lograrão mais êxito, em uma espécie de “darwinismo educacional”, antítese de qualquer projeto nacional e mais igualitário”, analisa.

Por isso, a professora acredita que, sem investimento público, não só a formação, mas também a produção científica

nacional ficará seriamente comprometida. “É reconhecido que a universidade pública é responsável pela maior parte da produção científica e tecnológica. E isto tem a ver com investimento público, com regime e condições de trabalho e com um ambiente mais plural e autônomo”, lembra. E avalia: “transformar professores em horistas ou mesmo em empreendedores pode, à primeira vista, fazer com que se aumente a produção quantitativa de serviços mas, fatalmente, desestimulará pesquisas e processos de mais longo prazo, ou mesmo que envolvam mais riscos e ousadia”.

Andréa Caldas é professora associada na Universidade Federal do Paraná - UFPR, graduada em Pedagogia, mestra e doutora em Educação pela mesma instituição. Atua como pesquisadora e consultora na área de políticas educacionais e movimentos sociais, foi diretora do Setor de Educação da UFPR e exerceu a presidência do Fórum de Diretores das Faculdades de Educação das Universidades Públicas. Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFRGS, pesquisando as relações público e privado na educação. Entre suas publicações, destacamos *Tecendo Caminhos da Gestão Democrática: a formação dos conselheiros municipais de educação do Paraná* (Curitiba: Brasil Publishing, 2016) e *O plano nacional de educação e o sistema nacional de educação* (Paraná: reflexões e provocações. Curitiba: Appris, 2015).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais as questões de fundo no projeto Future-se?

Andréa Caldas – O projeto lançado pelo MEC, após as várias mobilizações que ocorreram em protesto

contra o contingenciamento de recursos das universidades, apesar de ser apresentado como uma propos-

ta de fortalecimento da “autonomia financeira das universidades e dos institutos federais”, deixa claro, no próprio texto, sua pretensão de transferir a gestão das instituições públicas para a iniciativa privada e fomentar a captação de recursos externos.

“O MEC tem vendido o Future-se como uma oportunidade para professores e estudantes da universidade ganharem mais, se venderem seus produtos ou suas pesquisas”

IHU On-Line – Como se dão as relações público-privadas nas universidades federais atualmente? E o que muda na proposta do Future-se?

Andréa Caldas – Atualmente, ocorrem diversas parcerias entre as universidades e empresas privadas. Estas relações se dão pelo intermédio das Fundações de Apoio, regidas pela Lei 8.958 de 1994. A Lei de Inovação Tecnológica de 2004 já pretendia criar ambientes cooperativos para a produção científica, tecnológica e de inovação, incentivando a interação entre as instituições de ciência e tecnologia – aí incluídas as universidades – e as empresas.

O novo marco legal da inovação, estabelecido pela Lei 13.243/2016,

ampliou ainda mais os mecanismos destas possibilidades, incluindo arrecadação financeira, através das Fundações e compartilhamento de espaços das universidades por empresas. O Future-se pretende criar um intermediário destas relações na figura das Organizações Sociais - OS, a serem credenciadas pelo governo federal.

IHU On-Line – O Future-se pode comprometer a autonomia das universidades públicas?

Andréa Caldas – Sem dúvida, uma vez que as OS, escolhidas pelo governo, assumirão as funções de gerir os recursos e o patrimônio das universidades, bem como apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão e promover captação de recursos.

Além disso, o projeto sinaliza que as instituições que aderirem ao Future-se devem adotar as diretrizes e governança “futuramente” definidas pelo MEC. Ou seja, a universidade estará subordinada a estas diretrizes, que sequer se sabem quais serão, e à ingerência de uma Organização Social, conforme indicado no texto abaixo:

“Ao aderir ao FUTURE-SE, a Ifes se compromete a: i. Utilizar a organização social contratada para o suporte à execução de atividades relacionadas aos eixos de gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização; ii. Adotar as diretrizes de governança que serão futuramente definidas pelo Ministério da Educação; iii. Adotar programa de integridade, mapeamento e gestão de riscos corporativos, controle interno e auditoria externa.” (Future-se, MEC, 2019).

IHU On-Line – Uma das críticas ao Future-se é o condicionamento das pesquisas aos seus potenciais resultados econômicos. Como a senhora observa essa questão? E como essa nova forma de financiamento deve impactar o campo científico?

Andréa Caldas – O problema, a meu ver, não é a relação entre as pesquisas e potenciais resultados econômicos. É salutar e desejável que a universidade esteja articulada a um projeto de desenvolvimento econômico e social. Aliás, este é um dos pressupostos da Lei de Inovação Tecnológica de 2004. O problema é condicionar o financiamento da produção da ciência e da tecnologia aos interesses de quem está disposto a pagar. Ou seja, é possível que algumas pesquisas, desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços encontrem patrocinadores, como já ocorre hoje. Mas o que ocorrerá com aquelas atividades – de ensino, pesquisa, extensão, cultura e produção tecnológica – que não obtiverem financiamento privado?

IHU On-Line – Por que é importante o financiamento público de pesquisas de base?

Andréa Caldas – As chamadas pesquisas básicas são fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas mais instrumentais ou desenvolvimento de produtos. E, no mundo inteiro, estas pesquisas que demandam mais tempo de desenvolvimento e maturação, além de envolverem mais riscos e terem resultados mais incertos, contam com o financiamento estatal. Ademais, é preciso lembrar que nem tudo o que a universidade deve produzir está vinculado aos interesses do mundo produtivo, no sentido estrito. Sua função social envolve várias áreas da formação humana.

IHU On-Line – Em uma das suas análises, a senhora avalia que a adesão ao Future-se pode ser sedutora para alguns segmentos da universidade. Gostaria que detalhasse essa perspectiva e avaliasse quais são os riscos para a instituição?

Andréa Caldas – O MEC tem vendido o Future-se como uma oportunidade para professores e estudantes da universidade ganharem mais, se venderem seus produtos ou suas pes-

quisas. Apresenta, ainda, a proposta da criação de um fundo financeiro que seria constituído por venda de serviços, capitalização financeira e eventuais doações de pessoas físicas e jurídicas, inclusive de “outros países, organismos internacionais e organismos multilaterais”. Em um quadro de corte de recursos, de congelamento de salários e cancelamento de bolsas, é possível sim, que este apelo seja sedutor para algumas pessoas, segmentos e mesmo instituições.

Estimula-se, com isto, a competitividade interna entre setores, universidades e institutos. E, obviamente, as regiões e áreas mais dinâmicas e próximas do mercado lograrão mais êxito, em uma espécie de “darwinismo educacional”, antítese de qualquer projeto nacional e mais igualitário.

IHU On-Line – Atualmente, levando em conta as ferramentas que quantificam e avaliam a produção científica no Brasil, já não se vive em lógica de produção mercadológica?

Andréa Caldas – Existem vários problemas na lógica meramente quantitativa da produção científica e o maior deles é justamente a uniformização de critérios e padrões para algo que é intrinsecamente diverso e plural, como o conheci-

mento humano. É inegável que a universidade pública precisa prestar contas à sociedade da sua produção, mas a standardização não é o melhor caminho. E, de novo, a grande questão aqui é para quem e para quem pretende-se que a universidade dirija o seu trabalho.

IHU On-Line – O que difere a universidade pública da privada no Brasil hoje? E, especialmente, o que difere a pesquisa, a produção científica, numa e noutra instituição?

Andréa Caldas – É reconhecido que a universidade pública é responsável pela maior parte da produção científica e tecnológica. E isto tem a ver com investimento público, com regime e condições de trabalho e com um ambiente mais plural e autônomo. Transformar professores em horistas ou mesmo em empreendedores pode, à primeira vista, fazer com que se aumente a produção quantitativa de serviços mas, fatalmente, desestimulará pesquisas e processos de mais longo prazo, ou mesmo que envolvam mais riscos e ousadia.

IHU On-Line – Uma vez entrando em vigor, como imagina que o Future-se deverá incidir sobre a formação docente, os futuros professores da escola básica?

Andréa Caldas – O discurso governamental quer fazer parecer que através do Future-se teremos uma grande união cívica da sociedade brasileira, do empresariado nacional e internacional e das pessoas beneméritas em favor da educação, ciência e tecnologia do país. E isto ocorre, precisamente após o governo celebrar um acordo com a União Europeia para venda de grãos e compra de produtos industrializados e tecnologia.

Neste contexto de crise econômica e de ausência de um projeto autônomo de desenvolvimento econômico e social, o caminho mais provável é que se houver investimentos privados nas universidades e institutos federais, eles estarão imediatamente relacionados aos interesses de lucratividade imediata do mercado. E de um mercado de um país dependente. Nesta perspectiva, ficarão de fora todas as pesquisas de base que não possam produzir resultados de curto prazo e todas as atividades de ensino e extensão que não tragam dividendos.

Isto significa abortar qualquer possibilidade de ciência básica e de produção tecnológica soberana e transformar a educação superior em um grande shopping center de venda de serviços e fornecimento de estagiários de baixo custo. ■

Ciclo de Debates

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Qual a reforma necessária?

04/09/2019 (quarta-feira)

Prof. Dr. Mauro José Silva – Auditor fiscal da Receita Federal do Ministério da Fazenda em São Paulo

**Reforma da Previdência.
Qual a reforma necessária?**

14h30min às 16h
Torre Educacional
Campus Unisinos Porto Alegre

**Reforma da Previdência.
Seguridade social ou assistencialismo?**

19h30min às 22h
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos São Leopoldo




Educação é bem social que precisa manter a natureza pública

Para Flávio Nunes, a gestão estatal é fundamental para assegurar o acesso universal à formação integral do sujeito

João Vitor Santos

Pela aposta até agora apresentada pelo Governo Federal, o programa Future-se deve compreender não só as Universidades, mas também os Institutos Federais de Educação. As instituições são referência na formação técnica e de nível médio. Segundo o reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul, Flávio Nunes, os bons indicadores desses colégios se dão porque o foco é na “formação completa do ser humano, não apenas os conhecimentos técnicos como também uma formação humanística e cidadã”. Mas para o professor isso não basta. É preciso assegurar que as pessoas menos favorecidas economicamente tenham acesso a essa educação de ponta. Meta que, para Flávio, só é alcançada se o Estado estiver à frente dessas instituições. “A educação tem que ser considerada como bem social e que, portanto, precisa ser de natureza pública, assim a sua manutenção precisa ser de responsabilidade do Estado Brasileiro”, destaca, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

É uma perspectiva que, segundo Flávio, é diretamente atacada pela proposta do Future-se, pois não se trata somente de privatizar a educação, mas também de atrelar suas fontes de financiamento ao mercado. “A criação de um fundo a ser gerido pelo mercado

para financiar o programa mostra que o Estado começa a colocar em prática a ideia de dividir a responsabilidade pela oferta de uma educação pública, na medida que este fundo terá variações de acordo com o mercado e que, portanto, incidirão sobre as atividades das instituições”, analisa. E isso, para o reitor, é uma ameaça ao acesso universal à educação de qualidade. “Potencializar ações de gestão, governança, empreendedorismo, pesquisa, invocação e internacionalização, é importante, mas o que questiono é a forma como está sendo proposta, onde um fundo de investimentos privado ficaria responsável pela manutenção destas e outras ações a serem definidas no futuro”, acrescenta.

Flávio Luis Barbosa Nunes é reitor e professor do Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul, técnico em eletrônica formado pela Escola Técnica Federal de Pelotas - ETFPel e graduado no curso superior de Tecnologia em Processamento de Dados pela Universidade Católica de Pelotas - UCPel. Possui especialização em Informática pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR e em Educação Continuada e a Distância pela Universidade de Brasília - UNB. Também é mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que concepção de educação e formação profissional e acadêmica inspira e baseia a atuação dos Institutos Federais?

Flávio Nunes – Uma Educação que contemple a formação completa

do ser humano, não apenas os conhecimentos técnicos como também uma formação humanística e cidadã. No atual mundo em que vivemos também é importante um saber reflexivo sobre os fatos que nos cercam, um livre pensar, o que contribui para enfrentar os desafios de adaptação às

novas tecnologias que surgem ou se atualizam constantemente.

IHU On-Line – Qual a importância da manutenção dos Institutos Federais como instituições públicas?

“O Future-se não traz nada diretamente relacionado à política educacional da formação básica e profissionalizante”

Flávio Nunes – A concepção que defendo é que a educação tem que ser considerada como bem social e que, portanto, precisa ser de natureza pública, assim a sua manutenção precisa ser de responsabilidade do Estado Brasileiro. É preciso pensar que para a esmagadora maioria da sociedade brasileira uma educação pública é o único caminho para buscar a construção de conhecimentos, que permitam a busca de suas transformações de vida. Portanto, é vital que a sua oferta seja de responsabilidade de nossos governos em todas as suas esferas.

IHU On-Line – Como se dão atualmente as relações entre público e privado dentro dos Institutos?

Flávio Nunes – As parcerias com o setor produtivo são importantes para que possamos manter o contato com a realidade das tecnologias utilizadas no seu dia a dia e, assim, possamos cada vez mais preparar melhor nossos estudantes para estas realidades. Outro fator importante é a realização de pesquisas que busquem a geração de inovação tecnológica, contribuindo com o avanço do país nas mais diversas áreas do conhecimento.

Estas relações hoje ocorrem de forma tímida, elas precisam avançar, ser intensificadas. E isso se dá muito por causa de ambos os lados que não despertaram, em sua maioria, para a importância desta relação.

IHU On-Line – O que o programa Future-se prevê acerca dos Institutos Federais?

Flávio Nunes – O Future-se prevê uma nova forma de financiamento para

muitas das ações que já realizamos atualmente. Potencializar ações de gestão, governança, empreendedorismo, pesquisa, invocação e internacionalização é importante, mas o que questiono é a forma como está sendo proposta, onde um fundo de investimentos privado ficaria responsável pela manutenção destas e outras ações a serem definidas no futuro. Um projeto de tal envergadura deveria ter a sua concepção e elaboração melhor debatida com a sociedade e em especial por aqueles que estão envolvidos, ou seja, os Institutos e Universidades Federais.

Uma consulta pública, nos moldes que está sendo realizado, não é ferramenta suficiente para este debate. O aprofundamento das ideias e de tudo que está envolvido na questão deveria ser de uma forma mais ampla, o que poderia gerar novas ideias, mais adequadas a um modelo de educação que privilegie a sociedade como um todo.

IHU On-Line – O senhor já declarou que o Future-se é uma ameaça à autonomia institucional pedagógica e administrativa das instituições. Por quê?

Flávio Nunes – Percebe-se algumas “entrelinhas” que são muito preocupantes para as instituições que aderirem, criando possibilidades de uma ingerência direta na gestão do ensino, pesquisa e extensão. Entre elas estão:

Item 1 ii - Adotar as diretrizes de governança que serão futuramente definidas pelo Ministério da Educação;

Item 3 ii - Apoiar a execução de planos de ensino, pesquisa e extensão das IFES.

Ao avaliar tais itens em conjunto, percebe-se claramente a possibilidade de as IFES que aderirem terem que implantar qualquer diretriz de governança a ser definida no futuro pelo MEC, inclusive nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Isto fere diretamente a autonomia institucional pedagógica e administrativa, o que no caso do IFSul são fatores que estão ligados diretamente à qualidade dos cursos que ofertamos aos nossos estudantes e comunidades atendidas, na medida em que estando em contato direto com as comunidades onde estamos inseridos, nos nossos 14 campus, temos a possibilidade de melhor atender as demandas destas comunidades.

Percebe-se, ainda, que a criação de um fundo a ser gerido pelo mercado para financiar o programa mostra que o estado começa a colocar em prática a ideia de dividir a responsabilidade pela oferta de uma educação pública, na medida em que este fundo terá variações de acordo com o mercado e que, portanto, incidirão sobre as atividades das instituições. É preciso compreender que a educação tem que ser tratada como um bem social e não financeiro, tem que ser um dever do estado brasileiro a sua manutenção.

Desta forma me coloco contrário à proposta apresentada.

IHU On-Line – O que o programa Future-se revela acerca da concepção do atual governo sobre formação básica e profissionalizante?

Flávio Nunes – O Future-se não traz nada diretamente relacionado à política educacional da formação básica e profissionalizante. O projeto

é voltado para a educação superior. Ocorre que a rede dos Institutos Federais no Brasil oferta 62% de suas matrículas para a educação básica, através de nossos cursos técnicos de nível médio. Ou seja, o Future-se também irá financiar a educação básica. Como já descrito antes, somos contra este tipo de proposta, por entendermos que a educação deve ser obrigação do Estado brasileiro.

IHU On-Line – Os Institutos Federais são reconhecidos pela excelência em educação. Mas qual a realidade das instituições atualmente?

Flávio Nunes – Esta excelência é comprovada de várias formas, entre elas podemos citar resultados que nossos estudantes obtêm no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Além dos resultados de projetos apresentados em Mostras e Feiras de Ciências e Tecnologias, tanto em nível nacional como internacional.

Um capítulo à parte poderia se fazer para o Exame de Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - Pisa¹: se os estudantes da rede federal fossem um país, ocupariam na área de Leitura o 2º lugar, enquanto o Brasil, a 63º posição. Seguindo esta linha, na área de Ciências, seríamos 11º país e em Matemática o 30º. Isto mostra que investir em educação de qualidade gera resultados como um todo para o país. Estes resultados também indicam um caminho que está dando certo e, portanto, deveriam servir de exemplo positivo para contribuir como um todo para melhoria da educação básica no país.

Além destes resultados, podemos citar milhares de transformações de vidas que a educação profissional e tecnológica realiza, através da oferta de cursos nos mais variados níveis de ensino (básico, médio e superior), onde nossos estudantes após a conclusão de seus cursos buscam melho-

res oportunidades profissionais no mundo do trabalho. Esta realidade de qualidade, que mostramos com resultados e é reconhecida pela sociedade, fica ameaçada quando não podemos mais realizar todas as ações que contribuem para chegarmos neste nível; quando, por falta de orçamento, deixamos de apoiar projetos de ensino, pesquisa e extensão, que na sua indissociabilidade ocorrendo desde a educação básica, contribui sobremaneira com a melhoria da qualidade da educação como um todo.

Atualmente vivemos uma ameaça direta ao nosso trabalho, quando estamos com orçamentos contingenciados na ordem de 37% do previsto para 2019, deixando assim de realizar muitas de nossas ações, indo até ao perigoso ponto de não poder arcar com despesas básicas para concluir o ano.

IHU On-Line – Qual o impacto da formação, da remuneração, do plano de carreira e desenvolvimento acadêmico dos professores dos IFES na qualidade do ensino? Quais os desafios para extrapolar essa realidade para carreira de professores em outras escolas públicas de nível médio?

Flávio Nunes – Um dos motivos da qualidade da rede passa pela valorização da carreira de todos os servidores, sejam docentes ou técnicos-administrativos, que atuam na mesma. Atualmente, mais de 50% dos docentes da rede possuem mestrado e 26% doutorado, isto indica o potencial de geração de conhecimento que pode ocorrer em sala de aula, sempre buscando a integração do ensino, pesquisa e extensão.

O desafio de podermos contar com planos de carreira próximos ao da rede federal passa pelo reconhecimento de que é através de uma educação de qualidade que o país conseguirá avançar. Esta valorização que ocorre em países que tiveram crescimentos econômicos gigantescos em pouco tempo, como por exemplo a Coreia do Sul, porque entre outras ações, investiram maciçamente em educação de qualidade. O exame

de Pisa mostrou que o Brasil aplica o equivalente a aproximadamente 40% do que é investido em média nos países desenvolvidos. Os nossos governos precisam pensar que a educação tem que ser vista como investimento e não como custo para a nação. Entendo ser este o grande desafio para melhorar a qualidade da educação como um todo no Brasil e a reconhecer como o caminho prioritário para avançarmos como nação.

IHU On-Line – Qual o papel das instituições privadas, escolas de formação básica e universidades, nesse contexto de intensos debates acerca da necessidade de reformas no sistema de educação do país?

Flávio Nunes – Um dos caminhos que usamos para encontrar as melhores soluções para um problema ou para definirmos caminhos de um projeto, qualquer que seja, é o debate entre os participantes de uma equipe, que através de conhecimentos diferentes, pensamentos diferentes, visões diferentes, chegam a ideias diferentes das originais, buscando o seu aperfeiçoamento e definindo os melhores caminhos a serem seguidos. Desta forma, entendo que as reformas e aperfeiçoamentos na educação deveriam seguir o mesmo caminho, envolvendo todos os que participam desta caminhada.

Mais um grande desafio, pois para um país de dimensões continentais como o nosso esta tarefa não é nada fácil, mas tem que ser perseguida. O Plano Nacional de Educação indica alguns objetivos mais imediatos que podem e deveriam ser seguidos para alcançar as melhorias necessárias na Educação do nosso Brasil.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Flávio Nunes – Fica o destaque, mais uma vez, que precisamos pensar a educação como um bem social, portanto de natureza pública e assim de responsabilidade do Estado Brasileiro, que deve enxergar a educação como um investimento e não como custo para a nação. ■

¹ Programa Internacional de Avaliação de Alunos: em inglês: Programme for International Student Assessment – Pisa, é uma rede mundial de avaliação de desempenho escolar, realizado pela primeira vez em 2000 e repetido a cada três anos. É coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, com vista a melhorar as políticas e resultados educacionais. (Nota da **IHU On-Line**)



Outras edições em www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores



Base Nacional Comum Curricular – O futuro da educação brasileira

Edição 516 – Ano XVII – 04/12/2017

*No final de 2017, quando o governo brasileiro acelerava a votação de uma nova versão da Base Nacional Comum Curricular – BNCC – sem novo debate, a revista **IHU On-Line** trouxe o tema através de análises de pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento que pensam os desafios da escola brasileira do século XXI.*



Os desafios da Escola, hoje

Edição 281 – Ano XVIII – 10/08/2008

*Em 2008, celebrava-se os 50 anos do curso de Pedagogia da Unisinos. Para comemorar esse cinquentenário, a **IHU On-Line** desta semana procurou descrever os desafios da educação no Brasil e as características de algumas correntes pedagógicas que marcaram esses cinquenta anos, como Piaget, Vygotsky, Montessori. Reflexões sobre a educação a partir de autores como Michel Foucault e Pierre Bourdieu também compõem esta edição.*

63



Que universidade o País necessita?

Edição 90 – Ano IV – 01/03/2004

*Que universidade o país necessita? Como a universidade se insere na construção de um projeto nacional? Quais são as inflexões e ênfases que o ensino universitário deve atribuir à formação acadêmica propriamente dita e às responsabilidades sociais inerentes aos egressos de cursos superiores? Essas questões, que se renovam frente os atuais debates sobre os rumos do país e de seu governo, percorrem os depoimentos que a **IHU On-Line** traz nessa edição.*

IHU IDEIAS

Reflexões ético-jurídicas sobre os avanços da Inteligência Artificial

Prof. Dr. Wilson Engelmann – Unisinos

22 de agosto | 17h30min
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos São Leopoldo



Transmissão ao vivo

ihu.unisinos.br/evento/ihu-ideias

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Qual a reforma necessária?

Prof. Dr. Denis Maracci Gimenez – Unicamp

Reforma da Previdência. Precarização do Estado, desequilíbrio das contas públicas e injustiça social

26 de agosto

14h30min às 16h
Campus Unisinos
Porto Alegre

19h30min às 22h
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos São Leopoldo

ihu.unisinos.br/evento/reforma-da-previdencia

IHU IDEIAS

Tempos históricos. Movimento da Legalidade de 1961 e a inspiração para resistência

Profa. Dra. Marluza Marques Harres – Unisinos

29 de agosto | 17h30min
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos São Leopoldo



Transmissão ao vivo

ihu.unisinos.br/evento/ihu-ideias

ihu.unisinos.br | ihuonline.unisinos.br



twitter.com/_ihu



bit.ly/faceihu



bit.ly/instaihu



bit.ly/youtubeihu